

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Luis Gustavo Mähler

“MAIS UM VIZINHO”, A FLORESTA NACIONAL
Mobilização e controvérsias na gestão ambiental em Mato Castelhano/RS

Porto Alegre

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Luis Gustavo Mähler

“Mais um vizinho”, a Floresta Nacional:
mobilização e controvérsias na gestão ambiental em Mato Castelhano/RS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em antropologia social.

Orientador: Carlos Alberto Steil

Porto Alegre, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Dissertação intitulada “*Mais um vizinho*”, a *Floresta Nacional: mobilização e controvérsias na gestão ambiental em Mato Castelhana/RS*, de autoria do mestrando Luis Gustavo Mähler, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Carlos Alberto Steil – PPGAS/UFRGS

Prof.^a. Dr.^a. Isabel Cristina de Moura Carvalho – PUC-RS

Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomili – FURG

Prof. Dr. Sérgio Batista da Silva – UFRGS

Porto Alegre, 30 de abril de 2009.

AGRADECIMENTOS

A viabilidade da realização desta pesquisa por mim se deve, inicialmente, ao apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, pela concessão de licença para capacitação. Sou grato pela contribuição do superintendente do IBAMA no RS, Fernando Marques. Além dos colegas do gabinete, Ana Paula e Wilson, foram importantes os diálogos com: Adriana, Carlos, Dorival, Diara, João, Falcão, Maurício, Márcio, Medeiros, Faraco, Marcelo, Navarini, Roque, Moreira e outros. Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade devo pela acolhida na unidade de conservação.

Agradecimentos especiais a este Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), pelo apoio à pesquisa e à participação em eventos, e pelo investimento em minha formação. Menciono o Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais, agradecendo a interlocução dos colegas e lembrando a orientação do professor Oscar Agüero (*in memorian*).

Agradecimentos são dedicados aos funcionários da Floresta Nacional de Passo Fundo. Remi pelo seu interesse e atenção à pesquisa. Aos demais participantes da pesquisa, cientistas, conselheiros, em especial aos “hóspedes da FLONA”. Ao professor Quintas e equipe. À Lúcia Anello, pela confiança em minha capacidade e apoio.

Entre todos os participantes da pesquisa, destaco a amizade e a dedicação da comunidade *kaingang* de Mato Castelhana, representados aqui pelo cacique professor Dorvalino Kogjá Joaquim e de sua esposa Leila, e seus familiares, que não hesitaram em priorizar atenção e cuidados durante minha estada entre eles, e pela disposição em ensinar-me sobre sua tradição. Pela gentileza sem igual e pela iluminação durante a caminhada da maturidade intelectual, agradeço esse trabalho a meu orientador, Carlos Steil, dedicado e paciente ao apontar as potencialidades e os problemas.

Dos colegas antropólogos e professores José Otávio, Rogério Rosa, Mariana Soares, Ana Elisa e Rodrigo Venzon, valorizo o apoio nos últimos anos e durante a pesquisa. Agradeço aos demais professores do programa, em especial Sérgio, Denise, Bernardo, Ceres e Cláudia. À Rose, Alexandre e Lena; no PGDR, aos professores Jalcione, Rumi e Gabriela.

Durante a execução dessa pesquisa, descuidei de familiares e amigos. Um lugar especial é dedicado à Irene, Leo (*in memorian*), Augusto e Paulo. Henrique, te amo. Lenara, Catia, Nídia, e Cla, pela dedicação. Os amigos Luciano Costa e Eloisa, sou-lhes eternamente grato. À Patrícia e à Margareth, pelo apoio e pelas descobertas que me proporcionaram.

RESUMO

Esta dissertação é resultado da pesquisa etnográfica desenvolvida junto a os atores envolvidos na gestão ambiental da Unidade de Conservação da Natureza (UC) chamada Floresta Nacional de Passo Fundo (Mato Castelhana/RS). Este universo compõe-se de cientistas, servidores públicos, agricultores e índios *kaingang*, em diálogo sobre o uso e a preservação da floresta. Nos encontros do Conselho Gestor da UC são expressas visões de mundo que se refletem em formas diferenciadas de apropriação dos elementos do ambiente próprias de cada grupo. Em um contexto de introdução de lavouras transgênicas nas propriedades próximas à área protegida, o estudo visa a apreender pontos de vista sobre a “natureza” e a “sociedade” e sobre o ambiente de Mato Castelhana entre os participantes do Conselho Gestor da UC, pesquisadores, especialistas da área ambiental e agricultores, abordando ainda a perspectiva de índios *kaingang* acampados na BR-285. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com índios e conselheiros e observação participante de suas atividades e reuniões, além da análise de documentos. Evidencia-se que o diálogo em relação aos elementos objetos de manejo e conservação é dificultado pela desconsideração da complexidade da maneira de conceber o ambiente entre os diferentes atores locais.

Palavras-chave: meio ambiente: unidade de conservação da natureza (Floresta Nacional); populações locais: agricultores e povos indígenas (*kaingang*); biotecnologia: organismos geneticamente modificados (soja transgênica).

ABSTRACT

This dissertation results from an ethnographic field work among actors who are involved in a process of public management of an Environmental Protected Area, which is called National Forest of Passo Fundo (Mato Castelhana/RS). This universe is composed of scientists, public servants, farmers and a *kaingang* indigenous group, dialoging about the use of “nature” and its conservancy. In the gatherings of the Management Council of the National Forest are expressed different perspectives in what concerns the appropriation of the area and its elements, which are related to each one’s ways to engage themselves in that environment. In a context of transgenic agriculture in the farms around the protected area, the study focus the apprehension of points of view related to “nature” and “society”, as well as the environment of Mato Castelhana, among members of the Council, professional researchers, experts on environment issues, farmers, and includes the perspective of the *kaingang* indians. In a qualitative approach, were made analysis of documents, semi-directive interviews and participant observation during ordinary meetings and tasks of the councilors, and within the indigenous encampment on the highway BR-285. The research evidences that the dialog about use and conservancy of “natural” elements do not reach to consider the different ways of conceive environment among the local actors.

Keywords: environment: environmental protected areas (National Forest); local communities: farmers and indigenous groups (*kaingang*); biotechnology: genetically modified organism (transgenic soy).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Mato Castelhanho no RS.....	19
Figura 2: Atual trevo de entrada do Mato Castelhanho, próximo à sede da FLONA	19
Figura 3: Jovens araucárias no centro da cidade de Mato Castelhanho	26
Figura 4: Ponta do galho de araucária adulta, com sementes (pinhas) ainda verdes, na FLONA	26
Figura 5: Imagem de satélite do Município de Mato Castelhanho e da Floresta Nacional, ligada à cidade de Passo Fundo/RS pela rodovia BR-285	27
Figuras 6, 7, 8 e 9: Acampamento indígena à beira da BR-285.....	28
Figura 10: Atualmente, a comunidade obteve acesso à área da FLONA para produção de um horto, cuidado por moradores antigos de Mato Castelhanho	30
Figura 11: Antigas residências da época em que a FLONA de Passo Fundo era um Parque Florestal	33
Figura 12: O servidor da Floresta Ênio apresenta o atual viveiro de mudas, hoje com escala e enfoque mais educativos que produtivos	35
Figura 13: Destaque à proporção da área de entorno em relação à Floresta Nacional de Passo Fundo	40
Figura 14: Municípios abrangidos pela zona de entorno da FLONA.....	41
Figura 15: O trânsito de moradores pelos acessos internos da FLONA, assim como a circulação de animais domésticos na unidade de conservação, já era assunto controverso antes da criação do conselho	49
Figura 16: Reunião do conselho da FLONA em 2008, na qual foram discutidos os procedimentos para elaboração do plano de manejo da UC	61
Figuras 17: Na reunião do conselho, Mário relata sua impressão sobre o curso de gestão participativa.....	64
Figuras 18, 19 e 20: Cadastramento dos índios <i>kaingang</i> na época do acampamento no interior da FLONA....	78
Figuras 21 e 22: Acampamento indígena no interior da FLONA, com plantação de subsistência e confecção de artesanato (Sr. Zaqueu)	81
Figuras 23 e 24: Contato dos índios com a natureza dentro da unidade: o quati filhote e os cipós colhidos na mata (cipó-cruz)	83
Figura 25: Paisagem incluindo o acampamento indígena na BR-285. Após o aclave da estrada localiza-se o acampamento de Getúlio, quase em frente à sede da Floresta Nacional (início de 2008)	87
Figura 26: A confecção de artesanato com cipós e taquaras	93
Figura 27: Seu Zaqueu e sua esposa na atividade de confecção de artesanato	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia.
ABACAPI – Associação dos Moradores do Entorno da Barragem do Capingüí
APA – Área(s) de Preservação Ambiental (categoria de unidade de conservação da natureza)
APP – Área de Preservação Permanente (área tipificada e protegida por lei ambiental)
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
CDB – Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEPI – Conselho Estadual dos Povos Indígenas
CG – Conselho Gestor, Conselho Consultivo (de unidade de conservação)
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONALTER – Cooperativa Mista de Produção e Consumo Alternativo
DEFAP – Departamento de Florestas e Áreas Protegidas/Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).
EMATER/RS-ASCAR. Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural.
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FLONA – Floresta Nacional (categoria de unidade de conservação)
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
MUZAR – Museu Zoológico Augusto Ruschi/UPF
NEA – Núcleo de Educação Ambiental (IBAMA)
NIT – Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais/UFRGS
OGM – Organismo Geneticamente Modificado
ONG – Organização Não-Governamental
PARNA – Parque Nacional
PROFLOMA – Associação dos Produtores Rurais do Entorno da Floresta de Mato Castelhano
RS – Estado do Rio Grande do Sul
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.
UC – Unidade de Conservação
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UPF – Universidade de Passo Fundo
WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - A FLORESTA DE ARAUCÁRIAS, O MATO CASTELHANO E OS ÍNDIOS <i>KAINGANG</i>	17
1.1 Origem do município de Mato Castelhana.....	18
1.1.1 Os aldeamentos indígenas kaingang no século XIX.....	20
1.1.2 A disputa com os Kaingang e a exploração florestal no planalto gaúcho.....	24
1.2 A paisagem da região: floresta de araucárias, índios, colonos e o “Mato do IBAMA”	25
1.3 Memórias dos moradores do entorno da FLONA: o contato com o grupo de idosos e com funcionários.....	29
1.4 Memórias do “Parque Florestal José Segadas Vianna”	33
CAPÍTULO - 2 GESTÃO DE UM AMBIENTE COM HUMANOS.....	36
2.1 “Pressões externas”: a situação das Florestas Nacionais no Brasil.....	37
2.2 A implicação da zona de amortecimento da unidade de conservação	39
2.3 A criação do Conselho Consultivo da unidade de conservação: a perspectiva institucional e dos conselheiros da FLONA.....	41
2.4 Redes, “caixas-pretas” e “cosmopolítica” em um processo de gestão ambiental.....	50
2.5 A emergência de objetos como novos atores: a controvérsia sobre a restrição do plantio de soja no entorno.....	55
2.5.1 <i>Argumentos sobre a soja e os objetivos da unidade</i>	59
2.6 Considerações sobre comunidade e participação interétnica	65
2.7 A Problemática Ambiental: fatores que implicam a necessidade de preservar a “natureza”	68
2.7.1 <i>A “grande divisão”: a autonomia da physis e a perspectiva artificial de paisagem</i>	69
2.7.2 <i>Modernidade como uma forma de ordenamento do mundo</i>	72
CAPÍTULO 3 - INDÍGENAS NA FLONA E O USO DE ELEMENTOS NATURAIS	75
3.1 A presença dos kaingang no interior da Floresta Nacional	77
3.2 O estabelecimento dos acampamentos na BR-285 e a demanda pela demarcação de terra indígena	85
3.3 “Vafy”: o uso dos elementos ambientais fora da unidade de conservação	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE A - Demandas de moradores do entorno.....	107
APÊNDICE B - Primeiras formações do Conselho da Floresta Nacional de Passo Fundo...	108
APÊNDICE C - Objetivos da FLONA definidos pelos conselheiros da UC.....	110

INTRODUÇÃO

As Áreas Protegidas são concebidas como uma estratégia internacionalmente adotada para a conservação da natureza. No âmbito da gestão ambiental pública brasileira, as Áreas Protegidas fazem parte do conjunto de instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (artigo 9º), instituída pela Lei Federal 6.938/88, que visam à preservação ambiental.

No Brasil, existem Unidades de Conservação da Natureza (UC) há aproximadamente um século, mas com a promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Nº 9.985/2000, consolidou-se a forma atual de sua implantação e gestão. Conforme o artigo 235 da Constituição Federal Brasileira de 1988, a atribuição de proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado cabe tanto ao Poder Público quanto à coletividade. Assim, a gestão das unidades de conservação é feita, atualmente, a partir do diálogo entre os atores envolvidos com a preservação do ambiente em uma instância de “participação social”¹ formalmente instituída: um Conselho Gestor (CG)². Não obstante, há mais de duas décadas as “populações tradicionais” têm sido reconhecidas como grupos humanos que têm a contribuir para a preservação ambiental nos locais em que vivem, devido aos conhecimentos que deles detêm³.

Porém, as Unidades de Conservação (UC) possuem características e adotam modelos de gestão derivados da noção de preservação de um espaço “natural”, que podem incluir a cessação ou o controle das atividades e da presença humana no interior de seus limites. Por este motivo, nos últimos anos, a descentralização das decisões que afetam as unidades de conservação (e seu entorno geográfico), sob a ótica da “proteção da natureza”, gerou repercussão em todas as áreas protegidas, dando visibilidade a controvérsias entre atores sociais, instituições e grupos afins ou influenciados pelas restrições ambientais.

Assim, a definição dos grupos a serem incluídos na gestão das áreas protegidas, e as formas de participação destas populações nas unidades de conservação em geral, estão ainda

¹ Ressalva-se, ainda, que a participação social nas decisões que envolvem a preservação ou alterações do meio ambiente também tem relevância em outros contextos, relacionados à implantação de empreendimentos de grande porte, no âmbito do licenciamento ambiental federal, ou em ordenamentos de pesca e de manejo de elementos naturais, entre tantas atividades de gestão ambiental pública.

² No caso das Florestas Nacionais, este conselho, de caráter consultivo, deve ser presidido pelo órgão responsável pela administração da UC e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes. Fonte: *website* IBAMA.

³ Haja vista, ainda, as experiências políticas de populações tradicionais envolvendo demandas pela proteção dos ecossistemas, no Brasil desenvolveram-se modos peculiares de criação e gestão de unidades de conservação (como as Reservas Extrativistas, por exemplo). Em nível internacional, isto é expresso na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

em processo de construção. Muitas pessoas, desse modo, não sabem que moram no interior de uma dessas unidades de conservação, ou não compartilham da perspectiva de implantação do projeto de criação das áreas protegidas. Por outro lado, da parte dos agentes imbuídos da atribuição de gerir o ambiente preservado e dos pesquisadores envolvidos, lidar com populações tradicionais e indígenas apresenta-se como uma “barreira” a ser transposta.

Esta pesquisa enfoca as relações estabelecidas no encontro “face-a-face” entre atores com pontos de vista distintos em um processo de gestão participativa de uma unidade de conservação da natureza, a Floresta Nacional (FLONA) de Passo Fundo, localizada no município de Mato Castelhano/RS. O universo deste estudo é constituído por cientistas, servidores públicos, membros de comunidades de produtores rurais, grupo de idosos e comunidades indígenas da etnia *Kaingang* envolvidos no espaço de discussão e em ações com vistas à gestão do meio ambiente. Esta investigação aborda as controvérsias entre estes atores. Os moradores locais, tanto agricultores quanto índios, embora de maneira diversa, estabelecem relações com instituições públicas e atores políticos com vistas a habitar aquele ambiente e dele se utilizar para seu sustento.

Parti do pressuposto de que há, entre os membros de cada um destes grupos, afinidade sociocultural e “cosmológica” - ainda que não haja homogeneidade. O *background* cultural desses grupos influencia sua visão da relação do “ser humano” com a “natureza” e os regimes de utilização e manejo dos recursos ambientais. Fatores como a coleta extrativa e outros modos “convencionais” de exploração econômica do ambiente (que envolvem as atividades agrícolas mecanizadas), apontam diferentes perspectivas, características entre os participantes envolvidos.

Mas durante o processo de diálogo estabelecido a partir da criação do CG, houve, em certa medida, uma aproximação das perspectivas de alguns atores, que incorporaram parte do discurso dos outros. Contudo, os “projetos” expressos pelos atores mantêm características diversas. Segundo Gilberto Velho⁴ (2003: 38), as sociedades complexas moderno-contemporâneas caracterizam-se por processos de interação intensa entre grupos e segmentos diferenciados, envolvendo uma permanente troca cultural, tensão e conflito, através de encontros de todo tipo entre as lógicas específicas que coexistem.

⁴ Nessa obra, o antropólogo utiliza a noção de “*campo de possibilidades*” como dimensão sociocultural, espaços para a formulação e implementação de *projetos*”, que seriam condutas organizadas para o alcance de objetivos específicos (VELHO, 2003: 40). Não obstante, um projeto coletivo não é vivido de maneira homogênea entre os indivíduos implicados na sua construção, havendo diferenças de interpretação devidas ao *status* ou à trajetória dos indivíduos. Assim, segundo o autor, projetos individuais não operariam no vácuo, mas interagindo em um campo de possibilidades a partir de premissas culturais e universos – e, acrescento, cosmologias – específicos.

O espaço de relações na área influenciada pela unidade de conservação depende de “associações” estabelecidas entre atores, entidades e objetos. Estas relações se constituem tanto em torno da conservação dos elementos naturais, mobilizando diversos cientistas, quanto do uso dos recursos pelas comunidades locais. Além dos limites estabelecidos pelo encontro dos atores na gestão ambiental da Floresta Nacional, outros atores como funcionários de instâncias centrais do Estado, que regulamentam as atividades relacionadas, e organismos e empresas multinacionais, detêm algum grau de participação. Estes últimos atores citados não serão enfocados nessa pesquisa.

O trabalho de coleta dos dados aqui apresentados se realizou principalmente em Mato Castelhana, município onde se localiza a sede da Floresta Nacional e abrange grande parte de sua zona de entorno (ver figura 14), e também em Porto Alegre, com informantes-chave que participaram dos processos recentes de diálogo visando a eliminar algumas controvérsias na gestão ambiental da unidade de conservação.

Na presente pesquisa, procura-se considerar todos os grupos envolvidos, desde os atores que participam formalmente do conselho consultivo da Floresta Nacional de Passo Fundo, como os interlocutores que representam agricultores, os pesquisadores e os gestores e, sem participação direta no conselho, os índios nos acampamentos *kaingang* do entorno, tendo em vista o princípio da *simetria* (LATOUR, 2005). Nesse ponto, as narrativas apresentadas pelos atores a respeito da floresta, em face da subsistência ou da conservação da qualidade do meio ambiente, não foram diretamente tomadas em oposição ao status *científico* do pensamento ambientalista que embasa o desempenho profissional de pesquisadores e funcionários da unidade de conservação federal. Antes, estes discursos são evidências dos distintos modos de lidar com o ambiente, considerando igualmente importantes as cosmologias e os manejos tradicionalmente empreendidos pelas populações locais. Diante dessa perspectiva de relativização do diálogo formal, ao longo do trabalho serão apresentados argumentos dos atores no que se refere às controvérsias no processo de gestão ambiental⁵.

Os modos coletivos de habitar e de apropriar-se dos elementos do ambiente, nesta perspectiva teórico-metodológica, são relevantes à investigação. A área, quando transformada em unidade de conservação a partir de uma concepção “moderna” de natureza, passou a evidenciar e exercer outras formas de *agência* com maior poder de mobilização de atores. Considero, nesse sentido, as relações estabelecidas nesse contexto etnográfico a partir da

⁵ Como exemplos das diferentes posições dos agentes, apresento relatos tomados em momentos e locais distintos de servidores com trajetórias de atuação mais “interiorizada” ou centralizada, ainda que as atribuições de ambos sejam relativas a unidades de conservação de uso sustentável (em oposição às de proteção integral).

noção de redes *sociotécnicas*. Nestas redes, *híbridos* de natureza e cultura, elementos humanos e não-humanos, como animais e plantas utilizadas, planos de manejo de unidades de conservação, linhas de transmissão de energia, organismos geneticamente modificados, projetos e ações educativas, detêm poder “mobilizador”, influenciando as ações dos atores locais. Nas palavras do antropólogo Bruno Latour, conforme a Teoria do Ator-Rede⁶, estas redes envolvem humanos e não-humanos, o que implica que, a partir delas, não se fala somente em sujeitos ou somente em objetos, mas se considera tanto as coisas, quanto os discursos sobre elas e os jogos de poder que resultam.

No esforço de manutenção do ambiente da área protegida, e na dinâmica da rede na qual elas estão inseridas, humanos travam disputas pela condição de legítimos *porta-vozes*⁷ dos elementos ambientais e artefatos, e pela conseqüente capacidade de exercer domínio sobre os “recursos” disponíveis. Ainda que haja, para alguns atores, a necessidade de se pensar a respeito da “natureza” - relativizando-a, a partir de ações que visem à mobilização da população local para o apoio à conservação - por meio da *dialogicidade*, de maneira predominante aquele coletivo que se mantém agrupado pela denominação de “natural” permanece possuindo suas “verdades”, e os participantes do processo de gestão participativa logram sua “legitimidade” com base nesses construtos. Assim, o diálogo envolve necessariamente encaminhamentos práticos específicos com efeitos sobre os coletivos, exercidos com base em pressupostos cosmológicos e saberes legitimados entre atores sociais, que ainda buscam a compreensão do universo dos seus *outros*.

Na Floresta Nacional e no seu entorno, a criação do Conselho Consultivo pôs em evidência relações que envolviam conflitos sobre o uso dos elementos ambientais na região. Atualmente alguns desses elementos (por exemplo, matas ciliares) obtiveram reconhecimento ao serem elencados, pelos sujeitos da pesquisa, no processo de gestão participativa da Floresta. Parte dos atores, conselheiros da floresta, sugere que sejam feitas em conjunto incursões pela floresta, cada qual concebendo atividades distintas: caminhadas de percepção, festas, churrascos, coleta de materiais (pinhões ou resíduos, conforme a opinião de cada um)⁸. Contudo, os principais atores que buscam acessar os matos para coletar produtos vegetais

⁶ Em inglês, Actor Network Theory (ANT).

⁷ Latour (2004) utiliza a expressão para mostrar a relação dos representantes dos humanos na política e dos representantes dos não-humanos na epistemologia. O porta-voz permite ao ator não-humano que fale, “eliminando a questão de quem realmente está falando”.

⁸ O argumento não se constitui em novidade no processo de participação na gestão da Floresta. Estas atividades não-formais têm sido realizadas (como demonstram atividades dos conselheiros fora da sede da unidade e os projetos que também envolvem os pesquisadores no mundo dos agricultores, a partir da discussão sobre a implantação de experiências agro-ecológicas em suas propriedades).

ainda não utilizados diretamente pelos outros agentes são os indígenas⁹. Isto lhes confere exclusividade em uma proposição de fusão de horizontes em um projeto coletivo.

Para abordar estas questões, a pesquisa foi realizada entre representantes de entidades e categorias sociais no conselho consultivo da FLONA e em suas redes, seguindo estes atores que interagem com o ambiente da floresta a partir de duas controvérsias recentes:

1) a presença de grupos indígenas *kaingang* na região; os quais, reivindicando um processo demarcatório, inicialmente ocuparam o interior da unidade de conservação e, em seguida, estabeleceram acampamentos no seu entorno e;

2) a demanda de agricultores pela supressão das restrições ambientais ao plantio de lavouras de organismos geneticamente modificados no entorno da unidade, impedidas pela sua proximidade à FLONA.

Ainda que não fosse da competência do Conselho Gestor intervir diretamente na resolução desses conflitos, o processo de estabelecimento de atividades com fins conservacionistas nessa esfera foi permeado pelas controvérsias acima. Os rumos do diálogo (e das ações derivadas dos encontros entre os atores) foram assim influenciados. A Floresta Nacional de Passo Fundo constituiu-se campo propício para o estudo de dicotomias, na medida em que a recente criação do Conselho Consultivo coloca em cena diversos atores humanos e não-humanos, com suas maneiras distintas de agir com o ambiente da floresta e com suas perspectivas distintas de inserção na rede que a envolve. No caso dos índios, o elemento específico que guiou o estudo foi o cipó utilizado para o artesanato. No caso dos agricultores, a relação com os demais grupos envolveu a soja, principal produto agrícola da região, cujos plantios utilizam atualmente sementes geneticamente modificadas.

Tendo como proposta uma observação do cotidiano das comunidades do entorno da UC e o acompanhamento das atividades que envolvem a participação social na elaboração e na execução das ações *oficiais* relacionadas à gestão da floresta¹⁰, foram utilizadas as seguintes técnicas com vistas ao levantamento de informações em campo:

⁹ Na opinião dos índios, além de participarem da comunidade do branco, as crianças devem ter contato com a tradição através do desenvolvimento de atividades práticas, sob acompanhamento dos mais velhos, como a coleta de cipó, que envolve o contato com o mato, e a manufatura do artesanato que é considerada como possuidora de significados que vão além da comercialização, sendo a crítica mais corrente associada ao que seria a falta de empoderamento da comunidade para decidir sobre o manejo dos vegetais que povoam o mundo visto a partir de seus olhos.

¹⁰ O contato ocorreu durante as atividades realizadas na unidade, e não em suas instituições, comunidades ou residências (como ocorreu nos acampamentos indígenas), o que torna essa narrativa apenas um dos possíveis olhares sobre os processos abordados.

- *observação participante* nas reuniões formais¹¹ (ocasiões em que foram realizadas *entrevistas* com agricultores que participam do conselho e avaliação de documentos);
- *acompanhamento* das atividades dos conselheiros na FLONA (quando foi possível conviver com vários pesquisadores);
- *etnografia* entre a comunidade indígena que está acampada no entorno da floresta e;
- *análise de documentos* que pudessem fornecer pistas da perspectiva institucional no processo, como atas e ofícios da unidade e dos atores organizados do entorno.

A justificativa para um estudo como este é que a diversidade sociocultural e os modos de apropriação do ambiente nem sempre se mostram óbvios aos atores que se relacionam com a floresta, e aos agentes envolvidos com conservação ambiental, gerando controvérsias e conflitos entre as perspectivas apresentadas. A argumentação que se pretende seguir refere-se à apreensão dos significados coletivos da *natureza* a ser *conservada* e do *outro* com o qual se relaciona. Portanto, na análise que segue à observação desses atores, a *eliminação* das diferenças e o estabelecimento de consensos empreendidos na implantação de um conselho gestor para instituição da participação social na gestão ambiental da floresta são metodologicamente substituídos pela busca da compreensão dessas diferenças e do sentido da relação “natureza e sociedade” entre cada grupo; o que possibilita o questionamento dos limites do debate acerca de assuntos mais complexos referentes aos humanos no ambiente. Estando entre outros conteúdos controversos que envolvem os atores de maior afinidade cosmológica com ontologias “não-modernas”, as perspectivas dos povos originários são subsumidas em debates que estabelecem diferentes escopos para o trato com os humanos e não-humanos, afastando-os ou aproximando-os do “pólo da sociedade”¹². Evidenciar essas assimetrias e diferenças é, talvez, uma contribuição evidente da produção antropológica aos processos de gestão ambiental e, em especial, nesse contexto, no que se refere às Unidades de Conservação da Natureza e ao respectivo envolvimento de comunidades do seu entorno - quando não do seu interior, em sua efetiva implementação. Neste caso, no que se refere aos conflitos ambientais, ao antropólogo caberia o papel de produzir uma etnografia com múltiplos atores e da “agência natural” (LITTLE, 2006: 94), evidenciando as estratégias pelas

¹¹ Entre 2003 e 2007, trabalhei no núcleo de educação ambiental da Superintendência Estadual do IBAMA no RS, tendo dedicado parte do expediente ao processo de implantação dos Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação federais no Rio Grande do Sul. Contudo, a perspectiva de minha atuação futura nesse processo, como analista ambiental, com o advento da divisão do IBAMA e a criação do ICMBIO, é fortuita e possivelmente afastada, exceptuando-se, talvez, a participação na condição de antropólogo.

¹² Utilizando a etnografia como método mais adequado para perceber as sutilezas da relação entre natureza e cultura, esta pesquisa pode sugerir uma reflexão epistemológica em relação aos processos e aos instrumentos de interação social, mediados pelo Estado, na construção de um ambiente equilibrado. Em especial quando o processo envolve, como é o caso, comunidades indígenas e o resgate de sua existência diferenciada.

quais os atores perpassam os níveis em que possuem maior agência, contextualizando-as e enfocando o caráter processual e a dinâmica dessas relações.

Adoto este referencial pela possibilidade de uma reflexão em torno dos elementos “naturais” presentes em uma floresta de araucárias habitada por índios durante séculos. Por influência de um processo de confinamento em áreas específicas, os índios permaneceram algumas gerações tentando abarcar em sua cosmologia os elementos ambientais a partir de uma visão que reconheciam no outro, os “brasileiros” (como se referem aos brancos alguns *kaingang* residentes no local).

Tendo em vista a noção de simetria na observação do processo de participação na gestão ambiental da FLONA de Passo Fundo, é preciso considerar as perspectivas dos *kaingang* que habitam a região, pois os mesmos buscam retomar o contato com os elementos ambientais cujo acesso lhes tem sido difícil em sua tentativa de inserção na sociedade. Além da consideração para com as representações de “natureza” e fragilidade que podem estar associadas ao fazer ambientalista no que se refere ao cuidado com as áreas protegidas, a perspectiva do *outro* nos contextos que envolvem a preservação com a presença de populações indígenas pode suscitar a discussão sobre os pontos de vista específicos a sua visão de mundo e sobre o lugar que ocupam no universo.

Perspectivas referentes ao modo de habitar próprio das populações tradicionais e dos povos indígenas são consideradas a partir de sua posição como sujeitos “modernos” envolvidos com a unidade de conservação. Mas considerando a distância cultural que separa esses atores dos demais, é questionada a possibilidade de construção de um projeto comum que seja concebido em um espaço formal, preterindo de uma discussão a partir das perspectivas dos atores sobre os elementos da natureza.

Assim, o primeiro capítulo será iniciado com uma apresentação histórica, abordando aspectos derivados da tentativa de desenvolvimento com base na eliminação das alteridades não reconhecidas pela empreitada colonizadora, esta representada, de início, pelo domínio do território, concomitante ao confinamento dos povos autóctones em espaços delimitados. O objetivo explícito desse empreendimento era o de que essas populações deixassem de ser um empecilho para o estabelecimento de um novo modo de relacionamento com o ambiente, baseado na exploração florestal. Mapas são apresentados ressaltando-se que constituem a forma de representação do ambiente própria de grupos específicos de atores que não se tratam das aqui chamadas populações locais ou tradicionais.

Em seguida, o capítulo dois apresenta dados sobre a gestão das florestas nacionais e as implicações zona de amortecimento no caso específico em estudo, evidenciando o quanto

estas representações do espaço e do ambiente estão relacionadas a uma dicotomia entre sociedade e natureza própria do pensamento moderno. Serão abordados aspectos referentes à criação do conselho consultivo da Floresta Nacional de Passo Fundo e às principais demandas dos atores que se relacionam com esta unidade de conservação. No mesmo capítulo é apresentado o debate sobre a inserção de lavouras de soja transgênica em áreas próximas da floresta protegida, o que considero uma controvérsia científica, envolvendo também a concepção de uma natureza prístina e as implicações dos princípios que baseiam a legislação ambiental. Os elementos que constituem estas lavouras refletem características que as tornam “caixas-pretas”. Para discorrer sobre esta perspectiva, em seguida parte-se para uma breve exposição do referencial teórico adotado, que relaciona os ambientes com a cosmopolítica.

No capítulo três serão apresentados dados referentes às populações *kaingang* e destacados alguns aspectos etnográficos sobre o processo de inserção do grupo *kaingang* no local, na condição de acampados em uma rodovia. Serão ainda feitas algumas considerações acerca de seu relacionamento com o ambiente influenciado pela presença da unidade de conservação, como a tentativa de construção de uma relação institucionalizada com os elementos protegidos no interior da floresta, como uma tentativa de acesso a matérias-primas para confecção de artesanato. Embora tardiamente, discuto neste capítulo algumas implicações da utilização do método etnográfico na análise deste conflito ambiental, em particular no que se refere ao esforço de construção de vínculos entre o pesquisador e os sujeitos da investigação. A maior dificuldade de relativização naturalmente é relacionada ao universo cosmológico *kaingang*, o qual se desvendou parcialmente e paulatinamente em diálogos e na presença do pesquisador durante as atividades cotidianas e rituais dos indígenas. Na tentativa de situar-me enquanto pesquisador nos universos de significados associados aos elementos do ambiente, compartilhados entre os coletivos de atores participantes do debate local, a manutenção do foco nas referências teóricas permite interpretar os eventos recentes envolvendo a gestão ambiental naquela unidade de conservação.

Nas considerações finais proponho a interpretação de que os projetos que contemplam a execução das políticas de conservação não são apropriados de maneira equivalente por esses atores (os representantes dos coletivos). Contudo, a criação do Conselho contribuiu para evidenciar a importância do relacionamento dos atores com o ambiente “fora” da UC, e representou uma nova possibilidade de “abertura” da FLONA à população local. Não obstante, as disputas no entorno da unidade de conservação referem-se, sobretudo, a sentidos socioculturais e cosmológicos, que os distintos grupos sociais constroem para viabilizar o

ordenamento do mundo ao seu redor, e a controvérsias científicas, conforme se observou em campo, as quais não podem ser totalmente submetidas em um diálogo entre os atores no local.

Enfim, a pesquisa contempla a gestão participativa na unidade de conservação, tendo como foco as discrepantes concepções de natureza e conservação entre índios e os não-índios. Para isto, o fio condutor é a diversidade entre os grupos sociais que participam da gestão da Floresta Nacional de Passo Fundo por meio do Conselho Consultivo desta Unidade de Conservação.

CAPÍTULO 1

A FLORESTA DE ARAUCÁRIAS, O MATO CASTELHANO E OS ÍNDIOS *KAINGANG*

Neste capítulo, apresento o município de Mato Castelhana e busco situar a pesquisa na relação entre as populações humanas e o ambiente da floresta de araucárias. Abordo a relação com os grupos indígenas locais, inicialmente por meio do histórico dos aldeamentos dos povos autóctones e da supressão das matas nativas na região, seguido das memórias de agricultores acerca das relações que mantiveram com o ambiente da Floresta Nacional, antes de ela ser transformada em unidade de conservação.

Desde uma perspectiva histórica podem se distinguir três momentos: 1) um período em que os povos autóctones manejavam os ecossistemas locais; 2) outro que se iniciou com a chegada de europeus (e eurodescendentes), quando houve o estabelecimento de atividade humana intensa de exploração dos recursos do ambiente e, por fim; 3) o período atual, um momento no qual o Município de Mato Castelhana torna-se oficialmente pólo de irradiação de uma nova perspectiva, na qual a preservação ambiental poderia fornecer o tom das relações entre os coletivos na região. Constituiu-se, assim, o horizonte que gera os principais conflitos entre os atores que lá se relacionam.

Já no século XVII havia a presença de “brancos” na região, missionários jesuítas. Porém, foi nos séculos XIX e XX que o processo de colonização se intensificou, vinculado à exploração madeireira e agrícola na região. Os desmatamentos mais remotos, que resultavam sempre em “corte raso” (“limpando a área” de floresta, ao invés de selecionar as madeiras a aproveitar), envolviam o deslocamento dos índios desses territórios. Assim, a ocupação das florestas meridionais por colonos e seus descendentes culminou na expulsão dos *kaingang* daquela região. No entanto, ainda há na região a presença indígena. O município de Mato Castelhana é reconhecido pelos membros dessa etnia como um dos seus territórios tradicionais. Os remanescentes de mato locais são procurados pelos *kaingang*, que neles praticam atividades extrativistas, como a coleta de materiais para a confecção de artesanato.

1.1 Origem do município de Mato Castelhana

O município de “Mato Castelhana” herdou o nome colonial¹ de um povoado local, que remetia à floresta de araucárias, dividida entre dois domínios imperiais: Mato Castelhana e Mato Português. A antiga nomenclatura de Mato Castelhana como “mondecaa” é em Tupi-guarani, mas além destes índios, os *kaingang* também habitavam aquela região. As narrativas históricas da região referem-na como local de passagem para tropeiros com gado, numa rota entre a fronteira sul e São Paulo. Destaca-se que ainda em períodos remotos, no século XVII, havia na região de Passo Fundo uma redução jesuítica, chamada de São João Batista, a mais oriental das missões sob o domínio espanhol. Por lá passavam bandeirantes paulistas à procura de índios para o trabalho escravo². Reduzidos e mobilizados em torno da catequese, os índios *guarani* manejavam os hervaís nativos e realizavam a atividade pecuária.

No século XIX, entre 1834 e 1849, a “Freguesia do Passo Fundo” (4º Distrito de Cruz Alta), era composta por quarteirões, dentre os quais se arrolava, na parte mais ocidental, a “entrada do Mato Castelhana”. O município de Passo Fundo é um dos mais antigos do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido criado em 1857 - com uma população de 8.208 habitantes, dentre a qual 1.692 pessoas eram na época escravos (CARINI, 2005). Em 1858, houve a incorporação do distrito de “Campo do Meio” (que era vinculado ao município de Vacaria). Então, o “Distrito de Mato Castelhana” originou-se de um desmembramento do Distrito de Campo do Meio.

¹ O município atual de Mato Castelhana, emancipado em 1992, uniu dois distritos, o de Mato Castelhana e o de Campo do Meio, que chamavam-se, respectivamente, “Mondecaa” (mato das armadilhas) e “Caariroi” (onde se colhe a erva-mate). Este histórico de Passo Fundo consta na *webpage* Raízes do Sul. As suas publicações inserem-se em uma rede de pesquisa interdisciplinar que visa a focar aspectos da formação do sul do Brasil.

² Segundo a fonte “Raízes do Brasil”, por volta de 1632, os índios *kaingang* teriam sido reunidos na redução de Santa Teresa, que corresponde hoje a o povoado “Povinho Velho”, no município de Mato Castelhana. Com apenas cinco anos de existência, a redução teria sido destruída por um bandeirante chamado André Fernandes.

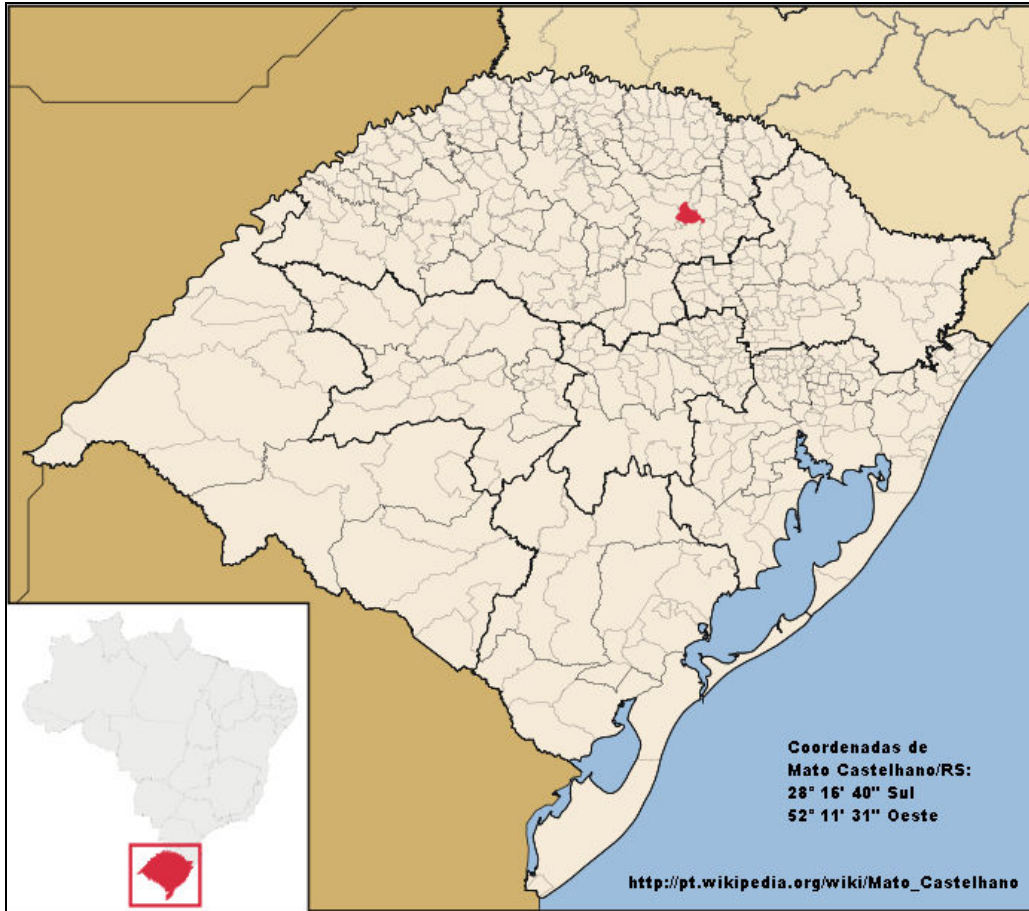


Figura 1: Localização de Mato Castelhano no RS. Adaptado de: Wikipédia.



Figura 2: Atual trevo de entrada do Mato Castelhano, próximo à sede da FLONA (Fonte: acervo da pesquisa).

1.1.1 Os aldeamentos indígenas kaingang no século XIX

Ainda que tenham se separado há milênios dos outros grupos Jê, os *kaingang* foram assim denominados recentemente. Conforme apontam Schallenberger & Fassheber (2007: 1172), durante meados do século XIX a denominação mais comum era “Coroados”, precisando que o nome atual apenas surgiu a partir dos trabalhos de Telêmaco Borba, no início do século XX, englobando as diversas parciaisidades da etnia.

A etnia *kaingang* é cosmologicamente caracterizada por uma forma de pensamento e organização social *dual* (na concepção de metades), como os demais povos Jê ameríndios. Dessa maneira, no pensamento tradicional *kaingang*, à natureza – aos seres e objetos – impõe-se o dualismo cosmológico: toda a natureza e todos os seres do mundo fazem parte da concepção dual do universo³ e são classificadas nessas categorias, conforme expõe o antropólogo Sérgio Batista da Silva. Assim, ambiente, paisagem, animais, plantas, seres inanimados, corpos celestes e, “enfim, todos os integrantes do mundo natural têm lugar preciso nas conceptualizações do discurso: ou pertencem à metade *kamé* ou à metade *kainru-kré*, sofrendo todas as conseqüências dessa ordenação” (SILVA, 2001: 119).

A região de mata de araucárias está compreendida no tradicional território *kaingang*, que em parte se estendia pelas regiões sul e sudeste do país. A partir do aldeamento desses índios, iniciado no século XIX, a região passou a ser colonizada e explorada, instaurando-se atividades madeireiras e agrícolas, as quais geraram a ocupação da região pelos moradores não-índios. Por parte deste *ator* genericamente tratado aqui como “o colonizador”, a existência de florestas inóspitas habitadas por selvagens constituía-se enquanto um desafio ao seu empreendimento *de civilização*, dada a discrepante maneira de se relacionar com o território em cada uma dessas sociedades humanas⁴.

No processo de colonização da região noroeste rio-grandense, a disputa pela terra ensejou a constante expulsão dos índios de seus locais de moradia e o seu confinamento em aldeamentos. Na região do planalto gaúcho foram empreendidos os primeiros esforços das políticas indigenistas no Estado, sendo este o motivo da localização atual da sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Passo Fundo.

³ Marcada pela existência das duas metades exogâmicas, patrilineares, complementares e assimétricas - designadas como *kamé* quando compreendem elementos relativos a força, masculinidade, persistência, corpo grosso, linhas abertas; e *kainru-kré* no caso de algo feminino, ligeiro, fino, frágil, rápido, redondo, fechado.

⁴ A dificuldade do convívio entre os humanos na região da floresta de pinheiros-brasileiros reproduz processos de dominação ocorridos de maneira equivalente em outras florestas do Brasil e da América Latina. Ver trabalhos como “Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem”, de TAUSSIG (1993).

Segundo o geógrafo Carini⁵, os missionários espanhóis tiveram contato com os *kaingang* do Planalto Médio e Alto Uruguai desde os primeiros tempos coloniais, havendo registros sobre “a fundação da redução de Santa Teresa, nas proximidades da atual Passo Fundo” (CARINI, 2005: 121). Corroboram, neste sentido, os apontamentos de Pierre Mabilde⁶ (1983), segundo os quais a região, no século XIX, era habitada por índios *kaingang* que resistiam ao esforço de “aldeamento”. Havia na região o Aldeamento de Santa Isabel, do qual os índios, para lá conduzidos, “insistiam em retornar”, refugiando-se no Mato Castelhana. Segundo o registro de Mabilde, alguns desses *kaingang* trabalhavam na abertura da estrada, que iria finalmente atingir o “Passo Fundo”. Isto abriria de maneira definitiva o caminho utilizado por tropeiros, alguns dos quais eram atacados por indígenas – onde atualmente situa-se a rodovia BR 285.

As informações sobre indígenas, negros e mestiços do século XIX são escassas, de acordo com Ávila⁷ (1996). Poucos caciques aliados ou inimigos dos brancos receberam alguma menção, mas em geral as referências eram de forte preconceito: “O maior ódio é demonstrado em relação aos não-guaranis [...] Os coroados são estigmatizados e vistos como uma “malta de celerados” ocupada todo tempo a guerrear entre si ou a atacar, covarde e traiçoeiramente, pacíficos e laboriosos civilizados” (ÁVILA, 1996: 69-70). Segundo este historiador, a disputa pela terra conduziu o enfoque das informações mais difundidas entre os atores sociais da região a versarem sobre o caráter belicoso dos *kaingang* (bestialidade), como se reflete nos registros históricos. Classificados como hordas, estes índios eram abatidos nas brenhas por autoridades e mesmo por cidadãos comuns.

Nos moldes das narrativas hegemônicas acerca da colonização do estado, os índios da época ainda transpareciam como mais um elemento da natureza selvagem encontrada pelos primeiros desbravadores, os quais teriam “conquistado” o local, viabilizando assim a “civilização”. Em Passo Fundo, os estudos históricos apresentados por Ávila (1996) revelam inúmeros conflitos com os índios pelo controle do território. Em 1845, os moradores de Passo Fundo, junto a tropas da Guarda Nacional, incursionaram pela região cruzando o Rio

⁵ O autor é professor e estudou o processo de retomada da terra indígena de Serrinha, ocupada por colonos. Possui graduação em geografia e mestrado em história pela Universidade de Passo Fundo (1983/2004) e atualmente é aluno de doutorado em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

⁶ Engenheiro que produziu um texto clássico sobre os *kaingang*, então chamados “coroados”. Trabalhou, no início do século XX, na abertura das estradas no estado. Tendo passado um período entre os índios, compilou algumas informações sobre eles.

⁷ O historiador Ney d’Ávila estudou a relação dos indígenas com a região de Passo Fundo. Atualmente, é coordenador dos *campi* da UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) em Sananduva e Vacaria/RS.

Capingüi, quando conseguiram eliminar o “temível Cacique Marau”⁸. Um documento registra que ainda em 1856 “a bugrada *kaingang*”, com velhos, mulheres e crianças, empreendia ataques contra fazendeiros.

Desde a fixação do elemento luso-brasileiro na região de Passo Fundo, os indígenas foram hostilizados a fim de garantir a incursão dos “brancos” pelos matos, ricos em frutos, erva-mate (“árvore d’ouro”) e caça. Nas disputas do século XIX, nas regiões do Planalto Médio e Vale do Rio Uruguai, envolvendo o domínio dos campos e especialmente das matas, os índios foram eliminados, confinados em aldeamentos e banidos em uma luta desigual⁹, na qual os proprietários de tropas reivindicavam das autoridades a erradicação dos nativos.

As autoridades provinciais, contudo, tinham ainda a orientação de utilizar os indígenas como povoadores das áreas florestais da fronteira com os países platinos - a partir da estratégia dos aldeamentos ou “toldos”, que visavam à integração do índio no sistema produtivo. Mas os grupos que resistiam ao aldeamento eram severamente reprimidos (ÁVILA, 1996).

No século XIX, como apontado por Schallenberger & Fassheber¹⁰ (2007) havia na região uma falta de consideração para com o outro, acirrada pela incompreensão de sua própria sociedade, que os autores designam “conhecimento pré-antropológico”. Segundo estudo destes autores, uma Carta Oficial promulgada em 1808, conhecida posteriormente como Lei Exterminadora dos Índios, suspendeu os “efeitos da humanidade” dos *kaingang*, justificando uma guerra contra os “bárbaros” índios. Uma segunda carta, em 1809, conhecida como Lei Salvadora dos Índios, mesmo sendo menos agressiva, determinava também que seria preciso “[...] vigiar que com eles não se pratique violência alguma, senão aquela que for necessária para repelir a sua natural rudeza” (SCHALLENBERGER & FASSHEBER, 2007: 1169-1170).

Na primeira determinação Real, há o interesse de escravizar, tomando como ponto de partida a visão do “mau selvagem”, já na segunda ordem existe, em certa medida, o

⁸ Ávila acrescenta que os estudos históricos de Passo Fundo enfocam a região desde o século XVII, com os europeus jesuítas como sujeitos, passa pelo “vandalismo dos Bandeirantes” para, no século XIX, constituir-se em uma “guerra sem tréguas” entre os “povoadores” e os “índios arredios”. O Capingüi e Marau são hoje parte do entorno da FLONA de Passo Fundo.

⁹ Em 1908 o município (então com 35.000 habitantes) ainda contava com 1% da população indígena (ÁVILA, 1996: 71), mas possivelmente os “rebeldes” não compusessem a estimativa.

¹⁰ Este último autor é antropólogo filiado à ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998) atuando principalmente nos seguintes temas: Corporalidade, Kaingang, etnologia indígena. Já o primeiro é Doutor em História pela PUC-RS (2001) e trabalha com temas como: missões jesuíticas, migrações e identidades.

pensamento do “bom selvagem” que deveria ser catequizado e “civilizado”, a partir da assimilação do comportamento dos brancos.

Depreende-se daí que desde o início da colonização do país, se deu com frequência uma alternância entre os dois pólos de um dualismo a respeito dos povos autóctones. Ora considerados “bons selvagens” a serem protegidos, ora considerados “maus selvagens”, como inimigos então mais distantes da humanidade. Os *kaingang*, contudo, eram abarcados de maneira homogênea nas decisões que afetavam seu povo, composto por distintos grupos, uns mais, outros menos bem-sucedidos no estabelecimento de relações pacíficas com a sociedade nacional. Inclusive, havia lideranças e grupos indígenas que atuavam junto aos colonizadores na captura e expulsão dos chamados “arredios”.

O confronto destas perspectivas no processo colonial evidenciou-se nas estratégias de subjugo dos índios *arredios*, as quais incluíam a captura de crianças para catequização e, posteriormente, a captura de indivíduos adultos para escravização, implicando na divisão dos grupos de parentesco. Segundo Schallenberger & Fassheber (2007), estas práticas ocasionaram prejuízo para as formas sociais tradicionais de organização dos *kaingang* autóctones, restando-lhes apenas a alternativa de fugir para novos locais ou submeter-se aos colonizadores.

Em grande parte, a presença dos *kaingang* em Mato Castelhana está relacionada com os antigos toldos ou aldeamentos - e com os conflitos posteriormente ocorridos em consequência da ação do poder público, em face dos problemas gerados pela ocupação das áreas indígenas por posseiros e colonos. Conforme Carini (2005), a expropriação dos indígenas de suas terras na região foi iniciada com a concessão de sesmarias a estancieiros de São Paulo e de Laguna, no começo do século XIX. Foi então acelerada a partir de 1850, com as disputas deflagradas pela Lei de Terras. As áreas de matas eram desejadas pelos estancieiros também em razão dos ervais nativos. Para o autor, a Lei de Terras respaldou a demarcação do aldeamento de Nonoai¹¹, em 1856, mas isto não resultou na consolidação de um espaço destinado somente aos índios *kaingang*, pois, passados trinta anos, havia grande número de posseiros disputando aquele território indígena.

Com o esforço de colonização do país, os impactos sobre as populações indígenas se evidenciavam na morte de centenas de índios. Muitas dificuldades marcaram “o processo de pacificação dos *Kaingang*”, como referido pelos relatos históricos.

¹¹ Este aldeamento limitava-se a oeste pelo Rio da Várzea, ao Norte pelo Rio Uruguai, a Leste pelo Rio Passo Fundo e ao sul pelos lajeados Papudo, dos Índios e Grande.

1.1.2 A disputa com os Kaingang e a exploração florestal no planalto gaúcho

A mobilidade dos grupos indígenas kaingang constituía um empecilho para o contato dos colonizadores brancos com eles, especialmente no que diz respeito à apropriação do território com objetivos de exploração de recursos. Esta mobilidade pode ser interpretada a partir da elaboração conceitual de Nancy Munn (2006), utilizando de noções como a de *excluded spaces*, sobre fronteiras e territórios. Para Munn, entre aborígenes australianos, parafraseando Simmel, as pessoas em ação seriam, elas mesmas, limites de seus territórios.

Estas ações projetariam significados sobre a paisagem, criando limites transitórios e reversíveis. Portanto, entre coletivos indígenas, a perspectiva de apropriação deste território deve ser interpretada em relação a uma cosmologia diversa da que orienta as práticas e discursos da “civilização branca”, esta última representada inicialmente pelo processo colonial e, atualmente, vinculada à construção do Estado-nação.

A partir de um maior reconhecimento público do conflito, a chamada “guerra contra os bárbaros” *kaingang* (SCHALLENBERGER & FASSHEBER, 2007), e da conseqüente pressão internacional no sentido de cessar os massacres, foi criado um órgão de proteção aos povos autóctones: Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais¹² (SPI).

Este órgão foi criado sob a premissa de civilização dos povos indígenas considerados nômades em um território delimitado. Disto decorre uma atuação institucional que,

[...] partindo de núcleos de atração de indígenas hostis e arredios, passava a povoações destinadas a indígenas já em caminho de hábitos mais sedentários e, daí, a centros agrícolas em que, já afeitos ao trabalho nos moldes dos trabalhadores rurais brasileiros, receberiam uma gleba de terras para se instalarem (SCHALLENBERGER & FASSHEBER, 2007: 1172).

A criação do SPI, embora envolvesse redução da violência aberta contra os povos indígenas não significou a cessação dos constrangimentos contra as formas socioculturais tradicionais dos *kaingang*. A falta de reconhecimento e de valorização do *outro* caracterizou o estabelecimento da dominação e da exploração sobre os povos indígenas.

Esta característica do encontro entre os colonizadores e os povos autóctones deve ser compreendida em relação à ocupação das áreas de floresta com fins de exploração dos recursos. Segundo Juliana Bublitz (2006), que busca reconstruir uma “eco-história” da

¹² Decreto n.º 8.072, de 20 de julho de 1910.

colonização no Rio Grande do Sul, praticamente todas as áreas de mata do planalto gaúcho já estavam em uso no ano de 1924. Quando boa parte do norte da província já se encontrava ocupada pelas novas colônias e o ambiente devastado pelo desmatamento e queimadas, o governo delimitou uma área de mata (ao longo da estrada de ferro Passo Fundo/Uruguai), com a finalidade de exploração das madeiras, para em seguida entregar as terras à colonização (BUBLITZ, 2006: 12). Esta área localizava-se na principal zona florestal do atual estado do Rio Grande do Sul e, para evitar a exploração “ilegal” das florestas, o governo da província estabeleceu regulamentações que previam a criação de um “Serviço de Vigilância e Conservação das mattas”, a começar por Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Palmeira e Soledade (BUBLITZ, 2006: 12). A questão ambiental passou a aparecer na época, sob a perspectiva do controle de ações de “intrusos”, que previa aplicação de penalidades para quem vivia na região e agia na “ilegalidade”¹³ usando a mata como refúgio e meio de subsistência.

Estes antecedentes históricos expressam a confluência de perspectivas diversas sobre o território kaingang. As formas de habitá-lo que sucederam no tempo se mostram relevantes para uma abordagem das controvérsias em torno da gestão ambiental na FLONA de Passo Fundo, em uma perspectiva que contemple a reelaboração social das memórias coletivas acerca de seus territórios por parte dos grupos humanos locais. Estas memórias são parte de um processo que envolve a codificação das formas culturais em símbolos materiais na paisagem. Segundo Ingold (2000: 22), há uma circularidade fundamental na transmissão de conhecimentos através de gerações, por meio de sua codificação: trata-se de possuir o conhecimento cultural dos antepassados. A partir desta perspectiva, depreende-se que a “predação simbólica” e o modo atual de habitar das populações indígenas é correlato a um processo contínuo de relação de sua cultura com o ambiente.

1.2 A paisagem da região: floresta de araucárias, índios, colonos e o “Mato do IBAMA”

A paisagem da região de Passo Fundo está relacionada ao ecossistema da floresta de araucárias. A *Araucaria angustifolia* ou pinheiro-brasileiro, árvore que produz o pinhão, tendo sido historicamente alvo de intensa exploração madeireira, é atualmente imune ao corte na legislação ambiental brasileira (salvo se plantada com este fim e com a devida licença do órgão competente). É importante destacar que a mata de araucárias é praticamente restrita ao

¹³ Nomeadamente, estes se tratavam dos índios, caboclos e negros.

sul do Brasil. A Floresta Nacional de Passo Fundo¹⁴ está na transição entre a vegetação de estepe (campos gerais planálticos e campanha gaúcha) e a mata de araucárias. Esses elementos abrangem ecossistemas compreendidos sob a denominação de *floresta ombrófila mista*.

Houve muitas transformações no planalto gaúcho durante o século XX, que levaram ao desaparecimento de alguns elementos do ambiente e à conseqüente criação de legislação ambiental específica. Nesse período os principais habitantes de Mato Castelhana eram pequenos agricultores.

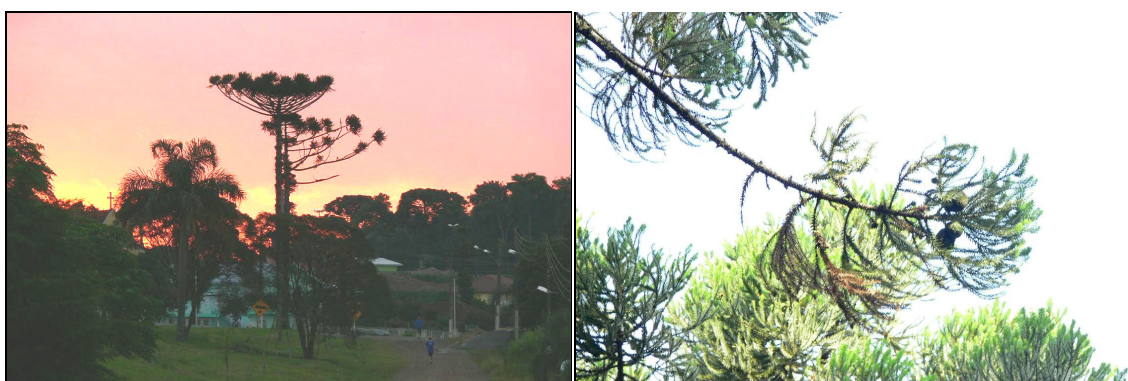


Figura 3 e 4: Jovens araucárias no centro da cidade de Mato Castelhana. Ponta do galho de araucária adulta, com sementes (pinhas) ainda verdes, na FLONA.

Em meados do século XX, em Mato Castelhana, através do extinto Instituto Nacional do Pinho, o Poder Público Federal criou um Parque Florestal com a finalidade de produção de essências (espécies vegetais) madeiráveis. A legislação conseguinte transformou esses parques nas atuais Florestas Nacionais, unidades de conservação da natureza, inseridas em um sistema de políticas ambientais. Inaugurou-se, assim, a presença da perspectiva do ambientalismo na região, e de novos atores relacionados à conservação ambiental, mais especificamente naquele fragmento de mato.

Assim, a floresta que era “um vizinho como outro qualquer” passou a demandar de moradores e agricultores locais sua inserção no debate ambiental através da formalização de uma instância de participação social na gestão da área. Isto possivelmente contribuiu para erigir uma nova ótica sobre “o mato do IBAMA¹⁵”, como era chamada a FLONA no final do século XX.

¹⁴ A atual Unidade de Conservação possui 1.328 hectares, a 740 metros de altitude.

¹⁵ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é um órgão ambiental brasileiro criado em 1989. Em 2007, a atribuição de gestão das unidades de conservação passou ao Instituto Chico Mendes

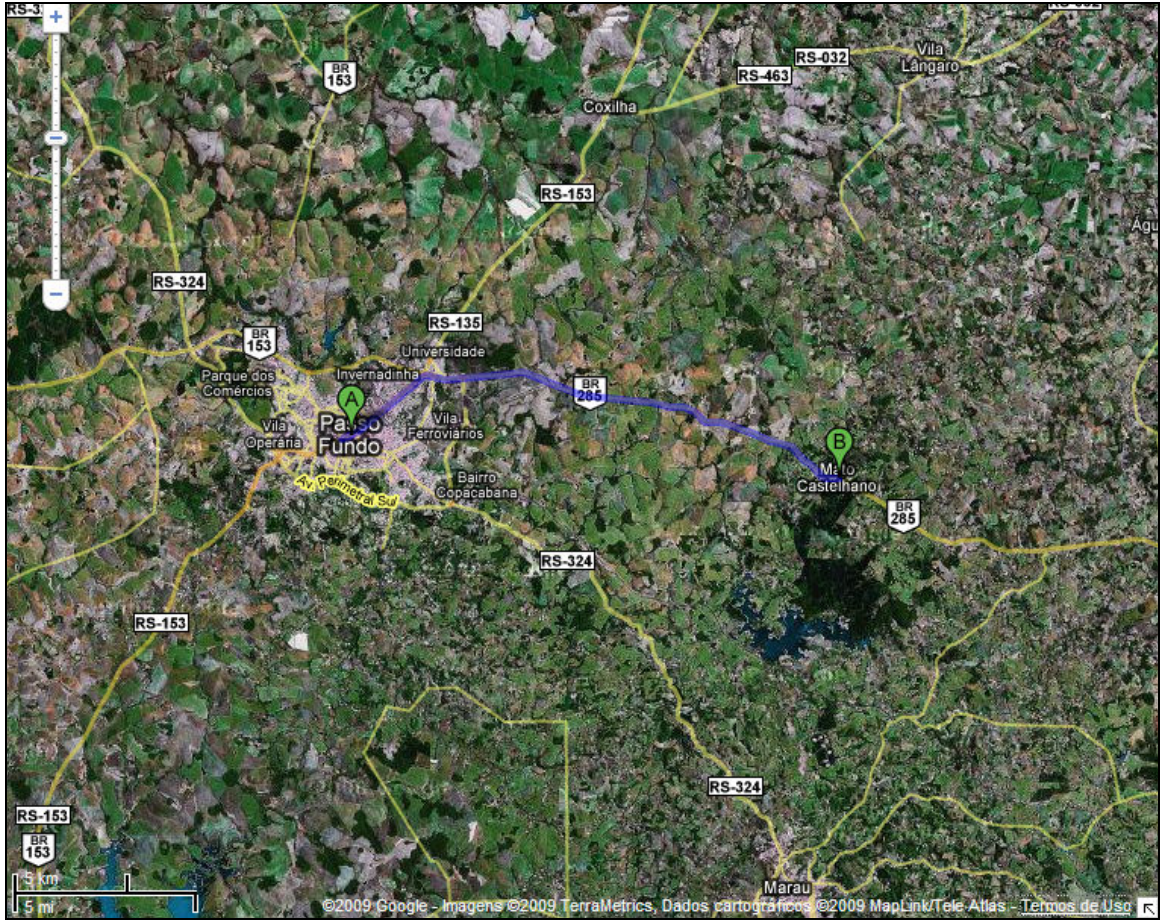


Figura 5: À direita (ponto B): município de Mato Castelhanos. Abaixo de (B): área da Floresta Nacional: mancha verde escura. No ponto A (à esquerda) é a cidade de Passo Fundo/RS, que é ligada à FLONA pela rodovia BR-285. Fonte: *Google maps*.

Pela rodovia BR-285 é possível fazer o percurso entre os municípios de Passo Fundo e Mato Castelhanos de ônibus em diversos horários. A sede do município de Mato Castelhanos encontra-se a leste, seguindo nessa estrada. No trajeto, passa-se pela barragem de abastecimento de água, pelas nascentes do Rio Jacuí, e por remanescentes da floresta nativa, a mata de araucárias. Esses fragmentos de mata nativa, de formas e tonalidades verdes distintas, são intercalados por conjuntos mais homogêneos de árvores, os florestamentos, apresentando-se ambos como elementos de uma paisagem levemente ondulada. Neste cenário, o espaço restante é coberto por plantações cuja coloração denota o ciclo dos cultivos agrícolas, ora verdes, ora alaranjados – elementos que exigem conhecimentos específicos para suas “leituras”. Depois do rápido percurso, chega-se à zona urbana, ao centro da cidade. Passa-se

de Conservação da Biodiversidade. Os moradores de Mato Castelhanos já se apropriaram da mudança, referindo-se agora ao “pessoal do Chico Mendes” para falar na FLONA.

ela igreja e logo é possível avistar a entrada principal da Floresta Nacional de Passo Fundo, onde fica a sede e as instalações hoje utilizadas pelos servidores que trabalham na unidade.

Se seguíssemos um pouco mais na estrada BR-285 a leste, estaríamos diante dos acampamentos *kaingang*, que ficam próximos ao pequeno núcleo urbano. Dois grupos de famílias indígenas dividem-se nos dois quilômetros após a entrada da FLONA, embora cada acampamento não ultrapasse 200 metros de extensão. Contando com menos de 50 famílias no total, se não fosse o anúncio do artesanato para venda, seriam discretos a quem passa pela estrada.



Figuras 6, 7, 8 e 9: Acampamento indígena à beira da BR-285.

O trânsito de índios a pé pela rodovia também evidencia a existência dos acampamentos. Estes acampamentos não se estendem pelo interior das propriedades rurais, mantendo em relação à rodovia um raio correspondente ao espaço da faixa de domínio da estrada. Por isso, não há plantação, a não ser em escala muito reduzida, junto às casas. Estas

casas são compostas de lonas e madeiras reutilizadas de várias fontes, e ocupam o espaço necessário para abrigar os membros da comunidade, nos dias úmidos e frios que são característicos na região. Estes acampamentos fazem parte da paisagem do município desde o ano de 2005.

Mesmo que recentemente instalados, os índios que residem no município detêm os conhecimentos acerca dos ciclos de reprodução de espécies animais e vegetais nativas, o que constitui sua forma peculiar de memória do local.

Diante do histórico da região anteriormente apresentado, procuro distinguir as maiores transformações na paisagem da localidade na qual se encontra a FLONA. Também se depreende que há um lapso de algumas gerações entre as comunidades indígenas que se estabeleceram no Mato Castelhana (antes da existência da unidade de conservação) e os atuais moradores¹⁶.

Assim, é atribuído aos agricultores do entorno maior legitimidade em representar a memória do município; moram ali há mais tempo e são também os mais numerosos. Eles protagonizaram as relações políticas e econômicas das últimas décadas em Mato Castelhana e testemunharam a inserção de alguns animais e plantas que transformaram este ambiente. Entre estas transformações, além da supressão da floresta, está a substituição dos pinheiros-brasileiros (*Araucaria angustifolia*) pelos norte-americanos (*Pinus sp.*) ou por eucaliptos; e a terra, originalmente coberta por floresta, destinou-se ao uso agrícola. Estas transformações fazem parte das memórias dos moradores mais antigos sobre a paisagem específica de Mato Castelhana.

1.3 Memórias dos moradores do entorno da FLONA: o contato com o grupo de idosos e com funcionários

Entre os atores que conviveram no ambiente local nas últimas décadas, muitos agricultores, já aposentados, compõem um grupo de idosos, que recentemente tem participado de atividades no interior da Floresta Nacional. Acompanhando as reuniões desse grupo, pude

¹⁶ A historiadora Juliana Bublitz (2006) destaca que houve dois momentos em que a colonização das áreas de floresta exerceu maior pressão sobre os índios, inicialmente os guarani - na segunda metade do século XVIII - e depois os “coroados” (os kaingang) - a partir do século XIX. Após este período em que os “coroados” foram deslocados de Mato Castelhana, os kaingang estiveram em sua maioria nas aldeias indígenas. A memória dos índios que habitam o município atualmente é associada ao seu relacionamento com a paisagem, semelhante em todos os locais em que residiram desde os primeiros aldeamentos.

conhecer algumas pessoas aposentadas que trabalharam na unidade, no tempo em que a produção madeireira era o principal objetivo da atual unidade de conservação.

Os membros do referido grupo de agricultores têm em comum o fato de estarem organizados e participando de atividades na FLONA, situação que facilitou o contato com a pesquisa, pela grande abertura ao diálogo. Estes matocastelhanenses participam de um projeto relativo à implantação de um horto medicinal na FLONA, com auxílio da EMATER¹⁷. Mobilizados e unidos por laços de vizinhança em decorrência de uma associação religiosa local, que é o Grupo de Idosos da Igreja Católica (Capela São Roque), eles hoje estão voltando a frequentar a área da unidade de modo formal, desta vez engajados em um projeto comunitário.



Figura 10: Atualmente, a comunidade obteve acesso à área da FLONA para produção de um horto, cuidado por moradores antigos de Mato Castelhana

Este grupo de moradores foi *mobilizado* pelo projeto de conservação ambiental da FLONA. Eram, portanto, idosos que estavam à frente de uma interseção de projetos de um diálogo com os “novos atores” da região, representantes do poder público e do ideal de conservação. Alguns dos participantes deste grupo já eram conselheiros da unidade de conservação.

Entre os discursos dos agricultores do entorno da FLONA entrevistados, conservar o ambiente é um consenso, mas a manutenção da produção na propriedade é o foco de sua

¹⁷ Projeto desenvolvido pela EMATER/RS-ASCAR visa identificar as plantas bioativas existentes na FLONA, além de orientar sobre a utilização e benefícios das plantas cultivadas.

argumentação. São recorrentes narrativas nas quais os personagens obtiveram sucesso econômico “desbravando” a inóspita floresta.

Os agentes que trabalham há mais tempo na unidade de conservação, os quais não diferem significativamente dos demais agricultores locais, detém memórias bastante relacionadas com a paisagem. Referindo-se à narrativa dos “desbravadores”, o funcionário Carlos, chefe substituto da Floresta Nacional, conta a história de um madeireiro famoso. Fazendo um novo chimarrão, durante o intervalo de uma reunião, ele puxa assunto comigo e com o pesquisador da EMBRAPA presente, destacando que a erva mate “é dos pés aqui do lado. Nessa erva não vai nenhum produto”. Aproveitei o momento de descontração: “gostaria de saber da época do Instituto do Pinho, e de quando ele foi extinto”. Carlos toma de imediato a palavra: “Pois que eu saiba, na época da segunda guerra, foi mandada muita madeira para a Europa, pra reconstruir o que ficou destruído lá. Então houve a criação dos Parques Florestais... aqui foi em 1947. [...] Foi tudo cortado, os pinheiros se foram, pra isso.” Em acréscimo a esta conjuntura, o interlocutor ressalta a agência individual de alguns empreendedores nesse processo de transformação da paisagem. Alguns dos fundadores da “vila”, que realizavam atividade madeireira, após a redução dos estoques de madeira de suas propriedades partiram da localidade: “o Manfrói saiu daqui e foi para Santa Catarina. Ele ficou... bilionário!”. O empreendedor mudou-se em busca do mato e em função das leis restritivas ao corte.

Cada grande remanescente de mato existente em área lindeira (vizinha) à unidade de conservação possuiu uma história de seu desaparecimento. Conta o funcionário Carlos que havia muita araucária nativa, eram muitos “pinheiros aqui na frente. [Mas] Aí veio a legislação: não podia mais cortar, porque era espécie em extinção...”. O mato remanescente que na época ficava no local apontado foi suprimido quando se faziam perceber os primeiros efeitos da imposição da legislação ambiental. Essa situação se reproduziu na maior parte dos matos do entorno da FLONA, mas, aos poucos, “o que se tinha de pinheiros se começou a vender”.

Nessas narrativas evoca-se o quanto a paisagem foi modificada no século XX, havendo pouca referência aos índios da região, a menos que se questione diretamente sobre eles. Entre o grupo de agricultores que se reunia na FLONA os índios eram vistos, sempre como passado, como parte de uma paisagem que teria sido já desbravada. Seu João Maria, aos 64 anos, membro do grupo de idosos do município, conta que o avô dele era o “chefe dos índios” da localidade. “Mas ele era branco?”, pergunto. “Sim, minha avó que era índia. Ele não era cacique, era enviado dos brancos”, responde o agricultor. Retornando à colonização,

tema bem mais presente na comunidade, acrescenta: “meu avô me contou que os *primeiros habitantes* daqui foram os Manfrói, depois os Elóis, [...]” (grifo meu). Seu João descreveu uma leva de famílias de imigrantes, “conforme lhe contara seu avô”, que constituem em sua memória, o horizonte mais antigo de povoamento do local. Por motivos como estes, aos índios não se atribui legitimidade para participarem da gestão ambiental e dos projetos coletivos no local. Nas palavras de outro membro do grupo de idosos, discutindo a proposta de preservação ambiental, “os índios não são nativos daqui. Eles vieram de São Paulo”. O agricultor assim se posiciona entre essas “categorias de moradores” historicamente referidas - “Meu sobrenome é português, meu avô era bandeirante” - estabelecendo uma distinção entre a legitimidade de cada grupo de atores. No entanto, no final desse dia de conversa com eles, houve uma reelaboração do argumento deste agricultor: embora os índios não fossem nativos da região, nesse momento, estando ali, eles faziam parte da comunidade e, por isso, constituíam-se como uma “riqueza cultural da região”. Mas não foi cogitado um convite aos índios para participação, nem no conselho, nem no grupo.

Inserido em um projeto de manejo ambiental, seu João pretende dedicar parte do tempo à plantação de espécies florestais cujo tempo transcende sua geração. “Isso não vai ficar pra nós, mas pros filhos” afirma, reiterando os valores por eles considerados “positivos”: a transmissão de um espaço adequadamente transformado aos descendentes. A terra seria o bem maior, invendável. O sentimento de valorização da conquista dos antepassados e da relação com a terra em que vive não lhe permite aprovar a atitude, comum nas gerações atuais, de mudar para a cidade, sendo a manutenção das propriedades um valor moral considerado como um respeito aos ancestrais. O agricultor viveu toda sua vida na propriedade em que mora. O atual trabalho de “sol a sol”, como afirma, é diferente daquele “ritmo da cidade, de oito horas diárias, e folgando no fim-de-semana”.

Haja vista que a Floresta Nacional foi inicialmente criada como Parque Florestal, mas foi transformada em unidade de conservação, os agricultores atuais de Mato Castelhana se consideram onerados, pela restrição à liberdade em suas atividades. A relação com o ambiente, para eles, é derivada do contato direto com os elementos naturais ao longo de sua experiência de vida no local, enquanto as políticas de conservação e as técnicas de produção agrícola mais recentes são vistas como elementos estranhos, de “fora”, novos. No entanto, distinguem as técnicas modernas como coisas que “viabilizam”, enquanto aquelas políticas “restringem e obstaculizam”. Entre os agricultores, assim como os agentes preservacionistas, os *kaingang* são considerados novos atores no município, “novos vizinhos”.

1.4 Memórias do “Parque Florestal José Segadas Vianna”

Criada por decreto federal, a Floresta Nacional de Passo Fundo foi implantada em 1947, sendo inicialmente denominada Parque Florestal José Segadas Vianna, de responsabilidade da Divisão de Florestamento e Reflorestamento do extinto órgão chamado Instituto Nacional do Pinho (INP). Posteriormente foi enquadrada como Floresta Nacional, uma área protegida federal correspondente à categoria de uso sustentável; uma das três unidades de conservação dessa categoria no Estado do RS¹⁸.



Figura 11: Antiga residência da época em que a FLONA de Passo Fundo era um Parque Florestal.

Nas florestas do sul do Brasil, as populações humanas foram deslocadas de seu interior e substituídas por grupos cujo vínculo comum era o trabalho na produção florestal. Dessa época hoje não restam senão lembranças, e poucos reflexos nas habitações que resistiram ao tempo e no ambiente da unidade de conservação (ordenamento dos talhões de mato produtivos ainda aproveitados).

¹⁸ As três FLONA existentes no estado do RS localizam-se nos municípios de Canela, São Francisco de Paula e Mato Castelhano (FLONA de Passo Fundo). A origem dessas florestas nacionais como parques florestais constitui um diferencial entre elas, que pertenceram ao Instituto Nacional do Pinho, e as outras florestas do país.

A Floresta Nacional foi criada pela Portaria 561/IBDF, de outubro de 1968. Nesta época, a unidade de conservação adotou o nome do município que a abrigava, Passo Fundo, em consonância com o padrão vigente. Este desacordo os moradores do entorno da FLONA já sugeriram alterar, por meio da mudança do nome para Floresta Nacional de Mato Castelhana.

Sendo os funcionários atuais da FLONA considerados pelos agricultores como “novos atores” na região, fui procurar a opinião de funcionários que trabalharam na época anterior à transformação da área em Unidade de Conservação. Funcionário mais antigo da superintendência do IBAMA em Porto Alegre, o Sr. Medeiros trabalhou no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). No período em que atuava no IBDF, nas décadas de 1970 e 1980, quando a exploração da área era concedida por licitação, esse servidor visitava esporadicamente as unidades de produção florestal. Em sua experiência como servidor do órgão florestal, o engenheiro conta sobre as origens do “negócio” da madeira. Na região, há mais de oitenta anos, a primeira serraria havia surgido em Lagoa Vermelha, iniciando a atividade desde o leste, mas já incluindo a região de Passo Fundo. Nessa época, conta ele, despertou-se o interesse da população pra esse tipo de atividade econômica. Durante uma entrevista, destaca que no Parque Florestal:

Eram os próprios madeireiros que pagavam os funcionários. A gente [IBDF] trabalhava só com o incentivo fiscal, então ia lá pra marcar as áreas para desbaste. Os madeireiros que faziam tudo. E aquilo dava um bom dinheiro. Os madeireiros pagavam uma taxa e aí a área foi comprada. [...] E se vendia muitas mudas também. Mas outro dia fui lá e tinha só um funcionário pra cuidar do viveiro, enquanto na época eram mais de 50 pessoas.

Conforme essas memórias, muitas famílias vieram a morar em Mato Castelhana pelo vínculo de trabalho com o antigo Parque Florestal. As Florestas Nacionais do sul, quando transformadas em UC, possuíam dezenas de trabalhadores, muitos dos quais, por até duas gerações, aposentavam-se e estabeleciam suas moradias nas vizinhanças. Apesar de ter havido pessoas morando no interior da área protegida, não houve conflitos fundiários, pois as terras já tinham sido compradas e desapropriadas. A produção em larga escala da época dos viveiros comerciais, segundo ele relata, era de 3 a 4 milhões de mudas, e dificilmente seria retomada, pois a atividade deixou de ser valorizada economicamente. Em seguida, com a transformação do parque florestal em FLONA, o governo passou a não mais praticar a atividade de produção em larga escala nessas áreas, havendo a dispersão das famílias que utilizavam as unidades como local de moradia e espaço para convívio social.

Em sua percepção de servidor que sempre foi lotado na sede da estrutura pública, e não nos afazeres diários da unidade, Medeiros revela alguns motivos da naturalização da distinção entre as categorias de unidade de conservação, exemplificando com outras em face do histórico das FLONA: “É, a mudança foi grande... A diferença hoje é que aquelas áreas foram compradas, foram pagas, não são como o parque de Aparados da Serra, a Lagoa do Peixe...” (os Parques Nacionais citados pelo interlocutor são unidades de proteção integral, e contraditoriamente ainda possuem comunidades morando no interior de seus limites).

Essas memórias podem auxiliar a contextualizar as demandas atuais dos moradores do entorno da unidade de conservação. Nas reuniões do conselho consultivo na FLONA de Passo Fundo, muitos representantes demandam um retorno ao modelo do “tempo em que a unidade era aberta à comunidade”. Nessas reivindicações, ações como a implantação ou reativação de viveiros de mudas e hortos florestais têm sido elencadas pelas comunidades como propostas de “abertura” da FLONA, pois são “visíveis” e permitem o acesso dos grupos responsáveis à unidade “pela porta da frente” - ainda que não representem uma possibilidade de lucro econômico.

Um tipo de relação “aberta” com a área protegida é, portanto, o fator determinante dessas demandas. A “abertura” é evocada como um processo em que a comunidade estaria “retomando” o direito à floresta, o qual lhes fora retirado pelo poder público, recentemente, por conta das políticas de conservação.



Figura 12: O servidor da Floresta Ênio apresenta o atual viveiro de mudas, hoje com escala e enfoque mais educativos que produtivos.

CAPÍTULO 2

GESTÃO DE UM AMBIENTE COM HUMANOS

De um modo geral, a maneira de conceber e criar Unidades de Conservação é baseada em um modelo quase universal, adotado pelos países ocidentais. A abordagem da criação dos parques nacionais (primeiras unidades de conservação modernas) nos moldes norte-americanos discerne a visão conservacionista dos recursos naturais - cuja principal oposição era ao desenvolvimentismo - da visão preservacionista, esta uma reverência à natureza no sentido estético de apreciação da vida selvagem (*wilderness*). Na Europa, por outro lado, a criação de áreas protegidas estaria também associada a um conjunto de concepções que valoriza o mundo natural domesticado, indício de um bom “nível de civilização” (DIEGUES, 2004: 23).

A criação de áreas protegidas teve acentuado crescimento a partir da década de 1950. Na década de 1970, mais de 1.300 parques foram criados em todo o mundo. Este modelo, porém, não pôde ser transposto a realidades como a do Brasil sem afetar as populações que viviam em áreas preservadas. Em meados de 1980, estimava-se que 70% das áreas protegidas do mundo eram habitadas por populações humanas, fato “incompatível” com o ideal de proteção integral da natureza. Na América Latina esta condição atingia 86% (COLCHESTER, 2000 *apud* NUNES, 2003).

De 1989 a 2007, o IBAMA foi responsável pela administração das UC federais brasileiras. A criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade pela Medida Provisória 366/2007 transferiu daquele órgão a responsabilidade pela administração de todas as 290 unidades de conservação federais¹. As UC que esse Instituto administra abrangem cerca de 8% do território nacional. A metade dessa área é ocupada por unidades de

¹ No Brasil existem unidades de dois grandes grupos, conforme o objetivo seja o uso sustentável ou a proteção integral do ambiente. O primeiro grupo, composto por 164 unidades, permite atividade humana em seu interior, se prevista em um Plano de Manejo. Além das FLONA, estas UC são distribuídas nas categorias de reserva extrativista (RESEX), reserva de desenvolvimento sustentável (RDS), área de preservação ambiental (APA) e áreas de relevante interesse ecológico (ARIE). Por outro lado, há unidades de conservação de proteção integral, cujas áreas devem ser mantidas com o mínimo de interferência humana. São categorizadas como: parques nacionais (PARNA), reservas biológicas (REBIO), estações ecológicas (ESEC), monumentos naturais (MN) e refúgios de vida silvestre (REVIS). Elas são em menor número, totalizando 126, e constam principalmente de parques nacionais, com 62 unidades (ONAGA & DRUMOND, 2007).

conservação que permitem o uso sustentável e manejo dos recursos do ambiente, como a FLONA.

2.1 “Pressões externas”: a situação das Florestas Nacionais no Brasil

Atualmente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, define uma “Floresta Nacional” (FLONA) como uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, de posse e domínio públicos, com o objetivo básico de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a realização de pesquisa científica, com ênfase em métodos de exploração sustentável de florestas nativas². Há 64 unidades de conservação da categoria Floresta Nacional. As maiores possuem mais de dois milhões de hectares (FLONA de Roraima, p. ex.), enquanto outras, menores, possuem menos de cem hectares (FLONA de Itápolis/MG). Na região sul do país, as Florestas Nacionais existentes representam menos de 1% da área que a categoria de UC abarca no Brasil, mas apesar das dimensões, abrigam remanescentes importantes dos ecossistemas nativos - como a floresta de araucárias, que faz parte do bioma Mata Atlântica e constitui uma Reserva da Biosfera protegida por acordo internacional (RBMA/UNESCO).

Não obstante, há muitos problemas para consolidar a implantação das UC da categoria florestas nacionais em geral. Dados de um recente estudo de efetividade da gestão das unidades de conservação federais (marco zero de um sistema de diagnóstico e avaliação, o RAPPAM - *rapid assessment and prioritization of protected area management*), envolvendo gestores de 245 UC, apontam como principais objetivos de planejamento dessas unidades a inclusão (efetiva) da conservação entre seus objetivos, além da “compreensão dos objetivos pelos funcionários e gestores e o apoio das comunidades aos objetivos gerais das unidades de conservação” (ONAGA & DRUMOND, 2007: 59). Ainda segundo a avaliação citada, realizada pelo IBAMA em 2007, as florestas nacionais são vulneráveis devido à carência financeira para execução de ações, à dificuldade de contratação de funcionários, ao fácil acesso indiscriminado às áreas, ao elevado valor e demanda por recursos naturais e à dificuldade de monitoramento das atividades ilegais bastante recorrentes. Essas unidades de conservação possuem, segundo os gestores que responderam aos questionários da pesquisa,

² Retirado do *site* do IBAMA. Disponível em: www.ibama.gov.br/flonas/home.php, acesso em 27 fev.2008.

problemas relacionados à presença de espécies exóticas e às atividades humanas desenvolvidas no entorno.

Esta avaliação busca a “efetividade da gestão das florestas”, havendo bastante destaque ao que é considerado como “pressões e ameaças externas”. Os resultados obtidos nos itens referentes aos processos em andamento nessas unidades, tendo como referência a unidade de conservação e sua administração, apontam, assim, para a necessidade de implementação dos Conselhos Gestores da UC. Destacando a posição privilegiada de muitas florestas à conectividade com outros maciços florestais, a avaliação propõe que a gestão deva voltar-se para “fora da UC”, ou seja, para a região em que se encontram, “por meio de corredores ecológicos que impedissem o isolamento”. A efetividade do esforço de manutenção da área em condições mais próximas às consideradas equivalentes ao equilíbrio “anterior ao processo de antropização” implicaria no reconhecimento de que as UC precisam “crescer”.

Estas características da relação das unidades de conservação com o seu entorno têm sido apontadas em alguns trabalhos acadêmicos. No debate sobre a ruptura entre natureza e cultura no âmbito das unidades de conservação, Audibert (2004) se atém aos limites que esse constrangimento dualista impõe na construção de alternativas para a degradação ambiental. O autor traz uma contribuição ao estudo das unidades de conservação da natureza como objeto sociológico³ a partir de abordagens de autores contemporâneos, sendo imperativo ao constatar que “a capacidade de integração em uma mesma estratégia de ordenamento espaço temporal dos elementos ambientais e sociais que atualmente se encontram organizados em estratégias conflitantes [nas unidades de conservação] ainda está distante de ser elaborada” (AUDIBERT, 2004: 106). Nessa relação haveria dificuldades ocasionadas pelas representações dos atores envolvidos nas unidades de conservação, tanto da parte de agentes públicos quanto de comunidades locais, como uma recíproca “externalização” da visão da conservação ambiental: as comunidades se considerariam “fora” das áreas protegidas enquanto ações que envolvem o ideal de preservação deveriam ser realizadas somente no “interior” das unidades.

No caso das florestas nacionais gaúchas, todas as atividades humanas, bem como as residências dos agricultores, estão “fora” da unidade, e não em seu interior. Mas os elementos ambientais que se encontram dentro da Unidade de Conservação sofrem a influência e influenciam a rede em que estas pessoas agem. As atividades potencialmente prejudiciais ao ambiente estão inseridas em cadeias de produção agrícola ou em hábitos tradicionais

³ O autor realizou sua pesquisa de doutorado enfocando as representações coletivas entre comunidades influenciadas por unidades de conservação no Rio Grande do Sul.

extrativos dos moradores do entorno, como a coleta de sementes, pinhões, supressão de madeira e lenha, etc. Neste sentido, mesmo não freqüentando a UC, os moradores estão inseridos em uma estratégia de conservação, em meio a processos culturais que engajam os membros com o ambiente.

2.2 A implicação da zona de amortecimento da unidade de conservação

Um dos problemas derivados da transformação do parque florestal em FLONA é a criação de uma zona de amortecimento no entorno desta área protegida. Boa parte das controvérsias na Floresta Nacional de Passo Fundo é relacionada às atividades desenvolvidas na sua zona de amortecimento, que é uma representação jurídica instituída sobre o espaço, concebida com base em conhecimentos científicos sobre os processos ecológicos que envolvem as áreas protegidas. Estas áreas também devem ser fiscalizadas pelos servidores públicos da unidade de conservação e priorizadas em ações que visem à conservação. A regulamentação de uma zona de amortecimento das Unidades de Conservação é expressa na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 13, de 1990. Nessa zona, todas as atividades humanas que puderem representar risco ecológico devem sujeitar-se a normas e restrições específicas. Sua demarcação deve ser feita segundo a relevância das áreas vizinhas para a conservação da qualidade do ambiente, considerando as interações ecológicas e o “efeito de borda”. Estes fatores são característicos das diferentes realidades das unidades de conservação no Brasil⁴. Os limites da zona de amortecimento devem ser oficializados no Plano de Manejo de cada unidade de conservação, com base em estudos sobre as condições ecológicas e produtivas da faixa de entorno. Estes estudos podem contribuir para aumentar ou diminuir a zona em restrições e extensão, em relação ao ponto de partida estipulado em 10 km, o que torna a demarcação problemática (BENSUSAN, 2006).

Na FLONA esta delimitação ainda está sendo elaborada, estando em vigência o valor *default* (predeterminado) para a zona de amortecimento: o raio de 10 km de distância da unidade de conservação. Na imagem (figura 13) produzida pelo IBAMA constam os rios Passo Fundo, Capingüi, Piraçucê e Jacuí, além do Arroio Marau na zona de amortecimento. Esses cursos d’água são importantes na medida em que transportam materiais, como

⁴ O “efeito de borda” é verificado pela diminuição das espécies nas proximidades dos limites da UC. Em unidades de conservação menores este efeito pode exigir maiores esforços ou mesmo inviabilizar a conservação.

agrotóxicos, para o interior da UC, sendo, portanto, elementos importantes para a delimitação da zona de amortecimento nos estudos do plano de manejo.

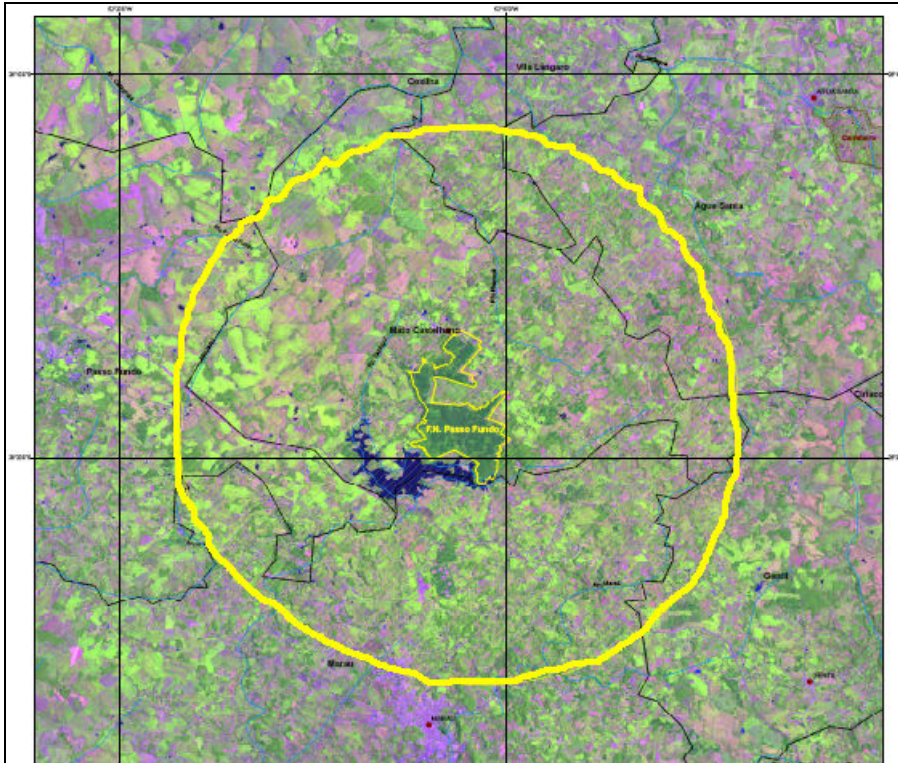


Figura 13: Destaque (círculo e hachura) à proporção da área de entorno em relação à Floresta Nacional de Passo Fundo. Adaptado do *website* do IBAMA.

Em princípio, a influência da Floresta Nacional de Passo Fundo corresponde à área hachurada na imagem acima (figura 13), que mostra a proporção da zona de amortecimento em relação unidade de conservação. Na mesma imagem, que foi produzida pelo órgão ambiental federal, há a delimitação política do município de Mato Castelhano. Este possui extensão aproximada de 24.500 hectares (porte de “micro” na denominação da FAMURS). A área protegida abrange, assim, menos de 6% da área do município. Porém, a área de influência da FLONA inclui o entorno desta unidade de conservação, o qual ocupa 31.000 hectares.

Pelo motivo acima exposto, as regulamentações e restrições ambientais advindas de uma unidade de conservação possuem influência tanto no que é feito no interior da área, quanto nas atividades do seu entorno, o que – além de se constituir como um benefício às comunidades - é imprescindível do ponto de vista ecológico, mas exige do Estado e dos gestores públicos o estabelecimento de relações institucionalizadas com as comunidades residentes e atores que empreendem intervenções nesses limites “externos”.

A mobilização em torno da liberação do plantio de soja transgênica na zona de amortecimento da FLONA envolve mormente agricultores de Mato Castelhana e, em menor quantidade, de Marau. A associação dos produtores daquele município calcula que 1500 agricultores desenvolvem atividades no entorno da FLONA. As propriedades rurais agrícolas no município de Mato Castelhana são, em média, pouco menores a 30 hectares de terra, totalizando 902 unidades produtivas. Nessas propriedades agrícolas é plantado principalmente soja e milho. Atualmente a produção de soja neste município ocupa 15.000 ha. Na figura seguinte, produzida pela associação dos moradores do entorno da floresta, são apresentados os municípios envolvidos (figura 14).

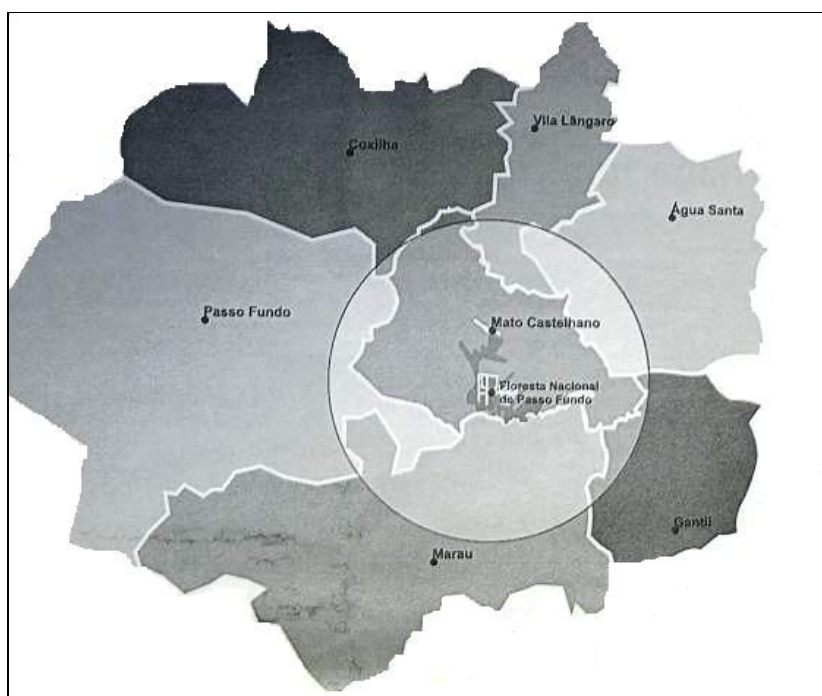


Figura 14: Municípios abrangidos pela zona de entorno da FLONA. Fonte: informativo PROFLOMA (adaptado).

2.3 A criação do Conselho Consultivo da unidade de conservação: a perspectiva institucional e dos conselheiros da FLONA

A Floresta Nacional de Passo Fundo, com a criação de seu conselho consultivo, evidenciou seus objetivos conservacionistas, tornou visível sua influência na região e descortinou uma rede extensa da qual faz parte. Isto ocorreu à medida que as peculiaridades

inerentes à conservação evidenciavam-se aos atores locais. Era posta, assim, em jogo uma tentativa de convergência das ações locais e regionais para um objetivo comum inovador: uma forma de desenvolvimento que fosse pensada a partir do ambiente. Este caso particular, não obstante, está relacionado a um processo que ocorre em nível nacional.

A participação social na gestão ambiental de unidades de conservação no Brasil, de um modo geral, foi instituída há menos de uma década, com a criação da figura dos Conselhos Gestores⁵ (CG) das UC, a partir de demandas sociais e de discussões em nossa sociedade acerca da proteção ambiental nas áreas cuja administração é de responsabilidade governamental.

Nas esferas de participação, instituídas na legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁶, as decisões concernentes à administração das UC já criadas, que até então ficavam ao encargo dos órgãos ambientais (cuja atuação era apoiada em pareceres científicos e jurídicos), passaram a ser apresentadas às comunidades e demais atores, oficialmente convidados a participar. Essa participação ocorre através das Consultas Públicas, dos Planos de Manejo e dos Conselhos Gestores das unidades de conservação. Em tese, previamente à criação de uma Unidade de Conservação devem ocorrer as Consultas Públicas, quando a população tem oportunidade de conhecer a proposta de criação e opinar acerca dos “ajustes” necessários. O artigo 5º do SNUC atrela a gestão dessas unidades a diretrizes que “assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”. Para que possam atingir seu objetivo como espaço democrático de construção de consensos e gestão de conflitos, ao serem formados, os Conselhos Gestores devem procurar garantir o respeito aos seguintes princípios: legalidade, legitimidade, representatividade e paridade.

O Poder Público Federal, por meio de seus quadros funcionais, visando à inserção dos atores no processo dialógico, enfoca os temas da conservação ambiental e da participação social a partir da aplicação de metodologias educativas populares nessas instâncias, as quais são elaboradas pelas instituições públicas⁷ e parceiros. As áreas protegidas são assim

⁵ Os conselhos das unidades de conservação, sejam consultivos ou deliberativos, são considerados conselhos gestores.

⁶ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) representou avanços na democratização da gestão ambiental pública, haja vista que prevê a participação social no planejamento das ações nas unidades de conservação. Este sistema reúne diversas categorias de áreas protegidas que seriam possuidoras de elementos importantes à manutenção dos processos ecológicos.

⁷ A educação ambiental, atribuição legal desse instituto, existe no IBAMA desde 1989. Em 1992, foi criada a Coordenação-Geral na sede, em Brasília, e núcleos nos Estados Federativos. Atualmente, com uma reestruturação do IBAMA, esta linha de trabalho com populações locais está vinculada ao setor de treinamento da instituição sendo os projetos referentes à gestão participativa de unidades de conservação mantidos pelo ICMBio e por organizações da sociedade civil.

consideradas como espaços educativos que auxiliariam na construção de uma cidadania ambiental, por meio dos processos de diálogo em torno das atribuições do conselho, isto é, pelo viés de seu valor político para a democratização dos bens ambientais no Brasil, no que se refere ao acesso às decisões que interferem no uso e na qualidade ambiental (LOUREIRO *et al.*, 2005). Os atores locais são vistos nesse processo como parceiros na implantação das atividades formais da unidade ou como partes dos “conflitos gerados em torno da qualidade ambiental”. Neste aspecto, a abordagem das atividades recai, portanto, sobre a inclusão social, cidadania e justiça ambiental e, enfim, sobre a consolidação da democracia no país.

Desta maneira, em uma perspectiva educativa, os conselhos gestores apresentam-se como potenciais instrumentos de apreensão de perspectivas, de reconhecimento mútuo e de atuação coletiva, e também como o caminho para o reconhecimento do público que foi envolvido em um projeto preservacionista pela criação da UC - da parte de outros atores, na condição de educadores e gestores. Ações com vistas à capacitação dos atores para uma participação individual e coletiva qualificada, já têm sido empreendidas no âmbito da gestão ambiental, fomentadas pelo poder público e conduzidas a partir de enfoques multidisciplinares. Destacam-se aí a construção de metodologias que alavancam a organização social e desenvolvem os níveis de participação social em conselhos de unidades de conservação, considerando discrepâncias materiais e cognitivas dos seus atores sociais e o desenvolvimento de habilidades de conduta e manifestação para a participação qualificada nos processos decisórios.

Demonstra-se importante a perspectiva de compartilhar a gestão ambiental desenvolvida nos últimos anos visando à atuação coletiva nessas unidades. Estas ações possuem também valor na medida em que possibilitam aos atores a realização de planejamentos participativos específicos, bem como o acompanhamento da sociedade nas atividades das unidades de conservação. No entanto, o caráter da participação nos processos de gestão em áreas protegidas é dado pelo envolvimento das populações humanas atingidas pelas restrições ambientais, representantes dos movimentos sociais e gestores públicos em setores afins e cada novo ator traz consigo elementos que a ele estão associados, a partir de seu interesse, de sua “tradição” ou de seu ponto de vista. Dessa maneira, a concepção dos espaços de diálogo e a “capacitação” dos atores nesse processo nunca poderiam estar definitivamente “prontas”, mas imersas em um processo de autoconhecimento e reconhecimento a partir da dialogicidade frente ao *outro*.

Segundo Dos Anjos (2007), “um modelo baseado em ética da interlocução torna-se patente na forma como a participação da população alvo, nas diferentes etapas do projeto, é

ênfatzada” (DOS ANJOS, 2007: 16). O que não representa necessariamente a ausência de conflitos. Ele destaca, assim, que existem limites do agir comunicativo das “metodologias participativas”, que se referem a três exigências: a da auto-apresentação das comunidades, a do repasse de informações e a de uma prática mediadora que considere as necessidades dos moradores efetivando a interlocução simétrica.

Na Floresta Nacional de Passo Fundo, a criação do conselho ocorreu em 2004. Esse Conselho Consultivo foi concebido com a finalidade de compartilhar direitos e responsabilidades com a sociedade civil e demais entidades cuja atuação seja correlata à gestão da unidade de conservação. Entre os atores que ocupam os assentos, que se alternam a cada dois anos, estão em geral órgãos públicos, organizações da sociedade civil (associações de moradores, sindicatos, ONGs) e de áreas afins (instituições de ensino superior, de pesquisa), mas também políticos e representantes dos setores produtivos. Esse mecanismo de participação e controle social é pautado pelos objetivos da unidade de conservação (variáveis conforme sua categoria), e pelas demandas das comunidades e atores relacionados espacialmente ou por afinidade à área ambiental. Apesar de todo o aparato mobilizado em torno da implementação de processos de participação social em unidades de conservação, no caso da FLONA de Passo Fundo, as controvérsias possuíam conteúdos específicos que complexificam o diálogo em torno de uma proposta comum para as comunidades locais.

Os responsáveis pela gestão da UC entrevistados afirmam que o relacionamento com as comunidades que residem no interior ou no entorno dessas unidades é, em geral, difícil, mesmo depois da criação dos espaços formais de diálogo. Ao ser entrevistado sobre o caso específico da criação do conselho consultivo da FLONA de Passo Fundo, o servidor Falcão conta como foi a sua experiência na época⁸ da instauração do processo participativo da FLONA. A criação do Conselho naquela unidade foi, segundo Falcão, uma maneira de fomentar ações preservacionistas que começavam a ser implantadas e o problema enfrentado desenvolveu-se a partir de uma controvérsia relacionada ao plantio de lavouras transgênicas na zona de amortecimento da floresta nacional, o que não era permitido.

Lá a coisa teve mais dimensão por causa do soja, dos novos servidores e da criação do conselho. Mas antes já havia uma série de conflitos. Primeiro, porque é uma unidade de conservação que foi criada há muito tempo, pelo Instituto do Pinho: tinha um viés de produção. Depois do SNUC, ela passou

⁸ O funcionário foi chefe do Escritório Regional do IBAMA em Passo Fundo, tendo participado da articulação inicial para criação do conselho consultivo, que se deu na realização de um curso de capacitação promovido na UPF, em parceria com o MUZAR/UPF. Esse curso contou com participantes de representantes de várias entidades que depois iriam compor o conselho e foram elaborados projetos em parceria entre essas entidades.

a ter o viés de conservação; apesar de ter uma parte de produção. [...] Então a FLONA era quase que um parque do entorno, as pessoas atravessavam, passavam. [...] E ela ficou muito largada nessa transformação. Os primeiros conflitos foram com a tentativa de tentar dar esse enfoque de conservação. Em todas as unidades de conservação os problemas começam quando as pessoas passam a ter restrições às atividades que realizavam no entorno.

Ele também se refere, além da criação do Conselho, a um evento anterior, quando houve o provimento de novos funcionários à Floresta, como medida de fortalecimento da gestão de todas as unidades de conservação federal, com forte influência da perspectiva preservacionista. Em 2003, com a chegada de dois servidores recém-empossados, Remi e Wilson, houve então novas tentativas de diálogos com vistas a transformar as relações com o ambiente, enfocando a área como unidade de conservação, e não como “produtora de madeira”, quatorze anos após a extinção do IBDF. Estes servidores foram os primeiros a serem empossados com esta prerrogativa (preservacionista) na FLONA.

A preocupação com o entorno se intensificou a partir deste momento, segundo Falcão. Os conflitos que tomavam dimensões menores também envolviam proposições de mudanças em atividades dentro da FLONA, como cessar as práticas de coletas livres, a retirada de cascalho, o uso de acessos internos como atalhos para as propriedades. Isto foi considerado pelos moradores como o “fechamento” das estradas e da própria Unidade de Conservação.

Potencializaram-se estes conflitos com o problema em torno do plantio de soja transgênica. A unidade de conservação passou a ser um empecilho ao desenvolvimento da região, na opinião dos moradores do entorno. Segundo o servidor entrevistado, Falcão, “era uma disputa difícil, porque todos queriam aquilo”. Ele participou de reuniões para solucionar o impasse do plantio ilegal, durante os primeiros anos do conselho: “a gente sempre entendeu o conselho como uma forma de descentralizar as responsabilidades e ter um respaldo. Mostrar que não era ‘o IBAMA’, na época, que queria isso, que tinha uma legislação. Era muito difícil mostrar que nos cabia apenas executar”.

As controvérsias em torno da liberação do plantio de soja transgênica acompanharam as discussões no conselho da FLONA desde sua criação. Essa atividade produtiva mobilizou a maioria dos atores em torno de um problema que tomou dimensões maiores. Assim, outras atividades que ficariam ao encargo dos conselheiros discutirem estiveram subsumidas em meio ao debate polarizado entre os defensores da manutenção dessas lavouras no entorno e os demais.

A partir do momento em que foi prevista em lei a criação dos conselhos, diversos movimentos de setores do órgão ambiental federal procuraram estabelecer procedimentos, critérios e ações de diálogo e de qualificação da participação das comunidades, segmentos sociais e seus representantes nos conselhos, enfocando, sobretudo, as potencialidades que as unidades de conservação representam para as comunidades do seu entorno. Durante os eventos voltados à qualificação dos processos de gestão participativa de unidades de conservação, a alocação de recursos para essa atividade era sempre considerada um desafio pelo qual os conselhos não poderiam concretizar muitas propostas importantes e viáveis⁹.

Entre os funcionários que participaram da mobilização inicial para a criação do conselho consultivo, conforme destaca o ex-chefe da FLONA, Falcão, a instância participativa é encarada como uma maneira de dividir e “construir decisões, e principalmente o envolvimento das universidades naquele entorno e de instituições como a EMATER, no apoio de divulgação para a gente poder falar sobre legislação ambiental”. Também havia na época por parte destes atores o intento de aumentar a quantidade de pesquisas acadêmicas na unidade, disponibilizando hospedagem aos pesquisadores e, aos poucos, atender àqueles problemas referentes à transformação efetiva da área em unidade de conservação ambiental.

Na etapa de composição dos assentos do Conselho Consultivo da Floresta Nacional o encontro dos diferentes atores possibilitou o estabelecimento de associações em torno da hierarquização dos temas a serem discutidos, bem como do planejamento dos rumos do trabalho a ser realizado após constituído o conselho. Abaixo serão apresentados os movimentos iniciais empreendidos para mobilização de atores, conforme presenciado nas reuniões e discutido com os agentes públicos da Floresta.

A reunião para composição¹⁰ dos assentos do Conselho, realizada em 2003 na sede da unidade de conservação contou com a presença de cerca de 40 pessoas. O enfoque do debate recaiu sobre trabalhos científicos realizados na UC, potencialidades da FLONA e aspectos legais e institucionais dos Conselhos Consultivos em Florestas Nacionais. Os temas abordados envolviam projetos concebidos através de compensações ambientais, coleta de pinhão, curso de capacitação, identificação de lideranças das diferentes comunidades do município para “atuarem como multiplicadores”. Afirmou-se que, com maior envolvimento da comunidade, a partir da existência da unidade de conservação, benefícios coletivos

⁹ No caso do Conselho da FLONA de Passo Fundo, os conselheiros puderam eleger coletivamente o destino dos recursos advindos de compensações ambientais. Atualmente, depois de diversos acontecimentos em um curto período de tempo de existência do conselho, ainda persistem algumas discussões em torno do assunto, em meio ao processo de elaboração do plano de manejo, documento que deverá delimitar a zona de amortecimento e as atividades humanas possíveis na FLONA e no seu entorno.

¹⁰ A composição do Conselho (APÊNDICE A) foi oficializada através de portaria em julho de 2004.

poderiam ser obtidos para incentivo à implantação de formas de desenvolvimento diferenciadas, as quais poderiam ser adotadas na região da FLONA, caso os proprietários estivessem dispostos a participar dessa mudança.

Entre outros grupos, como alguns moradores do entorno, o conselho se apresenta atualmente como uma instância em que os atores podem buscar reconhecer a lógica da argumentação dos agentes envolvidos com a preservação ambiental, bem como um diálogo sobre a realidade local daqueles atores. Na opinião de um conselheiro e agricultor (Seu Mário), “se bem trabalhado esse conselho”, isto é, se ele conseguir “envolver as pessoas”, haveria aí um caminho para discutir todas as questões “pertinentes à minha vida, aqui do lado da unidade de conservação, como agricultor [e, portanto, não somente os temas ambientais]”. O entrevistado destaca que em sua opinião sempre houve “um descuido em relação ao agricultor, que é desgarrado”¹¹. Este conselheiro ainda avalia positivamente a situação de conflito enfrentada pelos atores locais, associando a idéia de “sociedade” com o ato de “ouvir os outros”. O espaço de diálogo também foi reconhecido pelo agricultor como um local onde poderia apresentar suas dificuldades a interlocutores confiáveis (característica da relação de vizinhança em sua concepção).

Devido às considerações apontadas pelo agricultor, ele sustenta a importância do conselho consultivo no estabelecimento de um diálogo formal que leve ao reconhecimento das demandas das comunidades agrícolas do entorno da Floresta Nacional. Para o conselheiro Mário, no contato com a Floresta antes da criação do conselho, os agricultores não possuíam a prerrogativa de opinar sobre a gestão da unidade: esta se lhes apresentava como mais um vizinho:

Não havia o questionamento se é bom ou ruim. Seria um vizinho como outro qualquer, com quem se tem que conviver, que está ali. Não precisava nem eu avaliar se era positivo ou negativo. Simplesmente era um bom vizinho, é claro o que o meu subconsciente tava dizendo: se tiver alguém pra plantar árvore, ótimo! Pois o agricultor, depois que chegou a motosserra, e o trator de esteira, pôs tudo abaixo. Então, ótimo, vizinho está plantando.

Porém, as opiniões são bastante diversas entre os moradores do entorno da FLONA. Frequentemente, o conselho é visto por alguns deles, ou pelos representantes dos setores produtivos, insatisfeitos com as restrições a eles impostas, como uma espécie de ouvidoria para contestação da legislação ambiental, ao invés de um espaço de participação na gestão da

¹¹ Ele tentava explicar a sensação de que a sociedade promove mais a qualidade de vida no meio urbano.

unidade específica. As comunidades locais têm seus pontos de vista, enquanto os servidores da unidade de conservação têm outros; díspares histórica e culturalmente, ambos não se encontram “naturalmente” na organização e nas possibilidades de concepção da gestão da área.

Entre os principais agentes públicos que atuam em esferas de participação na UC e em instâncias formais de diálogo sobre decisões que afetam o ambiente, há a concepção da experiência enquanto pedagógica, desde uma perspectiva *freireana* de educação. Algumas premissas dessa ação educativa encontram-se em Quintas (2002). Alguns eventos realizados pelas instituições públicas responsáveis pelas UC e parceiros da sociedade civil demonstram tentativas de avanços na apropriação conceitual e metodológica da gestão ambiental participativa¹². Segundo o ex-Coordenador Geral de Educação Ambiental do IBAMA, a questão que se coloca é “construir e reconstruir, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre a realidade, de modo dialógico, com os sujeitos envolvidos” (QUINTAS, 2002). Em face da evidência dessa situação, os procedimentos e estatutos são questionados e reelaborados nesse processo de discussão e prática.

Em uma tentativa de apreender as demandas comunitárias, foi realizado, já no período de gestão participativa da Floresta Nacional, em março de 2005, um questionário (*survey*) com vistas a conhecer as expectativas das comunidades em relação ao retorno que poderia a floresta dar aos moradores locais. A administração da UC realizou na época um “cadastro”¹³ dos moradores do entorno. Essas atitudes foram inovações; alguns moradores se surpreendem positivamente com a iniciativa; sugeriram que fosse mantido o diálogo, através de novas visitas às suas propriedades. Intervindo também na relação entre as comunidades e a prefeitura do município, nesse momento, a rede que envolvia a FLONA estava em transformação, sendo percebida uma abrangência multipolar de atores. As demandas comunitárias passaram a ser abordadas a partir da unidade de conservação, no sentido de um processo de “ambientalização” dos conflitos (LOPES, 2006).

O processo tem possibilitado avanços na execução de ações com a sociedade, não somente de preservação do ambiente da floresta, mas iniciativas de construção de um modo diferenciado de relação da sociedade com o ambiente foram veiculadas. Um dos principais

¹² Seminários de capacitação para atuação em conselhos gestores de UC desde 2004.

¹³ Outras atividades de mapeamento das atividades e dos humanos no entorno continuaram a ser realizadas posteriormente, com apoio da sede do instituto, envolvendo imagens e referências geográficas, mas os dados aqui utilizados são considerados pela espontaneidade das sugestões dos entrevistados, e para demonstrar como era a relação com os moradores antes do estabelecimento da controvérsia da soja transgênica. Destaco, porém, esses documentos procurando distinguir algumas questões que, do ponto de vista das instituições correlatas à conservação, são em nada controversas, como o uso dos acessos internos. Por outro lado, entre os moradores, a apropriação da noção de zona de amortecimento enquanto um dos instrumentos de gestão ainda é incipiente.

temas destacados pelos moradores (ver APÊNDICE A) é o uso das estradas internas da FLONA e a maioria desejava manter essa condição “privilegiada”. Essa é uma demanda principalmente evocada pelos moradores ou por quem trabalha com agricultura.

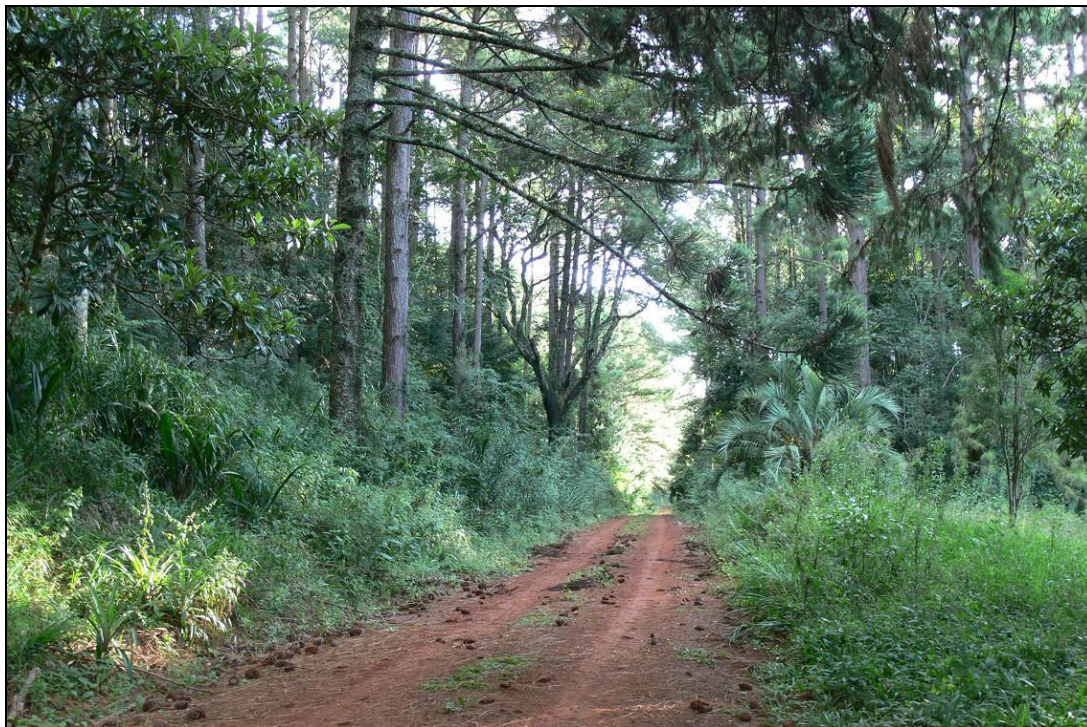


Figura 15: Acesso interno da FLONA. O trânsito de moradores, assim como a circulação de animais domésticos na unidade de conservação, já era assunto controverso antes da criação do conselho consultivo.

Conforme se depreende, as demandas são referentes ao tipo de uso que os entrevistados fazem de sua propriedade, revelando perspectivas que se referem às dimensões de “habitar” ou de “usufruir eventualmente” da paisagem. Um advogado, que usa a sua propriedade como sítio de lazer, deseja que haja preservação ambiental, sua perspectiva é a de contemplar a preservação, na perspectiva de refúgio do cotidiano na cidade. Entre as maiores propriedades, o acesso pelas estradas, o fornecimento de mudas e à atenção à repressão da caça são mais recorrentes que o uso direto das sementes das araucárias. Os moradores e trabalhadores do entorno, por outro lado, quanto menores suas propriedades, mais afeitos são ao uso da unidade de conservação e ao acesso aos seus benefícios, como a coleta de pinhão.

2.4 Redes, “caixas-pretas” e “cosmopolítica” em um processo de gestão ambiental

A criação da instância de participação social conhecida como Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Passo Fundo ampliou a rede, extrapolando os limites da abrangência jurídico-institucional da UC. Este espaço passou a contar não somente com a participação de representantes de diversos segmentos que desenvolvem atividades na floresta e no seu entorno, mas também com novos atores que representam interesses oriundos dos laboratórios tecnocientíficos - as biotecnologias produtivas, neste caso, a soja transgênica.

Na controvérsia sobre o plantio de soja, que envolveu os moradores dos municípios do entorno da FLONA, considera-se que a semente mobilizou diversos outros atores (empresas, produtores e pesquisadores, políticos, a Floresta Nacional, herbicidas). Neste trabalho, adoto o conceito de ator (ou *actante*, humano ou não-humano) que é explicado, segundo a Teoria do Ator-Rede (TAR), pelo seu poder de *agência* (no caso de não-humanos, a agência refere-se também à mobilização de outros atores e à influência em situações que não são completamente controladas ou determinadas pelos humanos).

O uso dos cipós presentes nas áreas protegidas pelos indígenas é um exemplo de uma nova intencionalidade no debate sobre a construção da realidade na Floresta Nacional e da conservação ambiental em seu entorno¹⁴. Institui-se aí, portanto, um espaço para a *dialogicidade* que tensiona o ordenamento legal da UC, intensificando a agência a ele associada, não obstante o fato deste ordenamento constituir uma “caixa-preta” ao conjunto dos atores¹⁵.

Os atores concordam que devem conhecer a opinião do outro, mas sua atuação no ambiente é baseada pela experiência imediata com os elementos, e não na adesão a um projeto que visa a incluí-los. O ordenamento do uso destes elementos e as leis ambientais já instituídas podem ser discutidos de modo que todos deles se apropriem, compreendendo os princípios de ordenamento do mundo que embasaram sua construção. Mas algumas particularidades começam a se mostrar presentes na concepção dos atores, que podem passar

¹⁴ Entre os kaingang, ainda, a agência de alguns elementos ou entes naturais (os não-humanos) também envolve o que em nossa sociedade chamariamos de *consciências* ou *racionalidades*, com as quais existe contato em rituais religiosos na igreja do acampamento indígena.

¹⁵ A metáfora da “caixa preta” refere-se a um conjunto de idéias aceitas por todos, tendo se tornado proveitosas aos atores que as defendem, até que novas controvérsias possam vir a desestabilizá-las. Nesse sentido Latour compara a Ciência com a mitológica figura bifronte de Janus, cujas duas faces falam de maneira distinta: enquanto uma está em busca de construção e validação de assertivas em um campo agonístico; a outra já é estabelecida e considerada verdadeira: as controvérsias já cessaram e houve o fechamento da caixa-preta dos conteúdos em questão (LATOUR, 2000).

daí a exigir o seu reconhecimento, mais do que como agente que convive em um mundo ordenado *a priori*, na representação da realidade local.

Um exemplo, excerto da fala do Seu Mário, morador do entorno e conselheiro, destaca que alguns vizinhos têm participado de diálogos que envolvem a proposição de uma mudança de atitude na relação das comunidades com a Floresta Nacional. Ele considera assim que é preciso “evoluir” (isto é, para ele conhecer os novos atores e argumentos), mas que é necessário, no sentido oposto, valorizar os moradores locais. Residindo em uma propriedade vizinha, ele destaca sua experiência como liderança comunitária:

Pra ti ter uma idéia, eu “moro” aqui [ao lado da] na FLONA, mas nunca andei dentro dos matos. Eu não preciso, eu nasci e eu vivi dentro do meu mato... mas se eu quiser vir aqui eu venho. Sou conselheiro já faz tempo, desde 2004. [...] O Remi, é uma pessoa assim... Procurou a gente, queria que houvesse uma representação [dos agricultores no conselho]. Atualmente ele reclama pra nós, mas temos uma amizade. Discutimos tudo. Veja, tchê... o mundo evolui. Não adianta gente falar que quer como era há dez anos [...] tem que envolver essas pessoas.

À medida que as ações são empreendidas, um consenso entre o que é “cabível” de se alterar a partir do debate ainda não consegue ser estabelecido. Alguns moradores não concordam com a existência da Floresta Nacional, em relação ao projeto de conservação ambiental. Assim, embora exista a possibilidade de abranger a totalidade dos atores, nestas discussões a indagação do que é feito do pensamento alheio reside na busca de construções coletivas que implicam na *eliminação* das diferenças. Essa problemática está relacionada aos processos de estabelecimento de controvérsias e ao conseqüente poder de eliminá-las, através do fechamento das “caixas-pretas” que constituem as verdades coletivamente aceitas sobre o mundo.

Desde a proposta teórico-metodológica adotada nesta pesquisa, não haveria o “abismo ontológico” que separa epistemologicamente um mundo de “qualidades primárias” (coisas em si) e de “qualidades secundárias” (representações); a representação dos homens (política) se torna indissociável da representação dos objetos (natureza). Para tanto, pretendo lançar um olhar sobre alguns atores em processos que tiveram como palco a unidade de conservação e envolveram o debate sobre elementos ambientais. Estes elementos, plantas, animais e matos, são vistos de maneiras distintas; algumas vezes como próximos ou pertencentes ao mundo humano, outras considerados como um objeto da natureza. Conforme veremos, no espaço de gestão participativa elas permanecem confluindo. Pairam dúvidas, nesse sentido, entre os atores que já possuíam relação com aqueles elementos valorizados por

sua importância ecológica (matos, cursos d'água, fauna, presentes no interior de suas propriedades), ou entre os não-proprietários, como os índios acampados no entorno, acerca da pertinência do ordenamento do uso desses elementos. Daí depreende-se as assertivas que constituem as controvérsias em torno daquela caixa-preta: para atores que não estabelecem contato direto com os projetos de preservação locais, as leis ambientais apresentadas a eles e os procedimentos adotados pelos agentes públicos parecem inconcebíveis¹⁶.

Nas unidades de conservação, os fóruns de decisão reúnem um coletivo¹⁷ que busca representar a sociedade e sua diversidade na gestão ambiental. Nesse contexto, interesses geram conflitos em torno da apropriação privada dos elementos ambientais, que são públicos em uma unidade de conservação, mas a representação desses elementos também varia, na medida em que alguns dos atores não compartilham do mesmo “pano de fundo” cosmológico. Um complemento aos pontos de controvérsia mais atentados nessas instâncias¹⁸ seria evidenciar que construímos culturalmente um mundo de significados compartilhados e transmitidos através das gerações, o que implica em considerar a ampliação dos atores que participam do diálogo. Não obstante, algumas experiências em conselhos mais numerosos são consideradas pelos agentes públicos como ineficientes, pois estes espaços tenderiam a dar visibilidade a relações que não estão estabelecidas a contento de todos os atores naquela rede.

Na ampliação da participação, a complexificação do trabalho de conservação é inevitável. Na esteira de um esforço pela ampliação de atores na rede que envolve o projeto preservacionista, é incorporada à proposição de dialogicidade uma reflexão sobre a importância da perspectiva de habitar¹⁹ o mundo entre esses novos coletivos. Nesse sentido,

¹⁶ O conceito de *cosmopolítica*, tal como vem sendo proposto nos trabalhos de Isabelle Stengers (2002) e Bruno Latour (2005), refere-se à ampliação dos fóruns que envolvem a gestão para além da “opinião” dos atores, isto é, tendo em vista o seu mundo. A palavra serve para evitar a separação entre natureza (conhecimento das coisas) e cultura (poder político). Segundo Latour (2007), “cosmopolítica” evidencia que se fizermos a política apenas entre humanos, vamos acabar nos fechando em uma esfera feita de interesses. Se tivermos apenas as coisas e cosmos, haveremos de nos encerrar no naturalismo que define *a priori* um mundo comum, o qual os outros devem compartilhar. Atualmente, no entorno da FLONA, o índio Dorvalino, que é experto no uso e no valor do cipó em sua cultura, afirma não compreender “como se fala em preservação, se o índio não pode pegar o cipó, manejar conforme sua tradição”.

¹⁷ Nesta abordagem, a dimensão do “social” não é dada de maneira transcendente, mas definida a partir das associações encontradas nas redes, que não são somente compostas por pessoas, mas por coisas que possuem agência. As *associações* rastreadas entre os atores permitem compreender porque eles reúnem elementos que pareceriam incompatíveis se considerássemos de antemão a divisão excludente que põe a sociedade *versus* a natureza. Não somente os atores humanos, mas os *objetos* da natureza também assumem uma *perspectiva*, em face da existência de um número maior de porta-vozes a enunciá-los (motivo pelo que são considerados *quase-objetos*).

¹⁸ Na perspectiva institucional do IBAMA, o enfoque recai sobre a representatividade social, o grau de participação dos conselheiros (do mais informativo ao mais consciente e ativo na tomada de decisões) e a igualdade de condições de participação (informação, recursos, normas equitativas de diálogo formal).

¹⁹ Conforme Carvalho (2007), Ingold propõe, na direção de um paradigma ecológico, pensar as relações entre os grupos humanos e os ambientes considerando um modo de perceber que abarca o convívio relacional com os

como destaca Latour, nas assembléias que reúnem diferentes coletivos a propósito do mundo em que habitamos é sempre mais difícil distinguir por meio das opiniões do que se diferenciar a partir das coisas. Segundo ele, é certo que os atores envolvidos em um processo que lhes toma como adversários vão começar por reivindicar um modo diferente de habitar o mundo mais que um acordo em torno de sua opinião (LATOUR, 2007). Se considerarmos a proposição cosmopolítica e a perspectiva do habitar em relação ao processo de diálogo sobre a preservação do ambiente, perceberemos que os atores, mais do que distintos por seus backgrounds culturais específicos, possuem modos de agir em relação ao ambiente que são recriados a partir das atividades que desenvolvem na prática. Isto se relaciona ao modo de interação do grupo a que fazem parte com o ambiente²⁰.

Assim, os agricultores se engajam em sua experiência diária de coexistência no campo, em meio ao uso de tecnologias de produção agrícola “convencional”. Demonstram-se partícipes de uma rede que envolve na relação produtiva com a terra a inserção de híbridos. Haja vista que recentemente alguns deles passaram a estar em contato com atores que participam de projetos de conservação, sua perspectiva passou a envolver a atenção aos elementos naturais e sociais em um mundo “ambientalizado” (LOPES, 2006).

Entre os elementos que são dispostos entre pólos, da terra (natureza) faz-se a lavoura, que viabiliza rendimentos econômicos associados à comercialização de seus produtos. Mas a adoção de tecnologias produtivas que vão influir no contato desses atores com o ambiente é bastante pautada pelo mundo próprio das relações humanas. O agricultor se engaja no ambiente de sua propriedade rural a partir de uma perspectiva que a concebe como uma empresa, mais que um lugar que se habita²¹. Nela ele se localiza e se movimenta, em um

outros e com o ambiente. Desde a *perspectiva do habitar*, “a paisagem ganha importância como categoria analítica relacional e se reveste fundamentalmente de temporalidade, integrando numa mesma totalidade humanos e não-humanos, os seres e o seu ambiente, os quais são criados (e se criam) no fluxo das atividades entre eles” (CARVALHO, 2007: 31) Desse modo, pode-se considerar o *engajamento* na paisagem e não sua mera observação, desde fora, por um sujeito que se pensa distanciado dos objetos do mundo, a partir de um aporte cultural.

²⁰ Ingold (2000: 153-154) defende a tese de que os atuais trabalhos que advogam uma “teoria da prática” na antropologia evidenciam a diferença entre uma perspectiva de “construção” (*building perspective*) e a perspectiva do “habitar” (*dwelling*). Enquanto as análises antropológicas estejam baseadas naquela, considera-se o mundo já concebido, com significados atrelados, o qual habitamos a partir de um projeto no qual a cultura organiza as ações previamente. Na perspectiva do autor, não são as representações culturais e esquemas mentais que nos permitem interpretar a experiência, mas são os sentidos que atentam diferentemente para o ambiente. Nesse sentido, todo o “corpo-pessoa” está envolvido na percepção. O autor propõe a noção de *skill* para expressar as habilidades que carregamos internalizadas no corpo pela realização das tarefas que desempenhamos no ambiente.

²¹ Não seria uma terra para garantir a subsistência imediata das famílias que a habitam, a partir de sua função nutriz, mas um elemento que é parte de um sistema produtivo. Dessa maneira, os problemas com os passivos ambientais destacados no diálogo que envolve o ambiente do entorno da floresta, como a preservação das matas, cursos d’água e seu entorno são referentes ao sentido associado à transformação e à produtividade da terra. Os agricultores, ao verem uma área improdutivo atentariam ao seu aproveitamento, não à conservação dos

processo que visa manter a produção agrícola. As condições do meio em que ele habita determinam também a escolha de suas formas de manejo dos elementos que estão em sua posse. Para isso ele não precisa criar relações com os elementos naturais, haja vista que sua atenção é para o processo produtivo, mais que para os elementos que são permanentes. A adoção de medidas com vistas à maior disponibilização do tempo do ator para o convívio fora da lavoura, nos espaços de sociabilidade da cidade, recriam, neste sentido, a sua perspectiva em relação aos elementos do ambiente.

Difere esse modo de relacionamento com o ambiente daquele próprio do ator que propõe o projeto de preservação ambiental na região. Este último normalmente fala da área a preservar a partir de uma posição nas relações sociais que não envolve a exploração do ambiente. Mesmo se já tivesse sido também agricultor, o engajamento deste ator com os elementos do ambiente se recriaria sob a condição de um “observador” dos processos naturais. Sua atuação no ambiente passaria a ser mediada pelo trabalho dos atores que estão de fato agindo, na prática diária, na transformação do ambiente. Essa situação implica as principais controvérsias no processo de gestão observado, na medida em que alguns atores passam a influenciar a ação de outros em suas propriedades e a mediar a construção da relação destes com os elementos do ambiente, a partir de uma lógica nem sempre compatível com a do morador, ou com a proposta de produção agrícola que lhe está imposta. Tanto o engajamento (experiência não-mediada) com o ambiente, quanto a linha que divide o cuidado, ora com a sociedade, ora com a natureza, são distintos entre os atores. Além disso, as posições que ocupam lhes permitem a constituição de um olhar característico sobre a paisagem, e as inovações exigem uma capacidade de agência política que não lhes é facultada na prática.

O engajamento dos diferentes atores no ambiente influenciado pela legislação ambiental e pela presença da Floresta Nacional²² implica sua inserção em contextos percorridos por interesses sociais e ambientais (em separado), nos quais as atividades econômicas são moralmente valorizadas e nos quais alguns elementos “da natureza” são valorizados como bens coletivos. Geram assim, no espaço de diálogo, controvérsias que não poderiam ser completamente eliminadas no plano de representação “permitido” no escopo do diálogo em um processo de gestão ambiental. A apresentação dos argumentos sobre o ambiente em um espaço formal tenderia a ser conduzida sob a perspectiva dos objetivos da

elementos que ocupam a terra. As áreas preservadas seriam vistas como espaços a serem conquistados, cultiváveis antes mesmo da recuperação da terra que se torna improdutivo nas áreas de lavoura.

²² A presença da floresta a ser preservada superpõe legislações ambientais, implica que haja cuidado com locais próximos e distantes, que seja considerado o efeito que as práticas humanas desencadeiam em um fluxo de materiais, podendo representar perigo ao interior da floresta - por meio da poluição da água, da supressão dos matos usados como apoio pelos animais, etc.

unidade de conservação, criados não de “fora”, mas de “cima”. Nesse sentido, não há, ainda, um consenso sobre quem estaria apto a falar sobre os atores não-humanos.

A crítica que Latour faz à ecologia política diz respeito à sua conformação à dicotomia moderna. Ela insistiria em falar sobre a natureza, e a idéia de haver representações sobre ela (na perspectiva construcionista dos problemas ambientais) reforçaria a separação, mas ficaria restrita aos discursos, pois na prática os atores produzem os limites e as diferenças de modo dinâmico e reversível. Nesse caso a natureza não seria objetiva: os coletivos deveriam deliberar sobre o bem comum superando qualquer definição de social preestabelecida, e não tratando de priorizar uma ou outra dimensão da dicotomia.

2.5 A emergência de objetos como novos atores: a controvérsia sobre a restrição do plantio de soja no entorno

Plantações de soja já existiam no Rio Grande do Sul no início do século XX. Alguns agricultores do entorno da Floresta Nacional de Passo Fundo participaram de levadas de migração para Mato Grosso na segunda metade do século passado, dando seguimento lá, ou além, às suas práticas agrícolas locais, incluindo a implantação de lavouras de soja. O cultivo dessas lavouras, porém, têm sido alvo de críticas ambientalistas em face dos desmatamentos que ocasiona no país. Os principais estados brasileiros produtores do grão são o Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso.

O fato é que com avanços na área da biotecnologia, grãos de soja foram objeto de manipulação genética com vistas a tornar a semente resistente a um determinado herbicida, o glifosato²³. Com isto, hoje estas sementes modificadas não podem ser plantadas em alguns locais, como zonas de amortecimento de unidades de conservação, em consonância com o princípio da precaução para proteção de elementos ambientais. Essa peculiaridade das unidades de conservação foi responsável pela disputa no entorno da Floresta Nacional acerca do plantio de organismos geneticamente modificados (OGM).

²³ O glifosato já é utilizado há mais de 20 anos no Brasil. Na região da FLONA, desde a década de 1970, o produto é comercializado pela multinacional norte-americana Monsanto, sob o nome *RoundUp*. A empresa realizou estudos que demonstram que há baixa toxicidade no contato com o agrotóxico e o plantio direto é uma técnica agrícola elencada como um dos benefícios ambientais possíveis com a utilização do produto. Mas atualmente, não há mais patente do glifosato, que é fabricado também por outras empresas. Na década de 1990, a Monsanto lançou então um produto comercial associado: o grão geneticamente modificado, desenvolvido pela empresa, foi adaptado ao herbicida a partir da utilização de um gene de uma espécie animal resistente, e recebeu o nome de *RoundUp Ready* (vulgo “soja RR”).

O problema na região de Mato Castelhana iniciou-se já em 2003, pelas restrições ao plantio de soja transgênica nas proximidades da FLONA. Neste ano, os agricultores do entorno da FLONA haviam sido notificados para que não plantassem o grão modificado em suas propriedades, pois estariam todas as lavouras num raio de 10 km de distância da unidade abrangidas na zona de amortecimento da UC. Segundo Falcão, então fiscal e chefe do escritório do IBAMA em Passo Fundo, foi “a maior polêmica de transgênicos no país”²⁴.

Atualmente, não é permitido o plantio de organismos geneticamente modificados (OGM) no entorno de uma UC. A Medida Provisória²⁵ (MP) n.º. 223/04, assim como a Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003 (Art. 11) vedavam “o plantio de sementes de soja geneticamente modificada nas áreas de unidade de conservação e na respectiva zona de amortecimento”, nas terras indígenas, áreas de proteção de mananciais e outras, prioritárias para a conservação (a critério do MMA). Em vista do plantio já ocorrido em algumas localidades, a Medida Provisória ressalvava que os agricultores que tivessem guardado sementes de suas lavouras anteriores poderiam utilizá-las em 2004. Todos deveriam, porém, assinar um Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta²⁶, e teriam que responder solidariamente por qualquer “dano” ocasionado pelo plantio do OGM. Muitos dos agricultores, já na segunda lavoura²⁷ de transgênicos, assinaram termos em que se comprometiam em não mais plantá-los, pois os bancos não financiariam qualquer plantio “irregular”.

Neste ínterim, em 2004 e 2005 foi realizada pelo IBAMA uma ação fiscalizatória, por meio de uma seleção por amostragem de propriedades do entorno da FLONA. Dadas as condições institucionais, não era possível realizar fiscalização em todo o raio de 10 km do entorno, devido à quantidade área e de proprietários. Porém, em 2005, o Ministério Público Federal cobrou daquele instituto uma fiscalização em toda a zona de entorno da FLONA. Ocorreu então uma grande mobilização dos agricultores. Em meio a este impasse, surgiu entre os agricultores do entorno da FLONA uma associação de produtores, a PROFLOMA. O presidente desta associação, agricultor de família tradicional em Mato Castelhana, possuía 500 hectares de plantio de soja no entorno da UC; por isto foi advertido em setembro de 2005. A associação foi criada para que fosse regularizado o plantio das lavouras transgênicas, evitando assim que os agricultores do entorno da FLONA fossem multados.

²⁴ Recentemente, outros estados também estão tendo exigência de controle dos transgênicos, e atores demandam informações dos agentes do IBAMA no Rio Grande do Sul sobre como fazer as coletas em campo.

²⁵ Publicada no Diário Oficial da União em 15 de outubro de 2004.

²⁶ Este termo é um documento que deveria ser assinado individualmente pelos produtores, não é o TAC referido a seguir.

²⁷ Soja e milho são culturas anuais de verão.

Se antes a FLONA informava aos proprietários do entorno tudo que se referia às restrições ambientais, mais organizados eles podiam discutir com grande parte dos agricultores e deliberar sobre um tema em um curto período de tempo. O movimento de organização iniciado a partir desta demanda específica marcou a representação do grupo de agricultores. Seus representantes priorizavam interesses econômicos e levam em conta em sua atuação a produção agrícola, mas não se pautam pela experiência de convívio dos moradores com o ambiente.

Desde o início das reuniões do Conselho, os “objetos” se fizeram presentes no debate. Na assembléia ordinária ocorrida em 2005, após os procedimentos formais já surgiram as primeiras manifestações das comunidades locais sobre o novo “ator”, a soja transgênica. O advogado dos produtores rurais teve bastante destaque na condução das tentativas da inserção de representantes nesse conselho, os quais desejavam falar em nome da soja. A partir da controvérsia estabelecida na reunião, o chefe da unidade se manifestou formalmente, divulgando ações estratégicas já estavam sendo implementadas pelo IBAMA na floresta, as quais deveriam obter a atenção dos participantes, já que “coincidentes aos objetivos do conselho”²⁸. Em atendimento a essa premissa, foi encaminhado o trabalho de grupo para discutir e formular objetivos para a Floresta Nacional²⁹ (APÊNDICE C).

Ainda que houvesse a controvérsia sobre o “risco” das lavouras do ponto de vista ambiental, o cumprimento da legislação era o fator que determinava os impasses. Nas reuniões seguintes, a discussão sobre as lavouras de soja permaneceu em destaque, com acirrados debates sobre a iniciativa conservacionista da FLONA. Os argumentos também eram embasados cientificamente, por ambos os lados. Carlos Henrique, então chefe da unidade, resgatando a legislação ambiental da Floresta Nacional, enfatizou que a gestão da FLONA é uma obrigação legal, e que a atividade desenvolvida pelo IBAMA não é de iniciativa pessoal, mas sim uma atribuição institucional dos servidores. Nesse aspecto, um produtor presente questiona: “se houve um esforço para melhorar o cultivo da soja, e foi melhorado a técnica, como hoje não se permite a produção?”, concluindo que não havia alternativa aos produtores rurais.

²⁸ O conselho visa a: a) agregar apoio político e institucional à gestão da unidade, fortalecendo a execução das ações a ela direcionadas; b) obter a contribuição de cada parceiro ou ator na gestão e no manejo da unidade, mediante atribuições previamente estabelecidas entre as partes e; c) auxiliar na sensibilização das populações locais e regionais sobre a necessidade da conservação do meio ambiente e da natureza, para a garantia da qualidade de vida atual e futura.

²⁹ Entre os objetivos, pode-se perceber a maneira como era vista a inserção de conhecimentos tradicionais entre os participantes do processo, além das solicitações de abertura da floresta e de um diálogo informativo por parte da unidade.

O assunto então chegou a um ponto importante da controvérsia: a cobrança de 16 mil reais de multa sobre o plantio de soja transgênica pelo Ministério da Agricultura, calculados com base na ação de fiscalização efetuada pelo IBAMA. Nessa reunião a dificuldade de diálogo foi grande e críticas precediam lances táticos. As intervenções chegaram ao limite de propor a suspensão do diálogo e “judicializar a questão dos transgênicos”, além de “apurar responsabilidades” de funcionários do IBAMA (nomeadamente, Remi, o primeiro e único biólogo da FLONA). Não superada a polêmica, um conselheiro acrescenta devidamente que “é importante que o Conselho não se esvazie depois da solução do problema dos transgênicos” e que se deve trabalhar “com a perspectiva de integrar a atividade humana à preservação ambiental e não separar estas questões”.

Os servidores responsáveis pela Floresta assim buscaram nesse processo construir alternativas em conjunto com os produtores do entorno. Em 2005, o IBAMA realizou uma reunião na sede do Ministério da Agricultura, em Passo Fundo. O objetivo da reunião era encontrar alternativas que possibilitassem o cumprimento da legislação em bom termo, “considerando a realidade sócio-econômica dos produtores rurais da região”, segundo o atual responsável pelo escritório do IBAMA em Passo Fundo, Márcio.

O resultado dessas tratativas institucionais foi o estabelecimento de uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), na qual era prevista, a partir das normas então vigentes, a erradicação do plantio de soja transgênico do entorno da unidade. No período de quatro anos, essas lavouras, consideradas potencialmente perigosas, ainda seriam permitidas, ao passo que seriam buscadas alternativas para os agricultores nesse prazo. Havia, assim, uma perspectiva de preservação atrelada à concepção do TAC. Tendo a conservação como foco, e a aplicação da lei como obrigação, os funcionários da FLONA buscavam, em sua perspectiva, não impedir os cultivos, que já eram feitos, mas incentivar a recuperação dos passivos ambientais nas propriedades agrícolas do entorno (averbação de Reserva Legal e APP³⁰, preservação dos mananciais de água e das áreas ainda não desmatadas). No entanto, o término da polêmica sobre a ilegalidade dos plantios foi mais rápido do que previam os agentes públicos envolvidos na fiscalização ambiental, assim como a retomada da controvérsia. Ao invés da execução de um Termo de Ajustamento de Conduta negociado entre poder público e

³⁰ A Reserva Legal é uma área que deve ser conservada, correspondente a um percentual da propriedade que varia de acordo com a região do país. As “áreas de preservação permanente” (APP) são espaços que limitam constitucionalmente o direito de propriedade, levando em conta a função ambiental da propriedade (Art. 170, CF/88). A Resolução CONAMA 302/2002 estabeleceu que a APP tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. É desnecessária a desapropriação da área de preservação permanente, pois a mesma não inviabiliza as propriedades, antes, mantém a qualidade do ambiente.

atores sociais, cuja previsão era a erradicação da monocultura num prazo de alguns anos, a “liberação” ambiental da produção agrícola dos transgênicos num raio de mais de 500 metros a partir dos limites das UC fora estabelecida por um decreto em 2007. Atualmente, contudo, existe a possibilidade de que o plantio seja novamente proibido na zona de amortecimento da FLONA.

Segundo Carlos (ex-responsável pela FLONA), as outras instituições públicas envolvidas ainda estavam despreparadas para propor alternativas consoantes à legislação que impedia os plantios transgênicos no entorno de unidades de conservação: “parecia que era o IBAMA que não queria a soja!”. Muitos atores relacionados ao setor produtivo agrícola consideravam que a lei era “obsoleta”, e não “prudente”³¹. Não obstante, conforme Márcio, a intenção do TAC era a de permitir que os agricultores plantassem a soja transgênica, recuperando as áreas degradadas e buscando adequar-se à legislação. Mas a proposta foi considerada como “ruína” pelos produtores, haja vista que não foi gerado um planejamento que viabilizasse os resultados esperados no termo de ajustamento. Na racionalidade dos agricultores, as alternativas estavam postas em favor da adoção da nova tecnologia.

2.5.1 Argumentos sobre a soja e os objetivos da unidade

Na avaliação do ex-chefe da FLONA, Carlos, a controvérsia sobre os transgênicos permitiu mobilizar muitos atores, mas não conseguiu inseri-los em um projeto de conservação da região. Segundo ele, mesmo a delimitação de um corredor ecológico pode ser difícil, devido ao tipo de mobilização que houve entre os agricultores. Conforme ele argumenta, preocupa os funcionários, do ponto de vista do projeto de conservação ao qual se vinculam, que dentro de poucos anos “só o que vai ter de mato vai ser a FLONA”; o que de fato “já está acontecendo”. A FLONA estaria se tornando um fragmento de mato cada vez mais isolado, pois a dinâmica da ocupação e do uso da terra, tanto no entorno quanto nos locais mais distantes, tem suprimido os fragmentos que poderiam estar conectados à FLONA por relações

³¹ Conforme a ótica do grupo de funcionários entrevistados, a Ciência não pode determinar para onde penderia a balança, pois estudos eram realizados entre defensores das duas posições e não se obteve até o momento pareceres técnicos conclusivos em relação à soja transgênica, embora seja demonstrado o efeito prejudicial dos métodos de cultivo no ambiente (monocultura, disposição geográfica dos cultivos, uso de produtos químicos tóxicos). Mas uma pequena etapa foi ultrapassada, tornando-se consenso que a semente da soja pode não representar a ameaça de contaminar a ambiente com algum “poder mutagênico” ou mesmo desenvolver novas características nos produtores ou consumidores humanos. Foi estabelecido, em debates públicos que buscavam reunir especialistas nas matérias que envolviam a soja, que a fecundação interna da planta não permitiria a sua hibridização com outras lavouras, não-transgênicas. De fato, esse fator, recorrentemente elencado entre os contrários à adoção do grão transgênico foi transferido para a ordem da oferta de grãos convencionais, como sofrendo influência maior da cadeia de produção agrícola do que de possíveis fenômenos ocorridos no ambiente.

ecológicas. Isto implica na “perda da capacidade da Floresta de fazer seu trabalho ambiental, a manutenção de espécies, uma ciclagem de nutrientes para fauna e flora”, nas palavras de Carlos.

Diferentemente do que se poderia esperar na perspectiva de conservação de um local onde a natureza é considerada intocada, entre estes agentes públicos a FLONA é vista como um agente capaz de “crescer”, seja na mobilização de atores sociais, seja em sua capacidade de sustentar as formas de vida que dependem da existência do mato. Mas na opinião do servidor Carlos, ainda com os esforços coletivos, na situação atual, considerando esta perspectiva de “crescimento” da UC, em relação à possibilidade de compartilhamento de um projeto comum entre os atores que se relacionam na FLONA e no seu entorno, “ainda hoje é possível vislumbrar um corredor ecológico” com fragmentos pequenos, “pelo qual os animais podem transitar”, atravessando alguma lavoura. No entanto, ressalva que “a Floresta está cada vez mais parecendo um depósito de árvores, araucárias de museu!”.

A pesquisadora do Museu Zoobotânico Augusto Ruschi, da UPF, Flávia Biondo, que participou de todas as etapas da constituição do conselho, afirma que “a gestão participativa é um processo construtivo”. Para ela, a sociedade não está preparada para este processo, devido aos interesses individuais e de grupos que não reconhecem suas responsabilidades sociais. Outra dificuldade apresentada é referente à discussão sobre a criação da UC: “se não temos claro o papel da FLONA no município, na região, na sociedade, não temos como desenvolver uma gestão participativa”. A importância da Floresta Nacional para a região, sob o ponto de vista da conservação, segundo a conselheira entrevistada, é a exclusividade da “maior área florestal nativa na nossa região”. Seria preciso pensar na influência que a FLONA exercerá no futuro na restauração e na recuperação das florestas e da biodiversidade. A manutenção das atividades que envolvem biotecnologia, para ela, não pode ter influência direta na FLONA, a qual deve ser mantida como uma das áreas isoladas. Quanto ao assunto referente às lavouras de transgênicos no entorno da unidade, o plano de manejo é evocado na construção de alternativas para a região:

É necessário sim, a sociedade ressarcir de alguma forma os "prejudicados", com uma política agropecuária diferenciada, pelo alternativo, orgânico e ecológico. Espero do Plano de Manejo a proteção da floresta, a indicação de um manejo adequado à preservação e recuperação da biodiversidade e ao manejo sustentável da área que for destinada para extração. A finalidade da FLONA existir [...] é o plano de manejo que deve nos dar essa resposta.

Em referência ao conflito gerado sobre os OGM, Flávia afirma que os problemas na FLONA seriam consequência de uma história mal conduzida desde o seu princípio, “uma história de explorados e exploradores que não tem outra opção senão a imposta pelo sistema”. A pesquisadora entrevistada considera necessário isolar áreas, mantendo a UC, mas questiona-se a respeito de qual política deve ser construída para que a sociedade e a natureza não saiam prejudicadas.



Figura 16: Reunião do conselho da FLONA em 2008, na qual foram discutidos os procedimentos para elaboração do plano de manejo da UC.

Assim, as manifestações dos pesquisadores que faziam parte do conselho eram feitas no sentido da precaução para com a proximidade das lavouras em relação à Floresta Nacional. Um pesquisador da UNICRUZ manifestou sua posição da seguinte maneira:

[...] a consciência ambientalista começou a efetivamente retomar seu devido lugar, há menos de meio século, sendo que a “linha econômica convencional” ainda continua. Portanto, há um longo caminho [...] e um quadro de instituições de “peso”, e que joga muito “duro” na defesa de seus interesses. Logo, pode-se observar que esta não é apenas uma batalha, mas sim uma guerra. E não para uma década apenas, mas que deverá ser efetivamente ganha nos campos da consciência e educação, que são “armas” efetivas e eficientes, mas a médio e longo prazo.

Destacando a sua opinião em relação à importância do processo de gestão participativa na solução dos conflitos de modo a valorizar a preservação, o pesquisador considerou que: “estamos em um momento inicial de integração da comunidade com a FLONA, o Conselho é bastante recente. Acredito não podermos resolver todos os problemas da maneira correta que aspiramos, pelo menos neste curtíssimo espaço de tempo”. Assim sugere acatar um “meio termo”, um prazo para que os agricultores abandonem progressivamente e efetivamente o plantio com sementes transgênicas, adequando-se à legislação vigente. Como argumentos para sustentar a decisão de realização de um TAC entre os atores envolvidos, o representante da UNICRUZ acrescentou:

Considero que os agricultores do entorno não são nossos inimigos, mas são vítimas de uma cultura, devemos convertê-los para que se aliem a nós; bater de frente neste momento, quando a FLONA começa a ter maior integração com a comunidade, acredito que irá criar um clima de animosidade não produtivo, que poderá concretizar barreiras muito piores.

As barreiras referidas estavam associadas ao envolvimento das comunidades em projetos ambientais da FLONA e a participação nas discussões sobre o plano de manejo, essencial para normatização das atividades humanas. Muitas alternativas para o manejo na área influenciada pela FLONA eram elencadas pelos participantes. Segundo este conselheiro, as sugestões de sua entidade para projetos a serem previstos no plano de manejo constituíam-se de manejo e produção de produtos não madeireiros nas florestas, com a inclusão de plantas medicinais (arbóreas, arbustivas, e cipós, também), frutíferas nativas, entre outros.

O ponto de vista dos atores que participam do conselho a partir da posição de biólogos, ou servidores com esta formação específica, converge em vários aspectos, a partir da experiência de cada um. O atual chefe da FLONA de Passo Fundo, biólogo de formação e oriundo das salas de aula como professor, é dedicado à implementação da gestão participativa na floresta e um dos principais articuladores de propostas ambientais no município. Abordando como a participação de entidades no conselho pode ajudar na gestão ambiental da região, ele expõe também sua percepção de que a sociedade passa por um momento de elaboração das políticas ambientais, em face dos problemas recentes. Em sua opinião, ainda não existem mecanismos propícios à mobilização de atores em torno de um projeto concebido em parceria com atores locais. Neste sentido, mesmo as instituições com atribuições de proteção ambiental estão em processo de reconhecimento das perspectivas alheias nos processos participativos de gestão. Segundo o atual chefe da FLONA, Remi:

Há uma conjunção de fatores que interferem na questão da administração da área. Não é uma coisa só do conselho, ou uma questão só da instituição, todos são necessários, mas nenhum é suficiente por si só, tem que ter esse conjunto.

O responsável pela unidade considera ainda a importância, para os atores que participam da gestão ambiental e que habitam o local, de “ver as coisas que estão prontas acontecendo”, a exemplo de melhorias previstas por compensação ambiental - assuntos em relação aos quais há pouco ou nenhum litígio, envolvendo atividades primordialmente inerentes à unidade, como ampliação dos recursos destinados às melhorias na unidade e a realização do plano de manejo (que também normatiza atividades no entorno e com a população local).

Mas independentemente das ações vinculadas à FLONA, algumas mudanças na concepção dos agricultores sobre o cuidado com o ambiente, marcadamente a questão dos agrotóxicos, já ocorreram. Conforme o agricultor Mário, que além de participar do grupo de idosos da igreja local é conselheiro e foi escolhido pelos demais para fazer um curso de capacitação em educação ambiental em conselhos gestores, “é preciso ver o que se está fazendo”. Este agricultor conheceu o ambientalista José Lutzemberger na década de 1970. O encontro entre eles é lembrado pelo morador como um dos momentos em que a comunidade começou a pensar sobre o uso dos agrotóxicos. Nesse sentido, o argumento comum de que a soja transgênica reduz o uso de herbicidas obtém bons resultados para a mobilização de sua categoria de produtores. A rede que envolve as empresas que produzem a semente e também o veneno impõe valores de *royalties* sobre a comercialização do produto e do próprio agrotóxico³².

Destarte sua organização, muitos agricultores, quando interrogados sobre os efeitos (sobre os danos), não da soja (a modificada para resistência ao glifosato), mas aqueles causados pelo uso do herbicida, sobre o ambiente e sobre a saúde das famílias dos agricultores, afirmam que o agroquímico é agora usado em menor quantidade. Assim, do ponto de vista do cuidado em sua propriedade, “o transgênico faz bem ao meio ambiente” na medida em que reduz o uso de herbicidas a um único produto.

³² Contudo, as empresas atuam com foco no mercado. Empresas do ramo de alimentícios (a partir da soja) nos últimos anos têm experimentado divulgar programas de incentivo à soja convencional (não modificada geneticamente em laboratório) no estado, alegando que os produtos têm maior aceitação entre consumidores finais e em regulamentos de países contrários aos OGM. Mas os programas, talvez mais divulgados que implementados (não se obteve os dados sobre esta proposta da multinacional SOLAE) que envolvem financiamento e assistência técnica, não chegaram aos produtores do entorno da FLONA.

Seu Mário aponta que o Conselho Consultivo da FLONA pode ser útil aos agricultores, para que fiquem a par das “informações”, isto é, para que aumentem sua capacidade de agência em face das circunstâncias polêmicas que envolvem a inserção de novas tecnologias. Durante sua vida, este agricultor perdeu tudo o que tinha duas vezes. Uma vez no Mato Grosso e outra em 2003/2004, numa lavoura no Mato Castelhana. Afirmando ter participado do “problema da soja”, o agricultor Mário apresenta uma perspectiva que demonstra o elo de ligação dos agricultores com a semente modificada, que foi tomada como a alternativa mais adequada em decorrência de sucessivas interferências climáticas negativas na sua atividade agrícola. O conselheiro relata:

Meu sonho era ter uma lavoura ideal, pra deixar pros meus filhos uma fonte de reserva. Fiz uma primeira safra boa, ótima, primeiro plantei trigo. Deu um granizo em cima, perdi tudo nela. Ai deu três anos de seca... E como não tem seguro agrícola... o prejuízo levou todos os recursos que eu tinha.



Figura 17: Na reunião do conselho, Mário (de pé) relata sua impressão sobre o curso de gestão participativa

Este representante incrementou sua atuação comunitária no processo de gestão participativa da unidade, e sempre foi enfático: “eu também quero alguma coisa para o agricultor”. Ele aponta a visão dos agricultores durante o processo de fiscalização das propriedades do entorno:

O que eu quero dizer? Precisamos de um mundo melhor e não podemos nos distanciar um do outro. A cidade surgiu em função da FLONA? Não. A vila já era forte. Eu não posso chegar: essa casa agora é minha! Como eu tava aqui do lado, aqui na mãe, eu tinha só uma lavourinha... Só a semente que tinha era transgênica. Foi no momento aquele em que perdi tudo. Nem crédito nós conseguíamos. Assim, o conflito com o plantio da soja veio se acirrando. Naquele momento tínhamos que fazer uma briga. Só que foi uma briga precipitada por parte dos agricultores [...] porque também da parte do IBAMA veio fiscalização. Agora, veja bem, proibir dez mil metros!? Vamos pegar um bom advogado [...] pra nós é sobrevivência. E nós iríamos pedir dez anos de prazo pra ir estudando e se adequando.

Os argumentos dos diferentes atores, colhidos entre seus representantes, demonstram que não havia uma completa convergência dos projetos promovidos pelo órgão ambiental e as outras instituições que agiam no local. Argumentos a favor da conservação eram defendidos por todos, mas a precaução de impedir as lavouras num raio de dez mil metros da unidade era considerada incoerente com a proposta de construir coletivamente uma alternativa de desenvolvimento para a região, fator um pouco melhor compreendido entre os representantes (conselheiros) que possuíam maior diálogo com os agentes conservacionistas da região.

2.6 Considerações sobre comunidade e participação interétnica

Além das relações entre os agricultores e os atores que representam a proposta de conservação ambiental, ainda há as comunidades indígenas que buscam se estabelecer no local. Os líderes e representantes de comunidades no Conselho são pessoas importantes para o estabelecimento de conexões entre os universos destes coletivos. Dos Anjos (2007), analisando a rede de comunidades tradicionais em face da intensificação de novas conexões, questiona a possibilidade de aplicar a noção de comunidade, dada a inserção privilegiada dos líderes que as representam. Destaca que a noção de “interesse da comunidade” unifica uma multiplicidade de disposições pouco formalizadas e em constante processo de reconstituição. Como Dos Anjos aponta, incluindo nesse espaço de mediação elementos outros que essencialmente o discurso, essa perspectiva se mostra complementar à de constituição de uma “comunidade de argumentação” e da “fusão de horizontes”, trabalhadas por Cardoso de

Oliveira (1996, 2000)³³, as quais ele resume a partir do trabalho deste autor como a “exigência de que os representantes indígenas sejam admitidos como legítimos interlocutores diante das agências do Estado e que [...] possam participar do processo e instituir por consenso negociado, as regras de interlocução prévias ao confronto de perspectivas” (DOS ANJOS, 2007: 7). Existiria, nesse sentido, uma dificuldade da ordem da representação dos interesses dos atores e da percepção dos efeitos dos projetos em disputa, no que se refere ao diálogo na FLONA.

Considerando em seu estudo a ameaça de “perdas ontológicas”, José Carlos Dos Anjos aponta:

É comum se criticar o modo como a teoria do agir comunicativo transforma relações de poder em comunicação distorcida ou manipulada. Sob a ética do agir comunicativo, em princípio atores dotados de boa vontade e linguisticamente competentes devem se propor à adoção de pontos de vista mútuos para chegarem juntos a uma cosmopolítica. [...] [portanto] ainda se põe sob suspeita a possibilidade de que o foco sobre a liberdade de comunicação deixe de lado outras dimensões materialmente mais importantes de relações de poder (DOS ANJOS, 2007: 20).

Não obstante, no momento atual, essas ressalvas já são apropriadas pelos atores que participam do conselho. O enfoque das ações educativas levadas a cabo no conselho recai sobre as desigualdades sociais e políticas e, por se tratar a Floresta de uma unidade de uso, direciona-se ao manejo de elementos da flora e da fauna de maneira sustentável, numa perspectiva de envolvimento direto das comunidades com o ambiente, dentro e fora da UC. Ainda a visibilidade dos argumentos e as experiências de adesão a um projeto de conservação na região têm proporcionando a alguns atores uma reflexão sobre suas relações com seus representantes.

Por outro lado, do ponto de vista dos conselheiros, atores que participam do debate formal, é exigido deter em suas comunidades a dupla função de (conhecer e) apresentar os interesses comunitários aos *outros* conselheiros e, na outra via, apresentar aos seus representados os interesses coletivos relacionados às restrições às quais são (ou podem estar) submetidas essas comunidades (ou algum particular). Não há, contudo, como se percebe nas manifestações colhidas durante as reuniões, um consenso sobre a legitimidade dos porta-

³³ “Mesmo se formada uma comunidade interétnica de comunicação e de argumentação que pressuponha relações dialógicas democráticas (pelo menos na intenção do pólo dominante), o diálogo estará comprometido pelas regras do discurso hegemônico. Persistiria uma espécie de “comunicação distorcida” entre índios e não-índios, comprometedora da dimensão ética do discurso argumentativo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000: 226 *apud* DOS ANJOS, 2007: 18).

vozes que atuam em defesa do ambiente e dos seus elementos. Não nos encontramos diante, pois, de um mundo comum, mas de um *pluriverso*, em que os encontros e as ações que visam à dialogicidade tentam reunir os atores e os elementos da “natureza”, sob um consenso tanto baseado na política (a legitimidade da unidade de conservação e seus agentes), quanto nos preceitos consagrados pelas ciências. Nessa multiplicidade de mundos, os atores parecem considerar a relação com a unidade algo mais da ordem da política e do relacionamento com o *outro* do que propriamente como o seu relacionamento com o ambiente.

O avanço de uma perspectiva dialógica de convívio na região demonstra em certos aspectos os limites da comunicação entre os segmentos humanos envolvidos. Partindo do pressuposto de que um *outsider* é alguém avesso ao projeto político de desenvolvimento local³⁴, ele representa alguém que age contra as expectativas e interesses comunitários. Possivelmente a influência da ideologia do desbravamento e, agora, do desenvolvimento e da “união³⁵”, tão enfocados na política regional, se faz compreender nos moldes com que o diálogo é estabelecido. Ainda que a implantação de um processo de gestão participativa na unidade de conservação busque a fusão dessas “formas de habitar” com as formas de fazer política, as relações de poder estabelecidas nas comunidades representadas ainda são muito influentes na medida em que as chaves para reconhecimento e significação das relações de coexistência são fornecidas em um contexto alheio à sua experiência direta no mundo, em outra esfera (política e econômica mais ampla). Nesta controvérsia, a atuação dos elementos ditos naturais, e considerados também por alguns conselheiros como subjetividades da floresta, são importantes para a atividade convergir aos propósitos da manutenção daquele ambiente em torno de uma construção coletiva, que apresentasse resultados baseados no encontro e no diálogo.

Nessas elaborações, fugindo das representações referentes ao que se constitui em (e a quem decide entre) realidade ou ficção, os sujeitos não são “livres”, mas representantes de interesses ou problemas que os comprometem e situam e, em suma, oscilam em torno de perspectivas reformistas ou revolucionárias. A inclusão das perspectivas de todos os atores em um projeto comum exigiria a criação dos “meios de se interessar pelos outros e de os interessar”, dando lugar ao princípio da multiplicidade:

³⁴ Tanto os funcionários do IBAMA quanto eventuais caçadores (e naturalmente os índios) são forasteiros, na perspectiva de alguns moradores antigos.

³⁵ Os *slogans* das coligações políticas associam união e desenvolvimento. Não obstante, por não reconhecerem a Floresta e seus funcionários (e porta-vozes como os cientistas que lá atuam) como legítimos atores a falar da preservação do ambiente no escopo do projeto politicamente vitorioso no Município, estes atores não foram de imediato convidados a participar do recentemente criado Conselho Municipal de Meio Ambiente de Mato Castelhana, o que deixou membros do grupo de conselheiros da Floresta perplexos.

todo novo representante se *soma aos demais*, complica o problema que os agrupa ainda que pretenda simplificá-lo; e ele só pode fazer existir aquilo que representa se conseguir situá-lo “entre” ele e os outros, e portanto interessar-se ativamente pelos outros para compreender como ele mesmo pode interessar aos outros” (STENGERS, 2002: 185).

2.7 A Problemática Ambiental: fatores que implicam a necessidade de preservar a “natureza”

Estão em disputa posições bastante antagônicas por legitimidade e pela capacidade de ação nas esferas públicas nas quais residem as decisões que afetam a vida humana e o ambiente. Tais controvérsias comumente polarizam as discussões em torno da gestão ambiental, evidenciando temáticas que envolvem uma definição entre os limites dos reinos naturais e construídos pela humanidade, bem como das formas distintas de pensar e relacionar-se com os elementos do ambiente.

Como efeito da aplicação de uma racionalidade de gestão na esfera das políticas ambientais, a concepção das ações é embasada na convicção do caráter destruidor da sociedade humana. Esta visão é dicotômica na medida em que não distingue nem reconhece a diversidade sociocultural, em suas modalidades que se apresentam também como alternativa ao *mainframe* que causa a destruição dos ecossistemas. Isto ocasiona, nas situações ambientalmente críticas, decisões oficiais nas quais os grupos humanos residentes nas proximidades são levados a mudarem sua relação com o ambiente, para a restauração de determinadas alterações negativas de grande amplitude, ou para a proteção “do que restou” de algum elemento que se considera importante preservar. O discurso que se manifesta é o “revide da natureza” sobre o homem.

A separação entre humanidade e natureza também é criticada por Diegues (2004: 36), ao discorrer sobre a criação de parques. Essa preservação de “pedaços” do mundo natural, dentro da visão de natureza intocada, é definida como um *neomito* pelo autor, por se tratar do isolamento de um local, para ser um paraíso contemplativo, um “novo Jardim do Éden”³⁶. Na concepção de Diegues, os grupos indígenas não consideram a floresta tropical como “selvagem”, mas consideram que ela é a sua “casa”; sendo o conceito de conservação

³⁶ O mesmo significado é destacado por Bensusan, considerando a afinidade etimológica de “paraíso” e “parque”. Nessa perspectiva, a única forma de proteger a natureza é isolando-a. Ao homem somente é permitido observar tais locais.

parte de sua vida, apesar de talvez não estar em seu vocabulário. As populações que tiveram relativo isolamento, e assim desenvolveram modos de vida diferenciados, e tecnologias específicas englobando os elementos do seu ambiente, mostram seu conhecimento e dependência dos recursos naturais. Não obstante, a criação de áreas naturais protegidas, em territórios ocupados por sociedades tradicionais é vista por essas pessoas como uma perda de direitos a terra onde viveram seus antepassados, agravado pela justificativa da necessidade da criação de espaços públicos em benefício das populações urbanas. Além disso, para as pessoas que sempre viveram nesses locais, é inconcebível que elas não possam continuar suas atividades tradicionais, enquanto há concessões para usuários de fora da área.

Para Diegues, além da proteção da biodiversidade, a “questão das áreas naturais protegidas levanta inúmeros problemas de caráter político, social e econômico” (DIEGUES, 2004: 18). Esses problemas, conforme expõe o autor, dizem respeito: ao tipo e às características das unidades de conservação, à regularização fundiária dessas áreas (em meio às demandas já existentes de assentamentos humanos) e ao fato de que a implantação de áreas protegidas tem levado ao sobre-uso de outros espaços. Em acréscimo, o autor aponta outro problema controverso: em um ato de benefício à sociedade urbanizada, a expulsão das populações tradicionais das áreas “naturais” ocasiona a perda de diversidade cultural, de etnoconhecimento e de sistemas de manejo de recursos naturais (DIEGUES, 2004). Populações tradicionais³⁷, em sua relação com o ambiente, demonstram suas particularidades culturais embasadas em diferentes formas de fazer política e de manejo do ambiente, que envolvem não somente o aspecto econômico, mas são relativos aos contextos cosmológicos em que vivem estes grupos tradicionais ou indígenas.

2.7.1 A “grande divisão”: a autonomia da *physis* e a perspectiva artificial de paisagem

Para abordar as controvérsias existentes na gestão da unidade de conservação de Mato Castelhana, parto da prerrogativa de que a preservação ambiental é uma idéia derivada das transformações no pensamento dos povos que compartilham de uma visão moderna, o que

³⁷ As populações tradicionais são entendidas como grupos humanos, cuja relação específica com a natureza se construiu historicamente, e que estabeleceram formas de sociabilidade caracterizadas pela dependência do meio ambiente, constituindo sistemas de interação baseados em conhecimento dos ciclos naturais e uso de tecnologias a eles relacionadas, a partir de atividades econômicas de pequena escala e baixo impacto ambiental (FARIA *et al.*, 2005). No caso dos agricultores de pequenas propriedades do entorno da floresta, optei por incluí-los na categoria em face de sua “racionalidade”.

envolve a separação entre os pólos da natureza e da cultura. Os processos associados à preservação seriam, assim, situados em um universo que concebe sujeitos e objetos no mundo no qual aqueles agem com intencionalidades distintas, sobre uma base “natural” unificada.

Nas obras literárias concebidas na antiga Grécia já encontramos germes da mudança na concepção da relação da sociedade com a natureza, atrelada à concepção de autonomia da *physis*. Descola (2005b), remontando ao pensamento grego clássico e ao desenvolvimento da ciência, demonstra como esses dualismos foram construídos, na singularidade da cosmologia moderna, ao longo da história, a chamada “grande divisão”. Ele aborda as autonomias ontológicas que possibilitaram a retirada do sujeito do mundo natural e seu posicionamento fora do mesmo. Isto gerou uma distinção entre os objetos do mundo não apenas de grau, mas de natureza (origem).

Considerando esta transformação a partir do paralelo com a dicotomia entre o “sujeito”, que observa, e o “objeto”, que é observado, a oposição entre a “natureza” e a “sociedade” está relacionada ao desenvolvimento do sentimento de paisagem. Segundo Simmel (2001), o "sentimento da natureza" propriamente dito, ignorado na antiguidade, se desenvolveu na época moderna. Para o autor, o surgimento deste sentimento foi potencializado pela criação da perspectiva na pintura:

[...] o gosto pela paisagem, esse produto tão especial, é um tanto tardio, porque sua criação justamente exigiu [...] a dissolução das ligações e das relações originais em benefício de realidades autônomas de caráter diferenciado - essa fórmula maior do universo pós-medieval também permitiu recortar a paisagem na natureza. [...] [Esta] se encontra remanejada pelo olhar humano - que a divide e decompõe em seguida em unidades particulares - nessas individualidades que chamamos de paisagens (SIMMEL, 2001: 15).

A emergência da paisagem como um gênero autônomo nas artes desenvolveu uma perspectiva artificial, infinita, contínua e homogênea, em que o indivíduo está fora da paisagem; produziu uma nova idéia, um olhar particular no qual os eventos são externos ao pensamento. Essa clivagem característica do mundo moderno induz à objetivação da subjetividade. Não há mais, do ponto de vista ontológico, influências externas à cultura, estando a natureza, outrora causa e substância, conformada ao recorte de um mundo representado enquanto objeto, ao qual devemos nos debruçar e compreender (DESCOLA, 2002).

Nesta impressão subjetiva (perspectiva na arte), que serve de ponto de partida para a racionalização do mundo da experiência, o espaço fenomenológico da percepção é

transportado para um espaço matemático. Na perspectiva moderna, a coesão do mundo perfeitamente unificado é reconstituída em um espaço racional, matematicamente construído para escapar dos contrastes psico-fisiológicos da percepção. Esta nova forma simbólica de apreensão do mundo apresenta, contudo, um paradoxo: o espaço infinito e homogêneo da perspectiva linear é centrado a partir de um ponto de vista arbitrário, em direção ao olhar do observador. A perspectiva linear institui no domínio da representação a possibilidade do “face-a-face entre indivíduo e natureza”, característico da ideologia moderna. Tal “objetivação da subjetividade” produz um duplo efeito: cria uma distância entre o homem e o mundo e sistematiza e estabiliza o universo externo, conferindo, ao mesmo tempo, ao sujeito o controle absoluto sobre a organização desta exterioridade ultimamente conquistada (DESCOLA, 2002: 94). Nas narrativas que incorporam esse esquema central, esse pensamento só é possível por meio da “grande divisão”.

Ampliando a existência dos organismos vivos para realidades invisíveis ao pensamento científico moderno, essa perspectiva etnográfica relativiza a idéia de uma natureza comum, na qual a natureza é concebida como “o outro lado do homem” (MERLEAU-PONTY, 2006: XV), e na qual opta o pesquisador a considerar-se como o sujeito que contempla e manipula os objetos do mundo, resistindo a admitir qualquer inversão de sua posição. Do ponto de vista ontológico, a infinidade do universo - abrangendo mesmo a possibilidade de existência de uma pluralidade de mundos - é uma *concepção moderna*, a qual restringe a natureza à medida do homem, considerando-a como um “ser inteiramente exterior”, constituída de partes, isto é, de *puros objetos* (MERLEAU-PONTY, 2006: 8-10).

Segundo a ética conservacionista associada a esta imagem, as áreas naturais, com sua biodiversidade global, estariam dentro do mundo, enquanto os humanos estariam fora. Nesse sentido, o mundo se apresenta à humanidade como uma superfície a ser ocupada e o ambiente não é mais o que nos envolve, onde habitamos, mas nós que o envolvemos. Ingold (2000) aborda o contraste entre as perspectivas antagônicas de sociedade e natureza, criticando o “desempoderamento” das comunidades locais na responsabilidade de cuidado como o ambiente a partir do estabelecimento da imagem de um mundo como um globo, como universal (INGOLD, 2000: 155). Neste caso, podemos orientar nosso olhar sobre projetos de cunho ambientalista, como os que se referem à criação e gestão de unidades de conservação da “natureza”. Com a aplicação destas reflexões teóricas é possível pensar a relação dos humanos com o ambiente, de maneira a contribuir com a discussão levada a cabo nas ciências nos últimos anos em relação ao processo de democratização do acesso aos bens (difusos ou diretos), oriundos de áreas públicas de conservação ambiental.

O problema passa, assim, a existir no âmbito dos projetos de preservação concebidos em uma perspectiva oriunda da *modernidade*. O processo histórico de domínio dos territórios e paisagens no Brasil, envolvendo diferentes posições de poder em conflitos sociais, esteve ancorado no ímpeto de ocupação e uso das áreas de floresta. Mais recentemente, as tensões sociais na região relacionam-se com o meio ambiente pelo aspecto da conservação ambiental devido à criação da unidade de conservação: o Poder Público passou a incentivar não mais a exploração dos recursos florestais e a produção madeireira, mas o ideal conservacionista³⁸.

2.7.2 Modernidade como uma forma de ordenamento do mundo

Em uma perspectiva baseada no dualismo³⁹ entre natureza e cultura presente em nossa sociedade, considera-se que a natureza existe independentemente de nós, humanos, mesmo quando aponta que é, em parte, dependente de nossa proteção (aí reside a superioridade em relação ao natural).

Por outro lado, ao destacar a *diversidade* cultural, supõe-se que a espécie humana desenvolve - sob uma mesma biologia, mas socialmente - respostas culturais específicas em atendimento às mesmas necessidades de sobrevivência. Depreende-se que compartilhamos a existência em um mundo comum, regado por leis universais: uma *mononatureza*, portanto. Por outro lado, algumas abordagens contemporâneas buscam considerar o “ambiente” e a “cultura” sob um mesmo enfoque, apontando no sentido da superação da dicotomia entre os campos do saber científico.

A partir do “bicameralismo” da “natureza” e da “sociedade”, a “modernidade” não designa um período, mas um modo de interpretar um jogo de situações. Os modernos somente reconhecem a possibilidade do progresso a partir da referência ao sujeito e ao objeto, fugindo da tarefa de incluir os demais coletivos e instituir as essências do mundo comum (LATOURET, 1990).

³⁸ Não necessariamente em oposição aos anseios desenvolvimentistas, empreendimentos e tecnologias, como denota o conceito de desenvolvimento sustentável adotado em unidades dessa categoria (FLONA).

³⁹ Descola (2005a), em seu artigo “Más allá de la naturaleza e de la cultura”, tece considerações acerca da possibilidade de definição de uma fronteira consensual entre o que corresponde à natureza e o que tange à cultura. Crítica a disputa das ciências, na qual as ciências naturais estariam ocupadas com os objetos enquanto as ciências humanas com os valores. Para exemplificar sua argumentação, ele descreve a estrutura do Museu de História Natural de La Plata, dividida entre “coisas naturais” e “feitas pelo homem”. Neste museu, no andar de baixo estariam dispostas exposições ordenadas segundo princípios da mineralogia, paleontologia, zoologia e botânica, enquanto, no andar superior, exposições de coleções de resíduos dispersos de cultura material, combinados ao estilo evolucionista, por categorias de utilidade e sem um vínculo explícito com a cosmologia do grupo no qual foi concebido, produzido e utilizado (DESCOLA, 2005: 95). A representação das coisas humanas no andar de cima era análoga ao pensamento de que a cultura se desenvolve sobre uma base natural.

2004). Esta reflexão elaborada no âmbito da chamada Sociologia das Traduções (ou *actor-network theory*, cunhada por Bruno Latour e outros), refuta a existência de objetos puros, dado que, em nossas sociedades, a partir de uma ontologia que se funda em uma “grande ruptura”, há o duplo empenho de produzir híbridos de natureza e cultura - ao passo que, por outro lado, há o esforço de reiterar a distância entre esses pólos.

Latour defende a noção de que a sociedade ocidental nunca conseguiu de fato estabelecer categorias que diferenciasssem o “culturalmente construído” do “mundo natural”. A proliferação de híbridos de natureza e cultura seria assim derivada do esforço de purificação dos mesmos, que é o empreendimento da modernidade⁴⁰. O termo *moderno* refere-se a dois conjuntos de práticas em profunda distinção, porém complementares: 1) práticas de *tradução* ou *mediação*, que permitiriam a mistura de seres de gêneros totalmente diferentes, criando o que chama de híbridos e; 2) o conjunto de purificação que cria duas zonas ontológicas radicalmente diferentes, gerando uma separação crucial entre humanos e não-humanos, entre cultura e natureza (uma natureza e várias culturas). A modernidade, portanto, seria um modo de interpretar uma combinação de situações, distinguindo entre “fatos e valores, estados do mundo e representações, racional e irracional” (LATOUR, 2004: 380).

A “grande reviravolta”, diz Latour, é que agora a natureza “nos define como uma cultura particular” (Latour, 1998: 100). Exige-se, assim, a conversão dos antropólogos: a relação dos humanos com não-humanos reside no estudo dos híbridos que daí emergem. Em sua proposta, a de uma “antropologia simétrica”, a preocupação recai no estudo a partir da teoria das redes, em que política, discurso e natureza são considerados em sua imbricação e totalidade. Segundo o autor, da mesma maneira que os antropólogos estudam em sociedades pré-modernas (os elementos do tecido inteiriço das naturezas-culturas, sejam eles mitos, etnociências, cosmologias), também as sociedades que intercalam tradições e tecnologias merecem atenção.

O pensamento moderno seria então único porque nunca houve “constituição” que permitisse o jogo duplo entre imanência e transcendência, pois anteriormente, *a socialização da natureza* (novos atores mobilizados) *se dava através das categorias que normatizam a sociedade*. Dessa maneira, apresenta uma crítica à constituição moderna: ao consolidar as

⁴⁰ Ao duplo movimento de *mediação* e *purificação* circunscreve o que Latour chama “Constituição Moderna”. Nesse sentido apresenta a controvérsia entre Hobbes e Boyle como uma representação do mundo moderno: o conhecimento a partir dos laboratórios (poder científico) se distinguiria fundamentalmente da compreensão da ação humana, dos cidadãos através do contrato social (poder político). O autor demonstra o quanto ciência e política estão imbricados na resolução de *controvérsias* (até que se fechem as *caixas-pretas*).

ciências com base na divisão natureza/cultura, a constituição moderna torna invisível, impensável. A perspectiva teórico-metodológica de Latour, a antropologia simétrica, pressupõe o estudo das redes, não a partir da oposição de seus pólos (natureza e cultura), mas simetricamente. O objeto de estudo por excelência são os *híbridos*, isto é, as *coisas* ao mesmo tempo naturais e domesticadas, os quase-sujeitos e quase-objetos.

CAPÍTULO 3

INDÍGENAS NA FLONA E O USO DE ELEMENTOS NATURAIS

Na antropologia encontramos a defesa da especificidade da cultura humana, dentro de uma crítica ao utilitarismo e à lógica econômica. Na esteira desta crítica, a lógica que funda a experiência humana estaria na ordem do simbólico, exclusivo dos grupos humanos distintos. Visando à apreensão da distinção entre essas categorias a partir do plano etnográfico, Viveiros de Castro, por exemplo, refere-se a um traço contrastivo do pensamento ameríndio em relação ao pensamento ocidental moderno. Ele propõe uma inversão simétrica das cosmologias modernas, sugerindo as noções de *multinaturalismo* e de perspectivismo. Segundo o autor, a inversão proposta deriva de uma interpretação fenomenológica capaz de determinar as condições de constituição dos domínios da natureza e da cultura (ou da humanidade), pois no pensamento ameríndio eles não possuiriam os mesmos conteúdos e estatuto de seus análogos na cosmologia ocidental moderna.

O perspectivismo proposto por ele é a concepção segundo “a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 349). Deste modo, a perspectiva não é uma representação, pois o ponto de vista é fundado no corpo¹. O que muda não é a perspectiva, mas o mundo que eles vêem. Assim, para Viveiros de Castro, todos os seres vêem mundos diferentes da mesma maneira. A diferença entre os pontos de vista é dada pela especificidade dos corpos. Dessa maneira, vislumbra-se a existência de subjetividades em animais, plantas, fenômenos meteorológicos, entidades espirituais, acidentes geográficos, inclusive objetos e artefatos, além da humanidade.

No escopo desta perspectiva teórica, Viveiros de Castro dialoga com o antropólogo Tim Ingold, em especial no entendimento de que não é a *intersubjetividade*, mas a *interagencialidade* a qualidade constitutiva do social nas cosmologias de povos caçadores-coletores². Ingold (2000) concebe a existência humana simultaneamente em dois níveis: no

¹ A abordagem fenomenológica proposta no âmbito de uma antropologia da corporeidade (ou paradigma do *embodiment*) é suficientemente explicitada em recente trabalho de Thomas Csordas (2008 [2002]).

² Ainda que seja um ponto controverso entre os especialistas, os membros dos atuais grupos kaingang são considerados como representantes de uma cosmologia compartilhada entre os povos caçadores e coletores da América Latina. Este apontamento não implica que as teorias sejam perfeitamente aplicáveis ao caso em estudo.

nível social das relações intersubjetivas e interpessoais e no nível natural-ecológico das interações organismo-ambiente. Humanos são pessoas e organismos³, enquanto animais são somente organismos. Essa diferença não é, pois, uma propriedade das coisas, mas das *relações*. A unidade de evolução seria dessa maneira o “organismo em seu ambiente” e não o organismo como entidade discreta, competindo com as dificuldades impostas pelo meio.

Segundo a crítica de Ingold, não há uma linha divisória universal que separe a natureza da cultura, nos termos do dualismo ortodoxo entre sujeito e objeto, pessoas e coisas⁴. Pensar assim implica em uma atitude de análise que considere o caráter simétrico das narrativas e das explicações científicas.

Neste ponto convergem questões referentes ao objeto de estudo, que contempla a prática dos atores voltada a elementos que são mais ou menos próximos dos pólos da natureza ou da cultura. A relação de uns com os outros se pauta por uma apropriação maior ou menor da noção de que os humanos falam da natureza, representando distintos pontos de vista sobre um mesmo elemento. Na visão das comunidades estudadas por Ingold, a pessoalidade é aberta tanto a humanos quanto a não-humanos. Os animais e fenômenos naturais como o vento tem seus desejos e suas particularidades individuais. Agem inteligentemente, compreendem e são compreendidos pelo homem. A subjetividade, a *personhood*, dessa maneira, incide com mais frequência em um número limitado de espécies com as quais se pode deparar na *forma de humanos*. Estes elementos contrastam com a noção de separação entre os domínios subjetivo e objetivo, fundamental na lógica do discurso ocidental moderno (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), demonstrando, assim, mais que um *continuum* entre ambiente e sociedade, a noção de “unicidade da natureza”, garantida pela “universalidade objetiva dos corpos”.

³ Buscando afastar-se da dicotomia entre sujeito que percebe e objeto que é percebido, Ingold (2000) retoma uma perspectiva fenomenológica atrelando o conhecimento à percepção (uma “ecologia do sensível” realizada a partir da abordagem ecológica da percepção visual de James J. Gibson). Ingold propõe substituir a dicotomia “natureza e cultura” pela sinergia entre “organismo e ambiente”. Sua inspiração vem de Bateson (2000), e do contraste com Lévi-Strauss. Ambos iniciam desconstruindo a dicotomia, mas enquanto a mente para este recupera informações do mundo por um processo de *decodificação*, para Bateson os objetos *desvendam-se* do mundo num processo de *revelação*. Destinando a discussão acerca do que seria o “organismo mais ambiente”, Bateson conduz seu argumento na direção da instituição de uma concepção de “mente” que abarque o conjunto das relações como um sistema de *diferenças* que chegam até a percepção humana. Nesse trajeto da diferença, a *atenção* e a *experiência* da vida no mundo constituem o todo que interconecta o organismo ao seu meio, nas palavras do autor, mente e ambiente. Nesta perspectiva, Gibson escreveu “The Ecological Approach To Visual Perception”, e “The Senses Considered as Perceptual Systems”.

⁴ Um trabalho ensaístico na disciplina é encontrado na dissertação de Eduardo Di Deus, intitulada “Antropologia e ambiente: entre transgressões e sínteses” (Brasília, PPGAS/UNB, 2007), na qual o autor aborda a trajetória da antropologia no trato com o ambiente, revisando autores clássicos, como Mauss, Boas e Evans-Pritchard, enfocando Bateson e Ingold.

Os cipós coletados fazem parte dos elementos considerados mais próximos do pólo humano⁵, para os indígenas, conforme será visto adiante. O mesmo se passava nessa comunidade em relação à adoção de um animal silvestre, como um quati. Por outro lado, alguns pesquisadores, no caso estudado, diferentemente, crendo na unicidade do universo material e que as leis da Ciência definem os efeitos que se produzem na natureza, não compartilham da mesma concepção sobre elementos da natureza. Assim, não contemplam em sua definição de “social” os elementos que as cosmologias indígenas põem em evidência no relacionamento com os seres de suas “naturezas”, reduzindo sempre as perspectivas incluídas nos projetos de conservação do ambiente às definições previamente estabelecidas na cosmologia da sociedade moderna.

Dessa maneira, avaliando a tentativa de união, em uma mesma instância formal, de construtos oriundos de cosmologias tradicionais, teorias científicas, projetos de desenvolvimento que contemplam interesses de diversos atores, conviria problematizar a aplicabilidade da premissa da *dialogicidade* na gestão ambiental pública em face das perspectivas dos coletivos de atores.

3.1 A presença dos *kaingang* no interior da Floresta Nacional

Entre as principais controvérsias havidas na FLONA, desde a criação de seu conselho consultivo, encontra-se o estabelecimento de famílias *kaingang* em seu interior. No dia 01 de novembro de 2005, fiquei sabendo que índios *kaingang* acamparam no interior da Floresta Nacional de Passo Fundo. Estes grupos *kaingang* chegaram ao município, organizando-se em um movimento que visava a recuperar territórios que consideram tradicionais indígenas.

Na época, trabalhando no órgão que administrava a unidade de conservação realizei uma viagem a Mato Castelhanos, e não tardei a visitar o acampamento, após o contato com os *kaingang* que ainda estavam na Floresta Nacional. Não pude deixar de pensar em um diálogo envolvendo os interesses daquela comunidade em face do processo de gestão ambiental da unidade de conservação, pois sua categoria previa a possibilidade de uso sustentável de seus recursos, mesmo que se tratasse de uma proposta inusitada. Tive, assim, a experiência de ir à

⁵ Viveiros de Castro reitera que todos os seres da floresta têm sua imagem, as quais os povos indígenas consideram “representantes” dos animais. Os conceitos de “espírito” das cosmologias amazônicas não designam um gênero de seres, mas “uma certa relação de vizinhança obscura entre o humano e o não-humano”.

Floresta Nacional quando os *kaingang* ainda estavam acampados em seu interior, de conhecer cada família.



Figuras 18, 19 e 20: Cadastramento dos índios *kaingang* na época do acampamento no interior da FLONA.

Na ocasião, pude adentrar a mata com os índios e registrar a coleta dos cipós e o rebrote dos galhos anteriormente aproveitados por eles. Laços de confiança foram se constituindo, em grande medida baseados no cadastramento das famílias, ou pela crença de que seria possível construir uma proposta institucional de permanência dos índios na FLONA. Mas a perspectiva de retirada dos grupos indígenas do interior da unidade era o foco das instituições envolvidas no processo de ocupação da FLONA⁶. Contudo, a perspectiva de incorporação do *outro* na esfera de debate e na gestão da unidade, a qual se poderia esperar de uma proposição cosmopolítica, poderia por em xeque muitas certezas entre os atores não-índios. Na época o intento de “restituir a normalidade na unidade”⁷ significava, em termos explícitos, a retirada imediata dos índios de seu interior, pois, além da controvérsia sobre humanos no interior da unidade de conservação, aos servidores e responsáveis por sua

⁶ Esses órgãos convocaram, em caráter de urgência, uma reunião na “câmara de conciliação e arbitramento”, em 26/01/06, na sede da Advocacia-Geral da União, para discussão sobre a resolução da controvérsia.

⁷ Memorando 029/06-GAB/GEREX/IBAMA/RS, em 23/01/06 à presidência do Órgão, com sede em Brasília.

administração a situação se mostrava como “tensa e insegura” aos funcionários e familiares e à “integridade do patrimônio ambiental”⁸.

Enquanto isso, os *kaingang* estavam discutindo as estratégias do movimento que poderia culminar no estabelecimento de uma área indígena na região e frequentemente, passavam até tarde dialogando. Em termos da rivalidade entre os grupos familiares, as relações políticas dos *kaingang*, eram temas relacionados à inserção das famílias *kaingang* na região, evidenciando-se uma forma de relação com o Estado através da ocupação *pacífica* da unidade - ainda que nada houvesse sido acordado previamente, pois quaisquer tentativas seriam eminentemente frustradas, e que houvesse desentendimentos pessoais durante sua presença na UC. Eram controvérsias entre os grupos *kaingang*. Também dotados de uma perspectiva de afastamento de atitudes violentas e de não-reação individual em face da ocupação da floresta pelos índios, os funcionários, ainda que receosos de incorrer em contradição profissional, forneciam os elementos básicos como água e abrigo aos acampados, ao passo que mobilizavam a estrutura do órgão para a tomada de providências em relação à desocupação da unidade de maneira pacífica.

A situação de insegurança fora reforçada com o relato⁹ de um vigilante noturno da floresta, que referia uma “movimentação estranha” ocorrendo na sede da floresta: os indígenas, na madrugada, informaram-lhe que estavam discutindo sobre a tomada, pela força, da parte restante das dependências da floresta, sendo esta pressão exercida sobre o cacique por “um grupo rebelde, embriagado e sem educação”. Evidentemente havia muitas diferenças entre funcionários e indígenas quanto aos aspectos morais de conduta: conforme me relataram os funcionários na referida visita, os índios eram até “vistos nus”, a banharem-se na unidade, representando àqueles algo com o que seus filhos não deveriam ter contato.

Assim, nessas etapas iniciais da pesquisa, não havendo perspectiva de permanência dos *kaingang* no interior da unidade¹⁰, fui tomando o rumo da preocupação com os modos de conhecer e (re)estabelecer relações com o ambiente local, a partir da procura pelos elementos que conectam os *kaingang* com o planalto gaúcho, em uma perspectiva de *engajamento* com a paisagem, considerando para tanto a perspectiva indígena das alterações que esta sofreu e das alternativas de manejo que constituíam esses ambientes enquanto propícios ao modo de vida

⁸ Ofício 098/06-GABIN/IBAMA, em 30/01/06 à Diretoria Geral da Polícia Federal, em Brasília.

⁹ Apresentado então à Gerência Estadual do IBAMA em 23/01/06, em memorando de número 028/06.

¹⁰ Nesse período as saídas a campo detiveram-se sobre as práticas associadas à coleta de cipós e taquaras para artesanato, e os significados dos padrões de cor e trançado, mais do que pela ontologia dos objetos naturais na cosmologia indígena. Por servir como um meio de compreensão do universo cosmológico do grupo e de verificação dos moldes do processo de inserção do grupo nas relações com a sociedade envolvente, o artesanato *kaingang* (*vafy*) foi focado neste trabalho.

dos grupos dessa etnia. A ênfase inicial na confecção material dos artesanatos¹¹ e os objetivos da pesquisa reduziram as possibilidades de uma maior aproximação com outros aspectos importantes da vida na comunidade, como a busca pela demarcação de uma terra e a obtenção de uma área para praticarem a agricultura da maneira convencional.

Com esse recorte, encaminhando a argumentação para o foco que conduziria essa pesquisa, seria o caso de pensar se em uma assembléia que contemplasse os coletivos, uma assembléia de híbridos, quem está apto a falar em nome da “natureza”? Os humanos seriam conscientes de suas alternativas, e interessados na perspectiva de contemplar os diversos interesses para garantir um futuro *sustentável*? Se considerada a instância participativa da UC, sendo o conselho uma instância que representa a sociedade, poderia caber a ele sugerir atividades inovadoras. Mas uma experiência assim não poderia ser posta em prática, pelo envolvimento de outras controvérsias de dimensões superiores de atores e recursos mobilizados. O caráter inovador e a ausência de profissionais das ciências que legitimariam um processo de gestão com os indígenas atuando em parceria na unidade dificultou o reconhecimento do manejo *kaingang* dos cipós da floresta como uma possibilidade sustentável e ambientalmente justa. A proposta foi discutida entre os índios que se dispusessem a realizar a atividade através de um projeto; com restrições, mas também, por um lado bastante vantajoso para outras iniciativas semelhantes, com inserção no debate ambiental, em redes na qual transitavam outros cientistas e gestores ambientais. A produção de pesquisas abria a possibilidade de incorporar membros da comunidade como autores no campo científico¹². Assim, por um determinado período, os índios puderam ser vistos como possíveis porta-vozes de algumas espécies vegetais da floresta, e de técnicas de manejo específicas. Ocorreu ao menos um registro que dava visibilidade à intenção dos indígenas de participarem de novas relações formalizadas com os brancos¹³, no que envolve o manejo das espécies vegetais em áreas protegidas.

¹¹ Imagens da confecção de cestos foram compiladas em um vídeo apresentado durante o IV Simpósio Gaúcho de Educação ambiental, promovido pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI, campus de Erechim), em 2007.

¹² Nas discussões prévias sobre a presença dos índios na unidade foi sugerido o apoio dos *kaingang* a um projeto que contemplasse o controle e a demonstração da sustentabilidade da atividade extrativa, em contrapartida a concessão do direito de coletar os cipós, o que não foi levado adiante.

¹³ Em decorrência deste acampamento, outros *kaingang* mobilizaram-se. Desta vez, utilizando uma estratégia da via institucional, elaboraram junto ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), na Capital, um documento solicitando a permanência dos *kaingang* no interior da Floresta Nacional de Canela/RS, onde o ambiente era próprio “para viver do modo tradicional *kaingang*”. O pedido foi indeferido pelo órgão, pelo motivo de que a regulamentação da categoria de unidade de conservação contempla a presença de populações tradicionais, mas somente as que estiverem no local durante sua criação. Vimos, contudo, que a maior parte dos índios no RS foi aldeada, em um processo que iniciou um século antes da criação das primeiras unidades de conservação.

As dificuldades de implantação de um projeto original como este em uma Floresta Nacional gaúcha esbarrava também na capacidade de organização para acompanhamento da execução das coletas, e na necessidade de justificar às instâncias superiores a decisão de atendimento de uma demanda também original. A controvérsia sobre a sustentabilidade da atividade extrativa, no caso da FLONA de Passo Fundo, se estabeleceu quando atores da unidade de conservação incluíram a idéia de uma avaliação prévia da atividade, a ser realizada sob o escopo de um diagnóstico sócio-econômico que estava previsto para o entorno da FLONA. Este diagnóstico sócio-econômico era possível pela destinação de recursos de compensação ambiental na Unidade de Conservação, pela instalação de linhas de transmissão de energia em sua área de influência. O estudo serviria para embasar a elaboração do plano de manejo - documento que contempla o ordenamento da unidade, e prevê perspectivas de uso dos recursos. Não obstante, o projeto imaginado pelos índios e servidores lotados na FLONA deveria preferencialmente ser mencionado neste documento, antes de ser executado. Posteriormente, o diagnóstico sócio-econômico que contemplaria as demandas locais se tornou uma etapa do processo de elaboração do plano de manejo da FLONA.

Mas naquela ocasião, alguns índios conseguiram a atenção de servidores para a demanda de extração de matérias vegetais. O projeto não foi escrito, mas foram formulados então, em conjunto, alguns critérios, como a seleção de pessoas a credenciar, os dados que se poderia recolher na atividade que auxiliassem na manutenção dos processos ecológicos na FLONA, as possibilidades de comercialização dos produtos em redes com o enfoque ambientalista.



Figuras 21 e 22: Acampamento indígena no interior da FLONA, com plantação de subsistência e confecção de artesanato (Sr. Zaqueu).

Naturalmente, estando entre os objetivos de uma Floresta Nacional o interesse pelo manejo sustentável, o contraste se dava com nuances, relacionando-se aos aspectos distributivos da “natureza enquanto bem comum”, mas a influência da distinção ontológica

está presente no debate. Desde a ótica preservacionista, a não interferência humana conservaria as características naturais das plantas. As especificidades do crescimento daquelas plantas seriam *a priori* dadas pela sua programação genética, ainda que dependesse de fatores (competitivos) das relações ecológicas. A ausência de manejo permitiria a reprodução “natural” da espécie e de outros elementos que compõem os ecossistemas, envolvendo a noção de que há algumas espécies que, no processo ecológico, colaboram entre si ou prejudicam o crescimento das demais. Mas não há a perspectiva em relação ao cipó. No caso em estudo, podemos trazer o exemplo da diferença entre as perspectivas atribuídas aos cipós da mata. Durante a ocupação dos *kaingang* na FLONA, se pode perceber que eles possuíam uma relação característica com alguns elementos da mata, sendo a manufatura de artesanato e sua comercialização pontos que não refletem a complexidade da perspectiva que o cipó assume a partir da ação indígena no ambiente. Não obstante, uma tentativa formal de reconhecimento do manejo tradicional estava sendo realizada. Os índios, no entanto, com muita parcimônia, concordavam em todos os aspectos com os brancos, menos sobre a utilidade do cipó intocado “na natureza”.

Os cipós, que permaneceram durante anos sem serem transformados em um único artefato, passaram, naquele momento, a mobilizar um número maior de agentes, em busca da constituição de uma verdade para a “natureza” da espécie. Quando não coletados pelos índios, “envelheceriam”. Se cortados da maneira adequada, “onde tinha um, nasceriam seis” (Seu Leonides, índio *kaingang* do entorno da FLONA). Desde o ponto de vista *kaingang*, na ausência do manejo, a planta perderia suas qualidades. A relação com este organismo vegetal invoca a perspectiva da agência das coisas. A planta é vista como um ator que não temeria a poda, mas a desejaria, pois o ato lhe fortalece. Para ela, há um devir que envolve a coexistência com a sociedade *kaingang*. Do mesmo modo, quando há a apreensão de material oriundo da FLONA, estes sujeitos afirmam não entender “como é que se pode pensar em conservar, se o material é tirado da mão do índio, para ficar lá, secando”.

Pela especificidade desta interpretação, havia no contexto geral certa dificuldade de conceber uma aliança com as populações indígenas em um projeto científico. Os humanos não poderiam ser reunidos em um mesmo coletivo que explicasse o processo de manejo tradicional em termos da conservação da espécie utilizada. Não se pode encontrar o discurso de que os cipós não desejam ser cortados, porque tal coisa não seria verdadeira, haja vista que a sociedade “representa” a qualidade primária do mundo real. Ainda assim, a perspectiva de estabelecimento de uma “coleta regulamentada no plano de manejo da unidade” pareceu aos servidores da Unidade de Conservação uma proposta viável para a implementação de

processos sociais que envolvessem o manejo de espécies no interior da unidade (ainda que não houvesse intenção de compreender a cosmologia *kaingang*), além da perspectiva de inclusão das populações em estado de fragilidade ambiental em redes que sustentassem sua atividade, valorizando-os enquanto cidadãos.

Em meio a esta discussão em que me vi inserido, busquei apreender as peculiaridades da relação com a natureza entre os indígenas. Estas se fizeram mais evidentes pela intimidade com os animais silvestres e com o ambiente de mata, pelo qual eles já realizavam incursões freqüentes.



Figuras 23 e 24: Contato dos índios com a natureza dentro da unidade: o quati filhote e os cipós colhidos na mata (cipó-cruz).

Durante essa atividade, os cipós foram apresentados pelos índios revelando uma agência conjunta de elementos “naturais e humanos”¹⁴ para a reprodução sociocultural e biológica das duas comunidades (também da própria espécie utilizada), pela analogia dos galhos principais com os troncos familiares *kaingang*. Esta concepção apontou a característica parcial das dimensões do “social” e do “natural”, quando percebidas ao estabelecer-se um contato entre atores de distintas cosmologias. Enfim, estariam tais materiais mais próximos de um pólo natural ou social, na concepção desses índios? Ou, quem sabe, a dificuldade de seu reconhecimento enquanto *atores* importantes pelos não-índios - em especial em uma rede com enfoque ambientalista - não residisse na não-diferenciação entre esses pólos naquela cosmologia? Haveria a possibilidade de reunir atores em torno da conservação ambiental,

¹⁴ O quati que, segundo os índios, veio filhote ao acampamento em busca de alimento, acompanhou os *kaingang* por dois anos, até que o menino “dono” foi convencido por um motorista que passava pelo acampamento a desfazer-se dele. Esse quati era tratado de maneira semelhante a um animal de estimação, sendo somente às vezes contido quando insistia em caçar as galinhas. Na perspectiva dos índios, o animal não voltaria ao seu grupo silvestre porque “esquecera dos companheiros”, e não fugiria porque teria sido “aceito” nas residências. Entre a opinião dos cientistas, o animal não poderia viver entre os humanos, e a inviabilidade da reinserção do animal no seu ambiente seria uma precaução contra o comprometimento da saúde dos demais quatis.

considerando uma proposição cosmopolítica na qual o mundo pode ser concebido como um *multiverso*, no qual as características da “natureza” não são *universais*?

Em mais de uma reunião a ocupação indígena veio à tona. Quando as demandas por extração e as proposições relativas à “abertura da FLONA” para utilização de subprodutos da floresta para artesanato ou outros fins econômicos foram debatidas na reunião do Conselho, considerou-se que devem ser amplamente discutidas, pelas questões ambientais de sustentabilidade e pelo viés da repartição dos benefícios da biodiversidade. Foi dado destaque pelo responsável pela UC “à necessidade de algumas definições entre o grupo de conselheiros, antes de empreender qualquer experiência” de manejo que fosse alternativa ao que já havia sendo feito. Neste quadro, na pequena “moldura” constituída pela gestão ambiental da Floresta, foram acionados elementos diversos que povoam o fazer (e o universo) ambientalista.

O *princípio da precaução*¹⁵ apresentaria, nesse sentido, caráter eminentemente político, na medida em que as decisões sobre “o bom uso da natureza¹⁶” envolvem a participação de coletivos com maior ou menor legitimidade e reconhecimento nas instâncias formais de diálogo, e também com diferentes associações com atores que detenham a capacidade de mobilizar outros dos quais a inovação – a coleta formalizada enquanto projeto na UC - depende. Os *kaingang*, hoje fora da unidade, ainda tentam se distinguir como um coletivo indígena pelo manejo dos cipós na região, pela via da apresentação de projetos em outras redes. O relacionamento desses índios com os animais da mata, como o quati, levam a considerar a extensão dessas redes para além das redes sociais compostas por humanos.

¹⁵ O Princípio da Precaução é a garantia de não adoção de medidas que apresentem riscos potenciais ao ambiente ou à saúde humana, ainda que no estado atual do conhecimento algumas relações de causa e efeito não estejam plenamente identificadas cientificamente.

¹⁶ A modernidade não eliminou essa idéia antiga (presente em Aristóteles e no Gênesis): conforme Larrère e Larrère (2000) se a idéia de natureza intocada é vista como o equivalente contrário da idéia de sua dominação completa pela humanidade, e se a exterioridade é questionada, “o homem está na natureza, o problema não é ser pró ou contra a técnica, como se fosse possível renunciar à ação técnica [um retorno ao estado de natureza] (...) O problema agora é outro: quer a técnica seja fruste ou sofisticada, quer seja aplicada coletiva ou individualmente, é preciso que, ao aplicá-la, se faça dela o melhor uso” (p. 17). Sendo assim, “a natureza, num certo sentido, é enriquecida por tudo que a técnica põe em circulação no mundo.

3.2 O estabelecimento dos acampamentos na BR-285 e a demanda pela demarcação de terra indígena

No período em que passei entre os *kaingang*, já acampados ao longo da Rodovia BR-285, minha participação como pesquisador se fez compreendida de maneira distinta entre os grupos¹⁷. Os dois grupos competiam pela liderança na interface e na condução do processo demandado junto à FUNAI. Essa demanda envolvia a constituição de um grupo de trabalho para demarcação de terra indígena¹⁸.

A primeira avaliação com a qual me deparei em campo, entre as comunidades do entorno e as instituições de cunho conservacionista que se relacionavam com aqueles índios, era o receio de que uma retomada de território por parte dos novos atores pudesse anular o processo de participação social na gestão da FLONA e no seu entorno, levando à transformação da unidade em uma terra indígena. Por outro lado, a demarcação era vista como uma possibilidade factível para os grupos acampados no interior da floresta naquele momento. Havia dois grupos indígenas, ora unidos, ora separados, com perspectivas diferentes, cujas lideranças eram na época dois professores *kaingang*: de um lado, a Sra. Andila Inácio e o Sr. Getúlio e, de outro, o Sr. Dorvalino Joaquim¹⁹.

Em um contato inicial com os *kaingang*, o grupo familiar do professor Dorvalino ainda se encontrava acampado no interior da unidade. Na ocasião, dialoguei então com a representante do outro acampamento, que (tendo saído dos limites da unidade de conservação) já se encontrava novamente na BR-285. A professora *kaingang* (já aposentada) Andila, apresentou o “movimento” que visava à retomada de uma área de terra tradicional na região. O seu grupo reivindicava ancestralidade na região. Andila me expôs que a intenção dos *kaingang* era obter no local a demarcação de uma área extensa, e não apenas a transformação da unidade de conservação em terra indígena e que a isto os ambientalistas e agricultores apontavam como um *risco* iminente na região. Durante uma tarde, fui com o chefe da Floresta Nacional (na época), Carlos Henrique, até o acampamento. Carlos expôs aos representantes dos índios sua opinião sobre a função social da Unidade de Conservação e acabou conseguindo um acordo: em uma área reivindicada tão grande, em caso de uma demarcação

¹⁷ Quando voltei, poucos meses depois, Andila havia delegado a liderança do acampamento ao familiar Getúlio, que permanecia pouco tempo no acampamento.

¹⁸ Previsto para ocorrer em 2009, segundo informação fornecida pelo cacique.

¹⁹ Os familiares de Dorvalino, oriundos de uma mudança de Terra Indígena, estavam morando na Serrinha, reserva indígena onde também habitavam os familiares da professora Andila.

de uma grande área como Terra Indígena, poderia ser mantida a FLONA como unidade de conservação, como reservas vizinhas.

De fato, a desavença entre as lideranças na época não me permitiu continuar o trabalho neste acampamento. Mas esses dados, vistos sob o foco dessa investigação, podem ser relevantes para a análise do relacionamento dos índios também com os demais atores locais. Nos acampamentos, outros elementos compunham o universo sociocosmológico dos índios e influenciaram esses acontecimentos. Em um contato com o grupo *kaingang* do acampamento do cacique Getúlio, esta tensão acerca da divisão da comunidade - coletivos *kaingang* que se configuravam em torno da falta de consenso sobre a liderança dos acampamentos - logo se manifestou, denotando que a consideração de um grupo para com o outro era de rivalidade. Na opinião desse grupo *kaingang* então “opositor” ao outro, seus “rivais” não eram (mais) reconhecidos como parceiros na reivindicação, porque eram de outro tronco familiar e oriundos de outro lugar. A professora Andila argumenta:

Nós estamos aqui porque a nossa avó sonhou²⁰ com este local e disse pra nós que aqui era terra indígena. No Mato Castelhana, no Campo do Meio, no Povinho Velho, ih! uma parte enorme dessa região. Ela lembra que aqui moravam seus parentes. Ela conversou com eles e veio até aqui. Foi por isso que nós viemos pra cá. Agora eles [o grupo do acampamento vizinho] não têm nada a ver com a gente.

Assim, o estabelecimento de laços de confiança para a participação na pesquisa entre os membros dos dois grupos acampados no entorno da floresta, por sua vez iniciado com representantes do acampamento *kaingang* mais populoso na época, apresentou esta dificuldade. No entanto, mesmo sabendo da competição entre as lideranças, procurei nos diálogos “tomar partido” a favor do apoio às demandas dos *kaingang* em geral²¹, declarando assim uma postura de não-interferência na disputa pela legitimidade da reivindicação de cada grupo familiar que compunha o eixo principal de cada um dos acampamentos.

Os membros do grupo liderado por Dorvalino, por outro lado, solicitavam permanência na unidade de conservação, argumentando que desejavam somente “um lugar para permanecer”.

A trajetória de Dorvalino foi abordada mais detalhadamente quando tornou-se o principal interlocutor da pesquisa, durante uma viagem que empreendi aos acampamentos, no primeiro semestre de curso, em 2007. Meu contato com este interlocutor sempre foi muito

²⁰ Os *kaingang*, por não usarem alucinógenos, fazem as *viagens* entre os mundos através dos sonhos.

²¹ Desaprovando, em concordância com os caciques, as atitudes violentas entre os grupos.

facilitado pela sua experiência em “lidar com o branco”. Este contato se iniciou de maneira bastante acolhedora por parte dessa comunidade, em especial do cacique e sua família. Durante o período inicial da pesquisa de mestrado, representantes *kaingang* reunidos em Porto Alegre haviam acordado entre si, e como os antropólogos da UFRGS, acerca da necessidade de solicitar, de quaisquer pesquisadores que lhes viessem com questionamentos, um documento, a fim de resguardarem-se de pesquisas “mal intencionadas”. Dessa maneira, para estabelecimento de contato com seu acampamento, um pouco mais afastado da sede da Floresta Nacional, cheguei em Mato Castelhana portando um ofício do NIT²² - assinado pelo professor Sérgio Batista, que me orientava o trabalho final da disciplina de Estética e Etnologia Indígena - no qual constava que eu era aluno da UFRGS e pesquisador (interessado em investigar, na ocasião, a confecção de artesanato *kaingang*). Dorvalino achou por bem aceitar o pedido de atenção, quando expliquei do interesse em desenvolver uma pesquisa etnográfica com seu grupo²³. Solicitou, ainda, à esposa que trouxesse seu certificado de professor. Com a maioria das pessoas do acampamento nos acompanhando no longo diálogo que tivemos naquele primeiro dia, de posse do ofício de apresentação, o cacique ergueu o papel e enfatizou seu “apoio à pesquisa”.



Figura 25: Paisagem incluindo o acampamento indígena na BR-285. Após o aclive da estrada localiza-se o acampamento de Getúlio, quase em frente à sede da Floresta Nacional (início de 2008).

²² Núcleo de antropologia das sociedades indígenas e tradicionais/PPGAS/UFRGS.

²³ No dia seguinte pela manhã, quando fui com equipamento de vídeo e fotografia para efetuar registros, percebi que muitos estavam fazendo artesanato. Esse evento pareceu demonstrar o efeito do empenho do cacique e um laço de confiança com o pesquisador. Nesse dia consegui estabelecer uma boa relação com alguns outros *kaingang* deste acampamento.

Nesse ínterim, pude perceber que é característico dos grupos indígenas locais, o acolhimento do *outro*. Os *kaingang* afirmam que poderiam coexistir com os vizinhos, que gostariam de produzir como eles, realizar as mesmas atividades que eles. A idéia de possuir propriedades rurais, e viver como uma comunidade *kaingang* apresenta-se, na visão de Dorvalino, como uma alternativa melhor do que a transformação da Floresta Nacional em Terra Indígena, ou a concessão para uso comercial dos elementos da UC - embora a última não seja excluída na proposta.

Deste modo, o cacique considera uma nova perspectiva de ocupação da área por sua comunidade, distinta do que vêm ocorrendo nas terras indígenas. Antes, em sua concepção, deveria estar relacionada à proximidade com a vida urbana, com o estudo dos filhos, à participação da comunidade nas demais instituições sociais e nas políticas de fomento à atividade agrícola. Conforme Dorvalino:

Como nós temos uma visão diferente, pensando numa nova política [...] hoje dizem que o índio só pode plantar milho, feijão e mandioca? Será que nós não temos que comprar uma roupa, um tênis legal? Pagar a faculdade dos filhos? Mas pra isso, nós temos que pensar uma das coisas que nunca existiu e que nunca vai existir nas terras indígenas [...] sermos incluídos nas políticas.

A relação dos índios de Mato Castelhana com as comunidades locais também era observada pelos agentes públicos. Previamente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) já havia realizado um trabalho de mediação entre os grupos e poderia esclarecer alguns pontos de dúvida que ainda pairavam nessa etapa da investigação sobre a inserção desses novos atores no ambiente marcado pela presença da unidade de conservação. Os representantes (caciques) dos dois acampamentos (antes de sua “coligação”) mantinham contato com a FUNAI, juntos ou individualmente.

No órgão responsável pelo processo de demarcação, antes de uma nova visita aos acampamentos, busquei apreender o ponto de vista oficial sobre as disputas entre os acampamentos, e a perspectiva de criação de um grupo de trabalho para um laudo antropológico na região. O órgão não interferia na rivalidade entre as lideranças, mas aguardava que as comunidades demandantes apresentem sua posição em relação aos seus representantes e aos membros que fazem parte do coletivo, em uma perspectiva de união dos grupos. O superintendente da FUNAI²⁴, destacou que a questão seria reconhecer se era uma

²⁴ O superintendente da FUNAI, José Ferrarezze, tendo concedido em seu escritório a entrevista, contribuiu também para a realização da pesquisa nos acampamentos, fornecendo o contato das lideranças.

terra indígena ou não, porque “de Passo Fundo até São Leopoldo havia antigamente 62 aldeamentos indígenas”. Ele acompanhou a chegada dos acampamentos ao município, e manteve contato com as lideranças, contando como acabaram se dividindo, que estaria relacionado ao modo peculiar dos kaingang relacionarem-se entre os grupos em busca de terra. O gestor público considera que a permanência dos índios na FLONA foi complicada, mas que atualmente a inserção dos acampamentos entre as comunidades locais já é dada com naturalidade. Conforme a opinião do entrevistado, a maioria dos acampamentos surge devido a brigas internas nas Terras Indígenas. Mas essas disputas não envolvem somente a liderança dos acampamentos e, em consequência, da futura terra a ser demarcada. Essa opinião se refere ao trânsito do processo de estabelecimento dessas comunidades que, do ponto de vista do gestor, é a principal preocupação dos sujeitos *kaingang* nos acampamentos no intuito de, sendo aceitos pelo coletivo, não serem retirados do local escolhido.

Não obstante, ainda durante a ocupação da FLONA, houve alguns índios que não se associaram a nenhum dos grupos. Algumas famílias, menos inseridas no contexto de relacionamento com as comunidades que reivindicam a demarcação de terra indígena na região, demoraram mais em sua estada no interior da unidade de conservação. Esta situação ilustra como as relações entre os grupos indígenas estavam em negociação. Remi, atual chefe da FLONA, conta da ocupação de uma casa mais distante da sede da floresta, perto de onde ficavam os viveiros de mudas. Esta família depois uniu-se a um acampamento na rodovia.

Grande parte dela é uma área plantada. Essa área antigamente tinha muito morador, as pessoas que trabalhavam aqui dentro e tal. Faz uns dias tinha um indígena morando ali, já tinha até galinhas. Vim bem cedo um dia e encontrei ele. Ele falou que era indígena, só que não tinha se entendido com o cacique.

Depreende-se dos relatos do responsável pela Unidade de Conservação que estava preocupado em desempenhar a contento suas atribuições legais concernentes à preservação, mas que priorizava o respeito às pessoas, com as quais procurava dialogar. Durante esse período, o servidor visitou muitas famílias indígenas que ainda não se identificavam com os grupos maiores.

Na narrativa que busco constituir para a chegada dos kaingang à UC, apreendida a partir do contato com os índios em Mato Castelhano, segue a proposição de que a terra não é tudo, mas é um elemento presente nas relações dos grupos com as alteridades da própria etnia, com a sociedade envolvente e com as demais subjetividades da natureza. A sustentabilidade ter saúde e terra suficiente para os filhos. Por isso a vinda das comunidades não está limitada

ao ponto de vista da aquisição de terras, como investimento ou para incrementar o padrão de vida, e a cisão entre os grupos meramente como uma luta pelo poder e pela legitimidade da escolha das melhores áreas, quando demarcadas.

Demonstrando gradativamente sua experiência, a cada dia, o cacique Dorvalino apresentou informações sobre a sua atuação coletiva. Ele e o seu grupo familiar estão na luta por um espaço há anos:

Nasci na Guarita, em 1963, no município de Redentora. Já sofremos três reintegrações de posse. Primeiro fomos pro Caseros, pro Ligeiro e aí pra Serrinha. Em Caseros era um processo também, que nem hoje está o Serrinha, só que está concluído. Quando eu cheguei na Serrinha não tinha um cacique, era uma comissão, depois que se criou. Primeiro eles brigaram, como está acontecendo aqui. Aí, dentro de um ano, teve dois colonos que concordaram dividir a sua terra. Então nos baseamos no Casero e Ventarra, e isso deu a experiência pra enfrentar a Serrinha, depois Votouro... com essa experiência que hoje nós temos reivindicação: aqui, Candóia, Lajeado do Bugre, Pontão e Carazinho. Agora Pontão se desmobilizou... Continuamos nós e Lajeado do Bugre e Palmeira das Missões. (...) A maior reivindicação do Estado do Rio Grande do Sul é aqui.²⁵

Em sua trajetória de “luta”, o cacique conta com o companheirismo da esposa, que conheceu na Reserva de Guarita²⁶. A sua família tentou alguns anos de convívio na Reserva da Serrinha onde ele deu aula, pois é professor bilíngüe *kaingang*. Ainda assim, não puderam obter os recursos necessários para continuarem criando os filhos e netos naquela reserva:

Dizem que tem terra, que o índio “ganha” tudo, mas não é assim... O atendimento com relação à distribuição de terra não é suficiente. O governo do Estado indenizou os colonos na retomada da Serrinha, mas empacou: o índio não tem terra. 60% indígenas que assumiram. [...] E como o governo não pode obrigar a sair, a justiça demora, leva décadas, complicou nossa situação. O futuro das 56 crianças que nós temos está em jogo. Elas não têm segurança, não têm futuro nenhum. O pouco que nós tínhamos lá dava pra nós, mas não pros nossos filhos.

Este momento foi apontado pelo cacique como crucial, quando decidiram que era a hora de vir para o município de Mato Castelhano:

²⁵ Esta entrevista foi concedida em final de 2007.

²⁶ Leila é natural de Lajeado do Bugre, local onde há outro movimento de retomada de terra tradicional *kaingang*.

O grupo veio pra cá [porque] sabíamos da nossa história aqui, mas nós não tínhamos como chegar aqui... Até que um dia a gente abandonou tudo que a gente tinha lá, e viemos. Aí a gente está tentando ver se consegue alguma coisa com a FUNAI, contanto que não seja despejado... Porque é um processo que demora. [...]

Ainda em relação ao estabelecimento dos acampamentos em Mato Castelhana, algumas considerações²⁷ de Dorvalino trazem à luz aspectos que envolvem a saída da terra indígena em que estavam, junto ao outro grupo acampado, a cisão, as motivações e a condição deste deslocamento, apresentando a perspectiva de seu grupo na região até o momento. Este interlocutor conta que os grupos chegaram a Mato Castelhana juntos, com um propósito comum:

Mas a gente tava brigado, que nem casal [risos]. É que primeiro acampamos onde o Getúlio está. Chegamos junto com ele. Aí nós fomos todos ali, onde é a Floresta. Mas a diferença dentro do grupo começou quando nos reunimos pra decidir a representatividade. Porque o interesse era único quando nós chegamos aqui, mas quando nós colocamos a representatividade, aí houve interesses das famílias de lá de não aceitar. [...] Hoje nós estamos juntos de novo.

Os grupos atualmente estão aliados, após confronto que envolveu um terceiro grupo de índios *kaingang*, vindos de Pontão, que lá também demandavam terra. A liderança deste grupo tentou tomar a condução geral do movimento de retomada de território em Mato Castelhana, depois de constituir a aliança com o grupo do cacique Getúlio. Houve briga entre os dois grupos e Seu Dorvalino ficou inicialmente em desvantagem. Depois desse embate, houve desentendimento entre o Cacique Getúlio e Jonas (Pontão), que levou Getúlio a aliar-se a Dorvalino, que considerou o apelo e aceitou a trégua. Hoje Dorvalino divide com Getúlio, seu “vice”, a representação do movimento. Os dois acampamentos permanecem separados sem as rivalidades iniciais.

Além dessa perspectiva competitiva entre os grupos *kaingang*, segundo os índios presente desde a sua chegada ao local, a relação com os agricultores da região era sempre apresentada como uma possibilidade “natural” e não conflituosa, pois os índios afirmavam “não ter nada contra os agricultores”. Esta relação é marcada, entre os índios, pelo estabelecimento de laços de vizinhança, diálogo e associações, com os antigos moradores,

²⁷ Ainda complementa com uma avaliação crítica das relações entre os índios nas reservas: “[...] acho também que o erro está em nós, está no índio, está em cada representante das comunidades, tem áreas indígenas que você fica apavorado, tem gente passando fome enquanto meia dúzia de pessoas ficam manipulando. Será que não teria um mecanismo pra diminuir essa desgraça toda? [...] O mal do *kaingang* é que os caciques sempre querem tudo pra eles. Só que eu falo isso porque estou na estrada, se estivesse lá dentro [não poderia falar].”

com proprietários locais - a fim de poderem acessar as matas e seus elementos²⁸. Os proprietários com os quais os índios estabeleceram contato contrataram sua força-de-trabalho na agricultura, encomendaram balaios e realizaram outras trocas de vizinhança e lhes viabilizaram a entrada em seus matos.

Porém, a comunidade indígena não possui no acampamento terra para plantar em escala comercial. O acesso é então, ainda precário, na perspectiva de um convívio com os elementos da região como desejado por eles.

3.3 “Vafj”: o uso dos elementos ambientais fora da unidade de conservação

A maioria dos grupos *kaingang* atuais atribui muita importância ao ‘mato’. Segundo a antropóloga Ana Elisa Freitas, “a noção *kaingang* do *Mriür Jykre* faz menção a um conjunto de concepções, práticas e relações ecológicas, cosmológicas, sociopolíticas e econômicas centradas no manejo de certas espécies de trepadeiras lenhosas que vicejam nas florestas do sul do Brasil” (FREITAS, 2005: 338). Essas relações se sustentam em redes de reciprocidade *kaingang* e o espaço das cidades, onde esses índios comercializam o artesanato. Mesmo que descontínuos na paisagem, os espaços percorridos no circuito de manejo e coleta, fabricação e comercialização, são interligados pelas redes indígenas, nas quais circulam conhecimentos e materiais.

A etnografia destaca a fabricação manual do artesanato como atividade considerada tradicional entre os *kaingang*, havendo, no âmbito desse diálogo em campo, narrativas dos interlocutores sobre as maneiras de transmissão do conhecimento. No grupo observado, são feitos três tipos de cestos de taquara (com e sem alça ou tampa) e os balaios de cipó, além de enfeites zoomorfos. As espécies vegetais mais utilizadas são a taquara-mansa, a taquara-açú (ou taquaruçú), o “cipó cruz” e o “cipó São João”.

Não obstante, evidências de processos de reciprocidade sempre estão presentes no relacionamento com os moradores não-índios²⁹ e não-ambientalistas do município. Em termos das relações estabelecidas através da existência da estrada (BR-285), havia o comércio de cestos. Essa atividade artesanal não chegava a compor renda no acampamento que pudesse ser

²⁸ Durante o tempo em que Seu Dorvalino passava nos matos da região, a esposa Leila decorava as árvores em frente à sua casa no acampamento (alguns *pinus*) com vasos de plantas ornamentais (flores como “onze-horas”).

²⁹ São aqui chamados não-índios aqueles que, não habitando em comunidades *kaingang*, não se reivindicam como descendentes das populações originárias da região.

considerada do ponto de vista da subsistência, mas garantia dinheiro para transporte, e mesmo para aquisição esporádica de carne para consumo familiar. A fala do interlocutor (abaixo) refere que a atividade de produção de artesanato para venda é uma influência do contato com a sociedade moderna; as pessoas demandam os produtos indígenas.

Por um lado, depreende-se que a manufatura e a comercialização leva em consideração o produto que é bem aceito pelos brancos. Para um *kaingang* entrevistado, atualmente:

Ele era feito, mas não era assim, pra vender. [...] então a gente compra essas cores. Porque o índio faz é, assim, por encomenda, ou então tem a tenda que a gente montou ali na estrada, que tem muito movimento e às vezes sai alguma coisa. [...] Nós fazemos também pra usar. Para botar comida, pra carregar alguma coisa. [...] É que o índio agora acostumou a viver assim... e não dá mais também, né, pra querer viver de outro jeito...³⁰



Figura 26: A confecção de artesanato com cipós e taquaras demonstrada pelo Cacique.

Por outro lado, segundo o cacique Dorvalino (figura 26, acima), “a importância da confecção do artesanato tradicional não é só a geração de renda, mas [os artesãos] ficam querendo ver quem faz melhor”, o que demonstra que a habilidade do(a) produtor(a) de artesanato reflete *status* derivado não apenas da obtenção de dinheiro para subsistência, também relacionado a outros aspectos, como “a busca pela perfeição”.

³⁰ Seu Leonides, entrevista em 2007.



Figura 27: Seu Zaqueu e sua esposa na atividade de confecção de artesanato.

A atividade de coleta desses cipós de taquara-mansa é realizada exclusivamente pelos índios. Esse modo de relacionamento com as matérias-primas sugere um relacionamento entre os *kaingang* e os demais elementos da paisagem em um território reconhecido e presente no seu cotidiano. Em alguns momentos, os ciclos próprios das espécies também impedem o atendimento de alguma encomenda. Um fenômeno bastante recorrente na fala dos *kaingang* durante a pesquisa foi a época de reprodução da taquara-mansa ocorrida em 2007.

Quanto ao que se tem registro, pela sua maneira tradicional de se relacionar com o ambiente, os *kaingang* nunca puseram em risco as áreas em que habitavam. No município de Mato Castelhana, o uso na unidade de conservação do acampamento indígena *kaingang* à beira da rodovia BR-285, praticamente cessou no momento atual, ainda que estejam acampados nas proximidades, e mesmo que esteja em processo o estudo da área que ocupam para a criação de uma Terra Indígena (uma nova reserva indígena *kaingang*), o que os tornaria oficialmente uma “comunidade do entorno” da Floresta Nacional. Ainda que se tenha veiculado estabelecer uma parceria entre os grupos indígenas e o poder público no uso dos recursos naturais da floresta nacional, o relacionamento dos *kaingang* com a unidade de conservação atualmente é produzido a partir de uma via de sentido único: quando são “pegos” em coleta na unidade de conservação, buscando a retirada de matérias vegetais - considerada irregular, segundo o regulamento válido para todos - há apreensão dos materiais (cipós) por

parte da fiscalização ambiental, e por isso, eles têm buscado o apoio de proprietários da região, alguns dos quais permitem que seja realizada a coleta dos vegetais em seus matos.

A maioria dos pesquisadores considera que tais práticas não seriam mais ecologicamente viáveis, pois as técnicas de caça e coleta “tradicionais” não são “sustentáveis”. Conforme relato anterior, o próprio *kaingang* afirma que “não dá mais” para viver como antigamente. Não obstante, o representante indígena³¹ defende a agência individual de cada membro de sua etnia: “Não é só o branco que está destruindo. Tem esse problema também dentro nas reservas indígenas, gente que está desmatando para obter lucro mesmo³²”. Outrossim, o que poderia ser coerente à sua alegada situação “mais próxima ao pólo da natureza”, por parte de alguns não-índios, há quem justifique que “somente por falta de tempo que suas práticas foram tradicionalmente menos degradantes ao meio ambiente”. Na opinião coletada junto a um agente ambientalista (biólogo/ICMBIO) que não atua diretamente na Floresta, “durante milênios, a opção para que os ameríndios desenvolvessem modos mais avançados de exploração da natureza esteve restringida pela sua mentalidade mais simples, faltou-lhes tempo”. Do contrário, mesmo que causando maiores prejuízos em termos de conservação, os imigrantes eram mais empreendedores: “meus antepassados foram desbravadores! [...] e não acomodados”.

Em face desses argumentos, alguns dos quais - é necessário explicitar - baseados em mal-entendidos, derivam os discursos que buscam explicar a não-inclusão das comunidades indígenas na sociedade - senão na condição de algo que está por desaparecer - por meio da imagem do índio como “inimputável”, como “irresponsável” por qualquer atitude lesiva que possa cometer, ou ainda, por outro lado, como “ingênuo” em relação ao oferecimento de oportunidades em negócios ilícitos. O argumento de que os índios, “não sendo mais como teriam sido outrora”, maximizariam ganhos econômicos até o limite da exploração de seus recursos é comum. Nesse último argumento, portanto, não há motivo para criação de reservas indígenas haja vista que “o índio” (genérico), sendo hoje “igual a nós”, deve se adaptar à vida moderna. Mas a maneira como são estabelecidas tanto as reservas indígenas, quanto as áreas protegidas não estaria estritamente relacionada aos problemas fundados no seio da modernidade e de suas instituições?

Considerando, neste aspecto, a dinamicidade da cultura dos grupos indígenas de Mato Castelhana, eles já não possuem condições de realizar uma economia de subsistência, a

³¹ Seu Dorvalino, entrevista em 2009.

³² A hesitação em afirmar que a venda da madeira fosse para “lucro”, não pareceu um mero acaso. Os entrevistados tendem a evidenciar a diferença entre “a necessidade de ter dinheiro” e a lógica da “maximização dos lucros”, a eles atribuída em argumentos contrários à sua presença em áreas protegidas.

qual, entre os povos autóctones, apresentava a característica da abundância advinda das relações específicas com alguns elementos do ambiente. Nesse sentido, é perceptível que as políticas de meio ambiente e de inserção dos índios³³ no “mundo dos brancos” nunca foram articuladas no RS. Não há projetos³⁴ em andamento que reunisse os órgãos federais responsáveis por atuar nessas instâncias da sociedade (indígena e ambiental³⁵).

Nesse contexto, os atores mobilizados na Floresta, contudo, complexificam a realidade a ser construída coletivamente através de suas *delegações* (não apenas sociais). O desafio é a incorporação de mais atores, os quais ainda não possuem verdadeiramente inserção nesse processo participativo, como as comunidades *kaingang* do entorno, ou os seres presentes em suas cosmologias, ainda que isto se mostre como um aumento da responsabilidade, ou ainda como algo que, situado no pólo da sociedade, “não competiria ao órgão ambiental”.

Segundo a proposição cosmopolítica, esta incorporação consciente dos elementos - os quais habitam esses mundos, sem serem, no entanto, tomados em conta enquanto fatos, enquanto coisas - poderia proporcionar o benefício coletivo a partir do reconhecimento das alteridades na composição da “realidade” comum local, gerando uma compreensão do ambiente baseada nos atores, além de evidenciar as diferenças e os “conflitos”, que podem ser, assim, considerados como controvérsias próprias à desconstrução de argumentos utilizados em nome de uma concepção de “natureza”, conforme evocada por atores específicos, em grande medida envolta em uma “caixa-preta” – em controvérsias cujos lacres advêm da tentativa de catalogação científica de coletivos peculiares e específicos.

³³ De fato, na década de 1990, conforme Cardoso de Oliveira, uma “crise do indigenismo” se fez demonstrar, pois as instituições oficiais no país não souberam “reformular suas relações com os povos indígenas de modo a transformar o teor autoritário das mesmas num modo mais democrático, marcado pela prevalência do diálogo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988: 10 *apud* ROSA, 2005: 15)

³⁴ Escassas iniciativas são encontradas. A convergência de compensações ambientais em áreas indígenas, por exemplo. Conforme o superintendente da FUNAI, um programa da linha de transmissão Itá-Guarabi previa plantar mais de 200.000 árvores nativas nas áreas indígenas.

³⁵ No caso da ocupação da Floresta Nacional pelos índios, além da contradição institucional entre esses órgãos e seus agentes, uma dificuldade adicional na região foi o fato de que, no passado, alguns fiscais do IBAMA haviam sido feito reféns, em uma passagem por uma terra indígena, o que aumentava entre esses agentes públicos o receio de lidar com as populações indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, algumas controvérsias puderam ser identificadas e relacionadas às perspectivas específicas sobre a natureza a conservar e o relacionamento com o ambiente entre membros cada grupo de atores que se relacionam no município de Mato Castelhana visando à intervenção no processo de gestão ambiental da região de entorno da Floresta Nacional. Na elaboração desta dissertação, parti do pressuposto de que o envolvimento dos grupos indígenas e dos pequenos produtores rurais é inerente à proposição de conservação ambiental da região.

Mas como envolver as comunidades em um projeto coletivo? Os objetos que lá emergem, que são importantes para os sujeitos, precisam fazer parte do processo dialógico. Como lidar com esses objetos? Desde um ponto de vista que contempla relações e conflitos sociais “ambientalizados”, em um momento no qual é questionada a dicotomia que distingue as dimensões da sociedade e da natureza, como conceber a gestão ambiental incluindo as restrições, as proposições e os objetos como a soja e os atores que mobiliza? Seria possível a gestão de áreas protegidas desde uma perspectiva cosmopolítica? Nesta perspectiva, não se trata de resolver, por algum arbítrio legítimo, mas evidenciar que existem aqueles atores, que se associam àqueles objetos, “que estão ali”, como diz o agricultor em relação à FLONA.

Dado que somente neste século (XXI) foi assegurado pela legislação ambiental brasileira o caráter participativo da gestão das áreas protegidas, foi possível recentemente reunir em uma instância formal esses diversos pontos de vista, produzindo efeitos entre outros coletivos que se relacionam com a unidade de conservação. Os membros do Conselho Gestor de uma UC representam os diversos “interesses” e mobilizam diferentes aliados, atores protagonistas das relações que se estabelecem no seu interior e entorno historicamente contextualizados. Ainda que possam utilizar-se do jargão adquirido durante a experiência de participação, os participantes possuem opiniões divergentes sobre o processo de gestão participativa, quando suscitados a explicitarem sua compreensão.

Com a transformação na unidade de conservação de Mato Castelhana, a ocupação humana manteve-se à margem, mas a existência de atividades de manejo nunca pôde ser evitada por completo na floresta. A criação do conselho consultivo da unidade de conservação em Mato Castelhana evidenciou o relacionamento dos atores com o ambiente “fora” da UC, rompendo com a visão de que a conservação é feita apenas no seu interior. Apesar disso,

ainda não é essa instância participativa um meio para solucionar dificuldades apresentadas pela comunidade referentes ao seu ambiente. Em uma tentativa de inserção direta no âmbito do debate formal do conselho, emergem os problemas ocasionados pelas restrições ambientais à produção agrícola e ao relacionamento peculiar com os animais e espécies vegetais silvestres. Porém, as comunidades locais, em seus argumentos, têm considerado o conselho consultivo da Floresta Nacional como possibilidade de uma nova “abertura” da área.

Nesta pesquisa, os “atores” envolvidos foram observados em sua atuação nas reuniões do Conselho Consultivo da Floresta Nacional e em diálogos, cujos relatos foram colhidos no cotidiano e em situações posteriores ao ápice dos questionamentos e das discussões acima citadas. Ainda que o argumento insista na importância das relações entre as comunidades e o seu ambiente, adotei a estratégia de seguir esses líderes e representantes nos aspectos que os mesmos destacaram como importantes para si próprios e para seu coletivo.

Feito isto, no caso específico das lavouras, entre os conselheiros e os agricultores, vários traços distinguem estes segmentos considerados “tradicionais” no que tange a *sua* natureza e a *sua* cultura, e as opiniões oscilaram entre a subsistência das comunidades, a dependência das políticas de desenvolvimento e a conservação ambiental. Os agricultores, com participação garantida no conselho consultivo da floresta nacional, organizaram-se localmente para reforçar sua voz nessa instância participativa, atuando paralelamente junto às esferas estatais centrais formuladoras das políticas e leis ambientais.

Entre os indígenas a conservação ambiental cedeu lugar à prioridade dada ao estabelecimento de sua comunidade na localidade de Mato Castelhana e nas dificuldades enfrentadas na condição de acampados, na subsistência, na relação com o mato, com a paisagem e, naturalmente, com os outros humanos.

São percebidas nesse sentido particularidades que envolvem as sociedades *kaingang* e seu o relacionamento com os elementos desses ecossistemas, o que é demonstrado nas incursões pelo mato, na confecção de artesanato, no conhecimento das espécies. Entre os índios *kaingang* que vêm buscando estabelecer-se na região, os modos de sua inserção social, econômica e política desvendam atitudes e concepções socialmente comuns acerca da relação das populações indígenas com seu ambiente, bem como da posição dessas populações na sociedade “moderna”. No caso das populações indígenas sua alteridade de pensamento é em geral tomada como forma pré-científica de relacionamento com o meio natural, uma “razão de segunda classe” (VELHO, 2005: 299). Esta razão não mais seria condizente, como afirmam os cientistas e ambientalistas, com o comprometimento da diversidade das espécies, infligido pelo modo de apropriação dos elementos naturais em nosso mundo.

Contudo, na diversidade dos pontos de vista reside uma das principais potencialidades de um diálogo que vise à gestão participativa da unidade, considerando os saberes, ou ainda, as diferentes cosmologias dos atores que se relacionam com a floresta. Isto implicaria em “manter abertas as caixas-pretas” das questões tecnocientíficas. Os índios buscam reconhecimento social, mas são estigmatizados por suas dificuldades em relação à conservação dos espaços em que habitam (as reservas) e aos quais foram confinados. Sua atuação no ambiente, nesse ínterim, remete a um contexto mais amplo. No sistema de pensamento *kaingang*, que ocupa um lugar invisível às vias formais de participação social na gestão ambiental, encontra-se um modelo de ação coletiva fundamentado em uma ontologia distinta. Nesse sentido aponta-se a observação feita por um interlocutor durante a discussão sobre o manejo dos cipós nas áreas de mato remanescentes: “E os brancos dizem que nós é que estamos estragando!”

Evidencia-se que estas populações estão menos envolvidas na gestão ambiental do que uma proposta cosmopolítica poderia exigir. O diálogo sobre a gestão ambiental se constitui também com limites baseados nestas considerações, cujos entraves impedem a concretização do ideal de dialogicidade desejado.

Em uma condição distinta, coletivos que envolvem agricultores e defensores da manutenção das lavouras se mobilizaram para ingressar no diálogo formal, a fim de defender o modelo produtivo de suas propriedades, que se apresentava a eles como “a única alternativa no momento”. Na controvérsia sobre as lavouras no conselho, o cultivo da soja mobilizou opiniões favoráveis e contrárias, sendo sua influência visível a todos os atores, e baseada em argumentos científicos. A soja contava com associações e modos de relacionamento com o ambiente local que compartilhavam da perspectiva moderna, havendo, para seu sustento, a mobilização e o apoio de especialistas. Nesse sentido, ainda que a população em geral possa influenciar nas decisões por meio de sua participação cidadã, as controvérsias são eliminadas a partir de argumentos especializados: atitudes “desenvolvimentistas” em face do ideal “ambientalista”, evidenciando o caráter da Ciência moderna, seriam “fatos e não em crenças”.

A partir das discussões no Conselho Consultivo, evidenciam-se distintas formas de inserção dos novos atores na rede, os quais não se relacionam diretamente na unidade, mas no seu entorno. Procurei demonstrar os limites do diálogo na unidade de conservação a partir dos processos referentes aos problemas ambientais de maior repercussão enfrentados desde a instituição formal do remanescente de floresta como uma Área Protegida. Nesta perspectiva, os conselheiros, cuja atuação é pautada pela conservação, desejavam situar as lavouras transgênicas e as propriedades lindeiras “dentro” da rede estabelecida pela UC, movidas pelos

preceitos da conservação ambiental, enquanto os agricultores as queriam “fora” da UC e, em especial, da influência de seu “domínio” restritivo. No caso das demandas indígenas, todos os conselheiros se mostraram, ainda, contrários ao manejo da unidade por parte dos índios.

Destarte, a esfera participativa, por não deter a competência efetiva de produzir uma mudança nas políticas ambientais capaz de abarcar a totalidade dos agentes humanos e não-humanos, particularmente em relação ao universo cosmológico indígena, potencialmente questionaria o ideal de conservação da natureza no mundo moderno, mesmo em uma unidade de conservação cujos objetivos não estejam atrelados ao isolamento da “natureza” na área. Assim, ritualizadas em instâncias de participação social, controvérsias científicas acerca da inserção desses híbridos, por exemplo, nos sistemas de produção agrícolas, evidenciarim o papel da *política* na constituição e proliferação dos mesmos, bem como a *agência* desses quase-objetos nos processos que envolvem o estabelecimento de consensos entre os humanos que coabitam na região ou são responsáveis pela qualidade do seu ambiente. Busquei nos dados de campo a extensão dessa tensão, na procura por evidências da maneira com que os atores, fazendo parte de diferentes contextos socioculturais, engajavam-se no ambiente e recriavam significados associados aos seus elementos. Isto passou ao largo dos encontros formais.

Evidenciam-se assim muitas diferenças entre os significados associados à floresta e a característica moderna de agir em relação a ela. Entre pesquisadores e funcionários imbuídos de autoridade científica e legal para intervirem nos conflitos, a posição de responsáveis pela equalização de problemas históricos produz constante dificuldade no estabelecimento do consenso e extenua o ideal de democratização plena dos recursos ambientais protegidos. Sua atuação é digna de reconhecimento pelo respeito às opiniões contrárias e pela competência com que executam a tarefa de buscar a conservação ambiental da região em um processo de diálogo democrático. Mas apesar dos esforços de mediadores, funcionários e pesquisadores atuantes na unidade de conservação, proponentes de intervenções para implementação de ações e de diálogo em torno da conservação do ambiente, em lidar com as formas de engajamento dos humanos com o ambiente da região, uma problematização do contraste das instituições modernas (cuja atuação se dá entre os parâmetros do ordenamento ocidental do mundo) com a cosmologia indígena e de demais coletivos humanos considerados tradicionais, adquiriu grande visibilidade durante o trabalho de campo. Este processo se mostrou profícuo à reflexão antropológica, na medida em que evidencia as *contradições* e os *desafios* inerentes aos pressupostos do trabalho de conservação ambiental, baseados na separação entre os

espaços “natural” e “social” e, condizentes, assim, com atitudes de atenção e desatenção, atitudes invariáveis em relação a um *outro* sempre definido *a priori*.

Resta ainda a dúvida: a qualidade do meio ambiente, as espécies “que estão desaparecendo”, no ritmo da desestruturação das sociedades indígenas e tradicionais, precisam de proteção? A resposta a esta pergunta pode estar relacionada com a problematização das categorias “nós e eles”, “modernos e não-modernos”, “sujeitos e objetos”, “humanos e não-humanos”.

Não obstante, a visibilidade das ações ambientais e, possivelmente, a sensação de alívio que imputam ao “homem moderno”, na medida em que este crê estar fazendo algo para conservar as condições ambientais mínimas necessárias à existência comum, evidencia ainda mais a necessidade de uma abordagem que produza constantemente proposições inusitadas a partir das diversas culturas/naturezas que ainda hoje não logram o reconhecimento de sua existência na sociedade e nas instâncias de decisão sobre as transformações no ambiente. Os atores que se relacionam no conselho consultivo da Floresta Nacional de Passo Fundo ainda têm um longo percurso na busca por um envolvimento dialógico que permita considerar a diversidade de pontos de vista em um mesmo projeto comum na região. Primeiros passos foram dados.

REFERÊNCIAS

AUDIBERT, Eduardo Antonio. **Preservar com ou sem a presença humana?** A problemática ambiental no contexto das áreas protegidas. 2004. 581 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ÁVILA, Ney Eduardo Possap D'. **Passo Fundo:** terra de passagem. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176 p.

BRASIL. **Medida Provisória 366**, de 26 de abril de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

_____. **Lei 10.814**, de 15 de dezembro de 2003, que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004.

_____. **Resolução CONAMA 302**, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APPs) de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.

_____. **Lei 9.985**, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Regulamentada pelo Decreto 4.340/02, de 22 de agosto de 2002.

_____. **Resolução CONAMA 13**, de 1990, que regulamenta a área de entorno das Unidades de Conservação enquanto zona de amortecimento.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de dezembro de 1988.

_____. **Lei 6.938**, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente.

BUBLITZ, Juliana. **Desmatamento Civilizador:** A História Ambiental da Colonização Européia no Rio Grande do Sul (1824-1924). In: Encontro da ANPPAS, Brasília, 23 a 26 maio 2006. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA604-01032006-134852.PDF, acesso em 06/10/08.

CARINI, Joel. J. **Estado, índios e colonos:** conflito na reserva indígena da Serrinha – Norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.

CARVALHO, Isabel. C. de M. **Para além do mal estar da civilização:** a cura ecológica e a educação da percepção. 30 Reunião Anual da ANPED, Caxambú/MG, 2007.

DESCOLA, Philippe. Más Allá de La naturaleza e La cultura. **Etnografias contemporâneas**, n. 1, abril de 2005a, pp. 93-114. Buenos Aires, Escuela de Humanidades/UNSAM.

_____. “Le grand partage”. In: DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005b.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 5 ed. São Paulo, HUCITEC; NUPAUB/USP: 2004.

DOS ANJOS, José Carlos G. & SILVA, Paulo S. **A rede quilombola como espaço de ação política**. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/470.pdf>. UFRGS/PGDR: Textos para discussão, 2007. Acesso em 20/08/2008. [Recentemente publicado em: NEVES, D. P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. 174 p.]

FAMURS. Federação das Associações de municípios do RS. Disponível em www.famurs.com.br. Acesso em 27 ago. 2008.

FARIA, I. M.; VALÊNCIO, N.. L. da S.; MANCUSO, M. I. R.; SILVA, M. A. de M. *Vozes e imagens do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais*. IN: BRUMER, A. et al. (orgs.). **Agricultura Latino-Americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: UFRGS, 2005 (Coleção Estudos Rurais).

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS. Disponível em <http://www.fepam.rs.gov.br/>. Acesso em 12 nov. 2008.

FREITAS, Ana Elisa Castro de. **Mrür Jykre - a cultura do cipó: territorialidade kaingang na margem leste do Lago Guaíba**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GOOGLE MAPS. Disponível em <http://maps.google.com.br>. Acesso em: 18 fev. 2009.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>.

_____. Memorando 029/06-GAB/GEREX/IBAMA/RS, em 23/01/06 à presidência do Órgão, com sede em Brasília.

_____. Memorando 170/06-COJUD/PROGE/IBAMA, enviando 27/01/06 à Diretoria de Florestas do órgão, em Brasília.

_____. Ofício 098/06-GABIN/IBAMA, em 30/01/06 à Diretoria Geral da Polícia Federal, em Brasília.

IBGE. **Estimativas das Populações Residentes em 2008**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/POP2008_DOU.pdf. Acesso em: 01 out. 2008.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment**: Essays in livelihood, dwelling and skill. London/New York: Routledge, 2000.

LARRÉRE, Catherine e LARRÉRE, R. **Do bom uso da natureza**: para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa, Instituto Piaget: 2000. (Col. Perspectivas ecológicas, 30).

LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría del actor-rede. Buenos Aires: Manantial, 2008. 392 p.

_____. Quel cosmos? Quelle cosmopolitique ? In: LOLIVE, Jacques e SOUBEYRAN, Olivier. (org.). **Émergence des cosmopolitiques et mutation de la pensée aménagiste**. Paris: La Découverte, 2007, pp.69-85.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.

_____. **Políticas da Natureza**: ou como fazer ciência na democracia. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

_____. **Ciência em ação**: como seguir os cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 438 p. (Biblioteca básica).

LATOUR, Bruno; SCHWARTZ, Cécile; CHARVOLIN, F. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, H.R. **Tecnociência e cultura**: ensaio sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-125.

LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, pp. 85-104, 2006. UFRGS/PPGAS. Disponível em www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf.

LOPES, José Sérgio L. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, pp. 31-64, 2006. UFRGS/PPGAS. Disponível em www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf, acesso em 27/02/08.

LOUREIRO, Carlos F. *et al.* **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibama, 2005.

MABILDE, Pierre. F. A. B. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação de coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA, 1983.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A natureza**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Coleção Tópicos).

MUNN, Nancy. "Excluded Spaces: the Figure in the Australian Aboriginal Landscape". In: SETHA, Low and LAWRENCE-ZÚÑIGA, Denise. **The Anthropology of space and place**. Oxford, 2006, p. 92-109.

NUNES, Márcia. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da estação ecológica Juréia-Itatins/SP**. 2003. Dissertação [Mestrado em Geografia Física] - Departamento de

Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003.

ONAGA, C. A. & DRUMOND, M. A. (orgs.). **Efetividade da gestão de unidades de conservação federais do Brasil: implementação do método Rappam**: Avaliação rápida e priorização de unidades de conservação. Brasília: CNIA/IBAMA, WWF-Brasil, 2007.

QUINTAS, José S. **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: Ibama, 2002.

RAIZES DO SUL. www.raizesdosul.com.br, histórico de Passo Fundo. Acesso em: 26 set. 2008.

ROSA, Rogério R. G. da. **Os kujá são diferentes**: um estudo etnológico do complexo xamânico dos *kaingang* da terra indígena de Votouro. 2005. 416p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCHALLENBERGER, Luciano & FASSHEBER, José Ronaldo. Morte nos Koran-Bang-Rê: os Assentos de Óbitos Indígenas Realizados pelo Padre Francisco das Chagas Lima (1812-1828). **Lato Sensu**, v. 2, n. 1, pp. 1164-1187, jul. 2007. Disponível em http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/2%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Humanas/PDF/10-Ed2_CH-MorteKo.pdf

SILVA, Sérgio B. da. *Dualismo e cosmologia kaingang*: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 8, n. 18, pp. 189-209. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19062.pdf>, acesso em 27/02/08.

_____. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. 2001. 366p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

SIMMEL, George. A Filosofia Da Paisagem. **Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 12. pp. 15-24, 2001.

STENGERS, Isabelle. La proposition cosmopolitique. *In: L'émergence des cosmopolitique*. In: LOLIVE, Jacques e SOUBEYRAN, Olivier. (org.). Paris: La découverte, 2007. pp.23-68.

_____. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002. 205 p. (Coleção Trans). Tradução: Max Altman.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

VELHO, Gilberto. Comentários sobre um texto de Bruno Latour. **Mana** v. 11, n. 1, 2005, pp. 297-310.

_____. Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 3ª Edição.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

_____. **A floresta de cristal**. Texto eletrônico. Disponível em [http://abaete.wikia.com/wiki/A_floresta_de_cristal_\(E._Viveiros_de_Castro\)](http://abaete.wikia.com/wiki/A_floresta_de_cristal_(E._Viveiros_de_Castro)). Acesso em 10 out. 2008.

WENTZ, Liliane I. M. **Os caminhos da madeira**: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: UPF, 2004.

WIKIPÉDIA. www.wikipédia.org Acesso em: 02 nov. 2008.

APÊNDICE A

Demandas de moradores do entorno

Demandas de moradores do entorno prévias à constituição do conselho consultivo

Local de residência	Atividade	Área da propriedade	Sugestões/demandas
Entorno da Barragem do Capingüí	Pedreiro	2,5 ha	- Fiscalização nos finais de semana para caça e possibilidade de coleta de pinhão
Entorno da Barragem do Capingüí	Agricultor	3 ha	- Eletrificação na propriedade; - Segurança; - Coleta de pinhões de forma organizada
Entorno da Barragem do Capingüí	Agricultor	99 ha	- Facilitar o acesso à propriedade, melhoria da estrada e segurança; - Fornecer mudas nativas e frutíferas; - Incentivo ao reflorestamento em áreas não aproveitadas
Passo Fundo	Comércio de Produtos Agrícolas	31,46 ha	- “Blitz” e revista a pessoas caçando dentro da FLONA e à pesca de rede; - Roçada na estrada; - Porteiras internas; acesso pela sede da FLONA.
Entorno da Barragem do Capingüí	Chacareiro	2 ha	- Construção de um abrigo para as crianças pegarem o transporte escolar e melhoria na estrada.
Entorno da Barragem do Capingüí	Chacareiro	6 ha	- Ajudar a preservar; - Coletar pinhões de forma organizada
Morador do entorno	Agricultor	25 ha	- Roçada das estradas principais
Passo Fundo (tem chácara)	Advogado	4 ha	- Cadastramento dos moradores que atravessam a FLONA e que se reúnam para tomar decisões conjuntas para os cuidados que podem melhorar o uso sem destruir.
Morador de Passo Fundo	Empresário	5 ha	- Melhoria na estrada.
Morador de Passo Fundo	Empresário	4,8 ha	- Quero colaborar: me diga o que devo fazer, ou, o que não devo fazer.
Morador do entorno	Agricultor	25 ha	- Fiscalização nos finais de semana (caça).
Morador do entorno	Agricultor	13,20 ha	- Abrir acesso pela antiga estrada de <i>Fulano</i> .
Morador do entorno; agricultura	Agricultor	0,5 ha	- Recolhimento do lixo na propriedade - Acesso controlado às estradas internas
Moradora do entorno	Professora	3 ha	- Ter um bom relacionamento entre Ibama e moradores. - Condições de acesso, deixando que a prefeitura faça as arrumações na estrada. - Também temos vontade de colaborar com a preservação ambiental por fazer parte de nosso dia a dia.

Fonte: Questionários realizados pela FLONA com moradores no entorno, em 2005.

APÊNDICE B

Primeiras formações do Conselho da Floresta Nacional de Passo Fundo

1. Primeiros membros do Conselho Consultivo:

GRUPO	INSTITUIÇÕES	titulares	suplentes
	FLONA de Passo Fundo	01	01
Poder Público Estadual	Secretaria Estadual do Meio Ambiente Departamento Estadual de Florestas e Áreas Protegidas.	01	01
Poder Público Municipal	Prefeitura Municipal de Mato Castelhano Secretaria da Agricultura Secretaria da Educação Secretaria da Saúde e Meio Ambiente	01	01
	Prefeitura Municipal de Passo Fundo Secretaria do Meio Ambiente	01	01
	Prefeitura Municipal de Marau Secretaria do Meio Ambiente	01	01
Instituições de Ensino Superior	UFSM – Universidade Federal de Santa Maria	01	01
Instituições Públicas de Pesquisa e Extensão e Empresas Públicas	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA.	01	01
	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária-FEPAGRO	01	01
	EMATER	01	01
	CORSAN	01	01
	CEEE	01	01
Representação de Ensino Estadual	Escola Estadual Jorge Manfroi	01	00
	7ª Coordenadoria Regional de Educação	00	01
Instituições Privadas de Ensino Superior	UPF	01	01
	ULBRA	01	01
	URI	01	01
	UNICRUZ	01	01
ONG's e associações	- Passo Fundo: GESP Guardiões da Vida	01	01
	- Sociedade Botânica de Passo Fundo	01	01
	- Carazinho: AMA (Projeto Charão)	00	01
	- Marau: GEMA	01	00
Moradores	ABACAPI (Associação dos Moradores da Barragem Capinguí)	01	00
	Comunidade religiosa São Roque	00	01
Representação Trabalhadores Rurais	Associação dos produtores de suínos e leite	01	00
	Associação dos avicultores	00	01
Comitê de Bacia Hidrográfica	Taquari	01	
	Apuaê Inhandava e outros	00	01
Agricultores ecológicos	CONALTER – Cooperativa Mista e Consumo Alternativa	01	01

Fonte: Atas das reuniões do Conselho Consultivo da FLONA de Passo Fundo.

2. Membros após a renovação do Conselho Consultivo da Floresta Nacional:

GOVERNAMENTAL		NÃO GOVERNAMENTAL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
EMBRAPA	FUNAI	Sindicato dos Trabalhadores rurais de Passo Fundo	Sindicato dos Trabalhadores rurais de Vila Lângaro
Prefeitura Municipal de Mato Castelhana	Prefeitura Municipal de Mato Castelhana	Sindicato Rural de Marau	Sindicato dos Trabalhadores rurais de Marau
Prefeitura Municipal de Marau	Prefeitura Municipal de Passo Fundo	PROFLOMA (Associação dos produtores rurais do entorno)	ABACAPI (Assoc. moradores Capingüí)
Prefeitura Municipal de Água Santa	Prefeitura Municipal de Gentil	Assoc. Prod. Suínos e Leite de MC	ASCAR/EMATER
Prefeitura Municipal de Vila Lângaro	Prefeitura Municipal de Coxilha	COTRIJAL MC (cooperativa)	Cooperativa dos produtores de Marau
CORSAN	CEEE	GEGV (ONG)	GESP (ONG)
7ª Coord. Regional de Educação	Escola EEM J. Manfrói, de MC	AMA – CARAZ (ONG)	CEFOP (ONG)
SEMA/DEFAP	FEPAGRO	UPF	UNICRUZ
Câmara de Vereadores de MC	Câmara de Vereadores MARAU	URI ERECHIM	ULBRA
IBAMA			

APÊNDICE C

Objetivos da FLONA definidos pelos conselheiros da UC (ver apêndice B)

Objetivo 1. Plena integração da floresta com a comunidade

Ação 1.1. Visitas aos produtores rurais, individualmente, para diagnóstico socioeconômico-ambiental;

Ação 1.2. Intensificação das pesquisas para maior diversidade das atividades dos pequenos produtores rurais do entorno da FLONA;

Ação 1.3. Abrir a FLONA para a comunidade;

Ação 1.4. Integração com a comunidade - “Difusão” e troca; interação. Re-inserção da comunidade do entorno aos propósitos de uma FLONA (uso múltiplo dos recursos)

Objetivo 2. Uso múltiplo dos recursos da FLONA - Zoneamento ambiental integrado às atividades socioeconômicas do entorno e uso sustentável de parte da FLONA (Que sirva para a sustentabilidade dos habitantes do entorno e região)

Ação 2.1. Diagnóstico das ações desenvolvidas na FLONA e seu entorno;

Ação 2.2. Levantamento das potencialidades do entorno;

Ação 2.3. Ecoturismo; plantas medicinais; frutíferas; apicultura; uso de não-consumo: artesanato; viveiro de mudas.

Ação 2.4. Fomento a tecnologias alternativas para uso sustentável da floresta e do entorno

Ação 2.5. Criar selo de qualidade para produtos oriundos da FLONA

Ação 2.6. Demarcação de áreas possíveis de uso (turismo, pesquisa, educação ambiental)

Ação 2.7. Incentivar as pesquisas acadêmicas interdisciplinares e coordenadas

Ação 2.8. Continuar a exploração madeireira obedecendo a critérios científicos e técnicos

Ação 2.9. Recriar o viveiro de plantas, como forma de disseminar matas ciliares e reparar áreas degradadas

Ação 2.10. Ampliar o diálogo entre a FLONA e as comunidades do entorno e da região, buscando alternativas econômicas

Ação 2.11. Procurar incentivar o turismo na própria FLONA e propriedades próximas.

Ação 2.12. Envolver todos os níveis das esferas políticas na discussão da temática ambiental e na construção das mudanças necessárias.

Objetivo 3. Informações ambientais e divulgação da importância da FLONA

Ação 3.1. Divulgação da legislação ambiental de forma acessível (na linguagem do produtor);

Ação 3.2. Disponibilização de informações de outros planos de manejo de outras UCs na internet: *site* da FLONA de Passo Fundo;

Ação 3.3. Um dia de visitação pública com atividades educativas e de ecoturismo;

Ação 3.4. Divulgação no jornal Via Eco (Jornal de meio ambiente local);

Ação 3.5. Nos meios de comunicação regionais com linguagem popular;

Ação 3.6. Nas feiras, exposições, painéis de exposição itinerantes.

Objetivo 4. Valorização do conhecimento da comunidade local, para integração com o conhecimento científico

Ação 4.1. Treinamento de multiplicadores entre os produtores

Ação 4.2. Pesquisas que atendam às necessidades dos produtores

Objetivo 5. Preservação

Ação 5.1. Demarcação de áreas de preservação permanente, áreas de maior valor ecológico e fragilidade;

Ação 5.2. Incentivar as pesquisa acadêmicas interdisciplinares

Objetivo 6. Educação - Centro de referência em educação ambiental

Ação 6.1. Centro de educação não-formal e informal;

Ação 6.2. Caracterização biótica da FLONA e do entorno;

Ação 6.3. Construir infra-estrutura para suporte às ações educativas;

Ação 6.4. Promover a visitação – escolas e da população em geral;

Ação 6.5. Ampliar o diálogo entre a FLONA e as comunidades do entorno e da região, buscando alternativas econômicas.

Objetivo 7. Pesquisa

Ação 7.1 Programas ecológicos de longa duração;

Ação 7.2. Convênios com universidades, órgãos governamentais e ONGs

Objetivo 8. Legislação ambiental

Ação 8.1. Aplicar o princípio da legalidade já previsto na Constituição.